



**UFBA – UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**  
**MESTRADO MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM GESTÃO SOCIAL**

**MARCOS ANDRADE DE SOUZA**

**O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO NA DINÂMICA DOS  
EMPREENHIMENTOS COOPERATIVOS NA BAHIA: O CASO DAS  
ASSOCIAÇÕES ENVOLVIDAS NO PROGRAMA NACIONAL DE  
PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEL**

Salvador – BA  
2011

**MARCOS ANDRADE DE SOUZA**

**O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO NA DINÂMICA DOS  
EMPREENHIMENTOS COOPERATIVOS NA BAHIA: O CASO DAS  
ASSOCIAÇÕES ENVOLVIDAS NO PROGRAMA NACIONAL DE  
PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Desenvolvimento e Gestão Social, Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientador: Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho

Salvador – BA  
2011

Escola de Administração - UFBA

S729 Souza, Marcos Andrade de

O desafio da participação na dinâmica dos empreendimentos cooperativos na Bahia o caso das associações envolvidas no Programa Nacional de Produção de Biocombustível / Marcos Andrade de Souza. – 2011.

111 f.

Orientador: Prof. Dr. Genauto França Filho.

Dissertação (mestrado profissional) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2011.

1. Cooperativismo. 2. Economia solidária. 3. Cooperativas de produtores. 4. Biocombustíveis. 5. Empreendedorismo social. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.


CDD – 334



**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE  
MARCOS ANDRADE DE SOUZA DO CURSO DE  
MESTRADO MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM  
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.**

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e onze a Comissão Julgadora, eleita pelo Colegiado deste Centro Interdisciplinar em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, composta pela **Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho** (CIAGS/UFBA), orientador do aluno, pelos membros titulares **Profa. Dra. Maria Suzana Moura** (CIAGS/UFBA) e o **Prof. Dr. Raimundo Bonfim dos Santos** (UESC) se reuniram para julgar o trabalho de dissertação intitulado: "O desafio da participação dinâmica dos empreendimentos cooperativos na Bahia: O caso das associações envolvidas no programa nacional de produção biocombustível", de autoria de **Marcos Andrade de Souza**. Após a apresentação da dissertação o mestrando foi submetido à arguição pela comissão julgadora e ao debate. Em seguida, a comissão julgadora reuniu-se para analisar e avaliar o referido trabalho, chegando à conclusão que este merece ser..... Aprovada..... Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Julgadora encerrou a reunião da qual lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, orientador, pelos demais membros da comissão e pela mestranda.

Salvador, 29 de setembro de 2011.

  
**Prof. Dr. Genauto Carvalho de  
França Filho**  
(CIAGS/UFBA-orientador)

  
**Prof. Dr. Raimundo Bonfim dos  
Santos**  
(UESC)

  
**Profa. Dra. Maria Suzana Moura**  
(CIAGS/UFBA)

  
**Sr. Marcos Andrade de Souza**  
(Mestrando)

**MARCOS ANDRADE DE SOUZA**

**O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO NA DINÂMICA DOS  
EMPREENHIMENTOS COOPERATIVOS NA BAHIA: O CASO DAS  
ASSOCIAÇÕES ENVOLVIDAS NO PROGRAMA NACIONAL DE  
PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre Multidisciplinar e Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora.

Aprovada em 29 de setembro de 2011.

**Banca Examinadora**

Prof. Genauto Carvalho de França Filho  
Título: Doutor  
Universidade Federal da Bahia

Prof. Raimundo Bonfim dos Santos  
Título: Doutor  
Universidade Estadual de Santa Cruz

Profa. Maria Suzana Moura  
Título: Doutora  
Universidade Federal da Bahia

A  
Esmeralda, avó amada, por ter me  
permitido aprender.  
Ao amigo e mestre, Raimundo  
Bonfim por ter me ensinado a  
compreender a teoria e a prática, por  
acreditar.

## AGRADECIMENTOS

Esperamos nos agradecimentos contemplar a todos que fizeram esta dissertação, que colaboraram com a superação das adversidades e participaram da construção deste estudo. Em destaque, agradecemos a Santo Antonio, pela proteção e interseção junto ao nosso Senhor Jesus Cristo, principal autor.

Lembramos, em tempo, do apoio dos familiares, minha mãe, meu pai e ao meu irmão Átila. A Fabiane, minha namorada, pela compreensão, aos amigos pela torcida, além de todas as pessoas que caminharam conosco, conforme a seguir.

Ao Professor Genauto França Filho, companheiro e orientador, possuidor da nossa admiração, pelo seu jeito simples e democrático de transmitir, ensinar e praticar outras formas de economia, características que balizaram sua orientação, seu apoio e compreensão, possibilitando a elaboração dessa dissertação.

Aos docentes e discentes da terceira turma do mestrado que tivemos a honra de fazer parte, amigos e conselheiros, pessoas solidárias, que somaram, na trajetória do curso, ensinando, removendo obstáculos e nos ajudando a sermos mais gestores sociais.

Aos colegas da Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia, a todos os cooperados, coordenadores, técnicos, agricultores familiares, em especial, a Libanilson e Aldenes, que acreditaram e apoiaram a realização desse estudo, dividindo as responsabilidades profissionais, nas ausências das aulas, da residência social e na escrita desta dissertação.

Aos colegas Cintya Nobre pela contribuição prestada na organização e tabulação dos dados coletados, com carinho e amizade, e, ao companheiro Ziraldo, pelo apoio no Pólo Irecê - COOTEBA

**SOUZA, M. A. O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO NA DINÂMICA DOS EMPREENDIMENTOS COOPERATIVOS NA BAHIA: O CASO DAS ASSOCIAÇÕES ENVOLVIDAS NO PNPB. (DISSERTAÇÃO) MESTRADO MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONALIZANTE EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO, SALVADOR, 2011.**

## **RESUMO**

O presente trabalho discute o desafio da participação na dinâmica dos empreendimentos cooperativos na Bahia: o caso das associações envolvidas no Programa Nacional de Produção de Biocombustível - PNPB, desenvolvida com o fim de ampliar o acervo de conhecimentos sobre a participação nas ações coletivas e ajudar a fortalecer o associativismo, no âmbito da agricultura familiar. A investigação compreendeu a região do semiárido da Bahia. A amostra foi formada por 19 associações de agricultores familiares e os seus respectivos associados, todos participantes do PNPB. Os dados foram coletados através de questionários, entre junho e julho de 2011. O escopo teórico da pesquisa focou a ação coletiva e a participação, abrangendo duas dimensões: o empreendimento e o indivíduo. A ação coletiva foi examinada com base nas ideias de Olson (1999), Douglas (2007) e outros. A participação foi estudada tendo como referência: Bordanave (1994), Rech (2000), Santos (2002) e outros. Os resultados permitiram classificar as associações e apontaram que: a falta de publicação de informativos e a ausência dos associados nas reuniões e no sufrágio eleitoral são fatores que contribuem para enfraquecer a ação coletiva; a maioria dos empreendimentos não desenvolve práticas associativistas. Os dados mostraram também que os associados se filiaram às associações em busca de benefícios, principalmente de ordem econômica; na maioria dos empreendimentos existe o associado com comportamento tipificado de carona, que só quer levar vantagens; que é consensual entre os dirigentes que o carona produz efeitos nefastos, exaltando a necessidade de medidas punitivas e incentivos seletivos; e, que o nível de envolvimento e dependência do associado à sua instituição existe, porém de forma ainda limitada.

Palavras – Chave: Empreendimento da Economia Solidária (Associações e Cooperativas), Ação Coletiva e Participação



**SOUZA, M. A. O DESAFIO DA PARTICIPAÇÃO NA DINÂMICA DOS EMPREENDIMENTOS COOPERATIVOS NA BAHIA: O CASO DAS ASSOCIAÇÕES ENVOLVIDAS NO PNPB. (DISSERTAÇÃO) MESTRADO MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONALIZANTE EM DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO, SALVADOR, 2011.**

### **ABSTRACT**

The present work discusses the challenge of participation in the dynamics of cooperative ventures in Bahia (Brazil): the case of associations involved in National Program for Biofuel Production - PNPB, developed with the aim of broadening the pool of knowledge on participation in collective action and help strengthen associativism, within the family farm. The research is related to the Semi-Arid Region of Bahia State. The sample was composed of 19 farmers associations and their respective associates, participants of PNPB. The data were collected by questionnaires between June and July, 2011. The theoretical scope of the research focused on collective action and participation, covering two dimensions: the enterprise and the person. The collective action was examined based on the ideas of Olson (1999), Douglas (2007) and others. The participation was studied taking as reference: Bordanave (1994), Rech (2000), Santos (2002) and others. The results allowed classify the associations and indicated that: the lack of published information, the absence of members at meetings and in the elections contribute to weaken collective action; most enterprises do not develop associative practices. The data also showed that members joined the association in pursuit of personal benefits, especially economic; in the most enterprises there are members with behavior typified as hitchhiking, who just want to take advantage and it is a consensus among the leaders that those members produce adverse effects in a ride, which brings the need for selective incentives and punitive measures; and that there is involvement and dependency between the associated and the institution, but it's still limited.

Keywords: Solidarity Economy Enterprise, Collective Action and Participation

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Empreendimentos e números de associados que compõem a amostra deste estudo .....	63
Tabela 2. Escore dos índices de Participação nos Empreendimentos.....	70
Tabela 3. Classificação das Associações por nível de Participação .....	71
Tabela 4. Comportamento dos Indicadores que forma o Índice de participação por Associação.....	74
Tabela 5. Matriz de Correlação dos Indicadores de Participação .....	75
Tabela 6. Ações realizadas pelos Empreendimentos para reforçar a participação dos associados....	77
Tabela 7. Fundo (reserva) voltado para fins educativos que contribuam para a qualificação do associado e favoreçam a integração e engajamento .....	77
Tabela 8. Trabalho desenvolvido em forma coletiva, sem remuneração nos empreendimentos pesquisados .....	78
Tabela 9. Empreendimentos que promovem a comercialização e o percentual de participação dos seus associados .....	78
Tabela 10. Empreendimentos que utilizam mecanismos de incentivo seletivo e suas principais ações .....	79
Tabela 11. Empreendimentos que identificaram associados carona, no seu quadro societário.....	79
Tabela 12. Efeitos causados pela presença do associado carona no quadro societário do empreendimento.....	80
Tabela 13. Medidas tomadas para coibir a presença do associado carona no quadro societário do empreendimento.....	80
Tabela 14. Fatores que Levaram o Indivíduo a Associar-se à Cooperativa / Associação .....	82
Tabela 15. Integração do associado a sua Associação / Cooperativa .....	84
Tabela 16. Nível de Participação do associado na sua Associação / Cooperativa .....	84
Tabela 17. Presença do o associado "CARONA" no empreendimento, entre os seus parceiros da associação.....	85
Tabela 18. Frequência em que o Associados Acatam / Cumprem as Deliberações Tomada em Reunião da Associação / Cooperativa .....	85
Tabela 19. Frequência em que o Associado Toma Decisões Pessoais com Base na Orientação da sua Associação / Cooperativa.....	86
Tabela 20. Em Quais Circunstancias o Sr. (a) Solicitou ou Solicita Ajuda na Tomada de Decisões Pessoais .....	86
Tabela 21.Utilização / uso de medidas punitivas para o associado considerado "CARONA" .....	87
Tabela 22. Utilização de incentivos seletivos para o associado que participa / que é ativo.....	87
Tabela 23. Medidas utilizadas para incentivar / estimular o associado que participa .....	88

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	11
2 REFERENCIAL TEÓRICO .....	17
2.1 TEORIA DA AÇÃO COLETIVA .....	17
2.1.1 A ação coletiva na visão de Mancur Olson.....	18
2.1.2 Ação Coletiva na visão de Mary Douglas .....	21
2.1.3 Fernanda Alcântara. O Institucionalismo, a Racionalidade e Solidariedade – mediados na ação coletiva.....	23
2.2 PARTICIPAÇÃO.....	25
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEL - PNPB.....	30
3.1 O PNPB NO BRASIL.....	30
3.2 O PNPB NA BAHIA .....	35
4 CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS	40
4.1 CONCEITOS DE EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO .....	40
4.1.1 Associação .....	42
4.1.2 Cooperativas.....	43
4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ENVOLVIDOS NO PNPB....	45
4.2.1 Caracterização da COOTEBA e Empreendimentos Associativos .....	48
5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	62
5.1 DEFINIÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO .....	62
5.2 AMOSTRA.....	62
5.3 PÚBLICO ALVO .....	63
5.4 FONTE DE INFORMAÇÕES.....	64
5.5 INSTRUMENTOS DA INVESTIGAÇÃO.....	64
5.6 PROCEDIMENTOS ESTATÍSTICOS.....	65
5.7 CONSTRUCTOS E VARIÁVEIS .....	65

6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	68
6.1 A PARTICIPAÇÃO NA DIMENSÃO DO EMPREENDIMENTO COOPERATIVO.....	68
6.1.1 Avaliação dos empreendimentos.....	69
6.1.2 Correlação de indicadores de participação.....	74
6.1.3 Outras questões que afetam a participação na visão dos dirigentes de empreendimentos.....	76
6.1.3.1 Ações empreendidas pelas associações para reforçar a participação.....	76
6.1.3.2 Procedimentos utilizados para implementar a prática associativista e a solidariedade.....	77
6.1.3.3 Presença de associado com comportamento individualista – Carona.....	79
6.2 A PARTICIPAÇÃO NA DIMENSÃO DO INDIVÍDUO, O ASSOCIADO.....	81
6.2.1 Causas da filiação – porque os indivíduos se associaram ao empreendimento.....	81
6.2.2 Conduta – Comportamento Individual do Associado Carona.....	84
6.2.3. Coerção e Incentivos Seletivos.....	87
7 CONCLUSÕES.....	89
7.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	89
7.2 RECOMENDAÇÕES.....	94
7.2.1 Recomendações específicas.....	94
7.2.2 Outras recomendações.....	95
7.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	97
REFERÊNCIAS.....	98
ANEXO 01 – RELAÇÃO DAS QUESTÕES UTILIZADAS COMO INDICADORES E SEUS RESPECTIVOS VALORES.....	105
ANEXO 02. INSTRUMENTO DE PESQUISA UTILIZADO PARA AVALIAR A PARTICIPAÇÃO NA DIMENSÃO DO EMPREENDIMENTO.....	106
ANEXO 03. INSTRUMENTO DE PESQUISA UTILIZADO PARA AVALIAR A PARTICIPAÇÃO NA DIMENSÃO DO EMPREENDIMENTO.....	109

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo foi concebido com o intuito de refletir sobre a participação na dinâmica dos empreendimentos cooperativos envolvidos no Programa Nacional de Produção de Biocombustível – PNPB, no Estado da Bahia, em especial, as associações parceiras da Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia – COOTEBA. Ele foi construído com o propósito de identificar fatores que interferem no processo da participação, percebendo-a, a partir de novos olhares, como vetor que favorece a emancipação do indivíduo e da instituição.

Essa compreensão da importância da participação como mola propulsora da emancipação dos empreendimentos cooperativos emana do sentimento e experiência vivenciada pelo autor deste trabalho, cuja história de vida está vinculada a movimentos associativistas desde a sua fase de estudante quando, em 1996, iniciou estágio na Associação de Bananicultores do Sul da Bahia (ABASUL), onde teve a oportunidade compreender o funcionamento de uma associação, seu papel social. Posteriormente, foi atuar na Cooperativa de Produtores de Polpa e Derivados de Frutas da Bahia (UNIPOLPA), vinculado a área operacional e administrativa, entendendo as regras do cooperativismo. Em 2001, já graduado, na Agência Municipal de Emprego e Desenvolvimento (AME), atuou como consultor, com a missão, entre outras, de articular, promover e fortalecer associações e cooperativas no município de Itabuna. Em 2004, assumiu a gerência comercial da Central de Associações do Litoral Norte (CEALNOR), convivendo com mais de 900 agricultores familiares, sendo responsável pela condução das atividades coletivas de beneficiamento e comercialização da produção. No ano de 2005, o autor, Marcos Andrade, passou a integrar a equipe técnica da Pró – Reitoria de Extensão da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), na área de assuntos comunitários, com responsabilidade de articular os movimentos sociais na área da economia

solidária e do cooperativismo. Desde 2008, o autor exerce a função de coordenador de projetos da Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia (COOTEBA), acompanhando 9.000 agricultores familiares distribuídos por todo o Estado da Bahia. Ao longo dessa experiência registra-se o envolvimento direto em pesquisas e investigações em campo, nos assentamentos, povoados agrícolas, buscando incentivar e fortalecer o associativismo. E das lições de vida, a que mais realçou foi a dificuldade enfrentada pelos empreendimentos com a falta de participação dos atores sociais, obstaculizando sua emancipação.

Foram os motivos expostos que encorajou o autor a assumir o desafio de estudar a participação e de buscar mecanismos para ajudar os gestores sociais a potencializar os empreendimentos cooperativos de modo geral, principalmente, no meio rural e nordeste, como instrumento que permita reduzir os efeitos maléficos do problema da pobreza, por conta da hegemonia do modo de produção dominante e pautado na lógica da acumulação, concentração e expansão.

A expansão da economia de mercado ou do capitalismo, inegavelmente, promoveu avanços e conquistas, mas, simultaneamente, potencializou o crescimento diferenciado e o atrofiamiento das sociedades e grupos que não se integraram no circuito mundial de produção e consumo, tecnologia e capital. Isso significa reconhecer que um contingente populacional que ajuda a construir a riqueza fica parcialmente fora do processo, gerando pobreza, exclusão e desigualdade social.

A nação brasileira integra-se ao contexto mundial marcado por elevados índices de pobreza e exclusão, determinado, principalmente, pela desigualdade na distribuição da renda. Daí a sua relevante posição como um dos países que tem nível destacado em desigualdade, pois conforme Pochmann (2004), para cada 1 dólar recebido pelos 10% mais pobres, os 10% mais ricos recebem 65,8.

A Bahia, na condição de unidade integrante da federação brasileira, exhibe comportamento similar apresentado nos indicadores de pobreza e desigualdade elevados. Ela reproduz as contradições do sistema econômico, das economias de mercado, manifestadas nos elevados índices de desemprego e exclusão social. Os efeitos são devastadores: atentam contra a dignidade humana e criam sequelas que se espalham e se perpetuam, no seio da sociedade.

O Estado da Bahia é o que possui o maior número de habitantes residindo no campo, em imóveis agrícolas, vilas, povoados e lugarejos, vinculados à

zona rural. E pelo fato de ser o sexto mas populoso, é o Estado que possui o maior número de pessoas vinculadas à agricultura familiar, com mais de 600.000 agricultores, conforme dados da Superintendência da Agricultura Familiar – SUAF. É este segmento da população que vive em condições de vulnerabilidade social, desprovidos de renda e atuando com tecnologias empíricas e sem acesso aos bens necessários a sua cidadania.

Por outro lado, em 2005, no contexto do combate à pobreza, emerge a Política Nacional de Produção de Biocombustível – PNPB, através da Instrução Normativa 01/2005, que institui o Selo Combustível Social. Essa nova política se traduz em instrumento de inclusão e redução das desigualdades sociais, priorizando os agricultores familiares, principalmente da Região Norte e Nordeste e, obviamente, a Bahia. A inserção da agricultura familiar no PNPB, dentro do território baiano, se deu através de cooperativas que tinham como propósito subjacente articular meios que permitissem agregar pessoas em torno de um objetivo comum para atuar na cadeia de produção do biodiesel. Nesse sentido, os empreendimentos cooperativistas envolvidos incorporaram uma nova missão de natureza estratégica no contexto do combate às desigualdades no campo, através da ação coletiva e práticas solidárias, regida pelos princípios da Economia Solidária.

Os empreendimentos cooperativos inseridos no PNPB, de forma direta, representam uma população estimada em 26.000 agricultores familiares, produtores de oleaginosas, fornecedoras de grãos de mamona para a Usina de Produção de Biodiesel, detentora do Selo Combustível Social. Esses empreendimentos estão situados, principalmente, no semi-árido baiano, abrangendo vários territórios da cidadania, dentre eles o de Irecê, o maior produtor de mamona do Estado e onde se concentra o maior número de cooperativas, bem como de associações atuando em parceria.

Assim, os empreendimentos cooperativos integrados ao PNPB, especialmente localizados em todo o interior do Estado baiano, assumem como desafio: 1) o compromisso de contribuir para a preservação ambiental, mediante a produção de fontes energéticas renováveis; e 2) promover a ascensão social e econômica das famílias rurícolas, com enfoque no resgate da cidadania. Para que esses novos desafios sejam permanentemente atendidos, os empreendimentos precisam adotar estratégias de funcionamento pautadas em uma administração qualificada, que assegure a sustentabilidade do negócio através de gestão

democrática e participativa que viabilize o alcance de resultados econômicos e sociais e atendam as necessidades de seus associados. É importante, portanto, que os empreendimentos desenvolvam a ação coletiva, propiciando a realização das ações que satisfaçam os anseios e as necessidades dos membros, favorecendo a melhoria da qualidade de vida e a conquista da cidadania.

Em contraponto, existem constatações mostrando que cooperativas e associações enfrentam dificuldades para sobreviver no Nordeste e, principalmente, na Bahia. Melo (1998) ressalta que os empreendimentos encontram obstáculos para sua continuidade e salienta a importância da participação para que as cooperativas viabilizem os seus propósitos. Kraichete (2007) cita que diversos empreendimentos na Bahia foram desativados e destaca entre as causas do insucesso, a falta de sustentabilidade e de autogestão. Em suma, as indicações empíricas mostram que os empreendimentos cooperativos na região Nordeste têm curta duração e funcionamento instável, especialmente os do meio rural.

Santos (2002), estudando a questão do cooperativismo, proclama que os resultados das ações é determinado por quatro vetores: o administrativo, o econômico, o social e a participação. Esses vetores estão integrados organicamente e estabelecem relações de dependência e interdependência. Contudo, para o autor, o vetor participação se destaca com maior expressividade, porque é nele que está a ação e a presença humana. É na participação dos integrantes da instituição que se formata a autogestão, o direcionamento, a aplicação, a vida do empreendimento; todas as ações, trabalhos e resultados dependem da participação. É do envolvimento geral do corpo societário que se forma o capital social e o capital financeiro; e a soma desses dois gera os ativos que são repartidos, acumulados em forma de fundos, concentrados e expandidos, mediante integração com as cadeias produtivas.

Nessa linha de entendimento, a participação traduz-se como mecanismo que permite a viabilização das cooperativas e associações, motivando o sentimento solidário e levando-o a cumprir suas missões; ajudando a reduzir a pobreza e possibilitando aos atores sociais a obtenção da auto-sustentação e da conquista da emancipação através de atos coletivos da produção de bens, de forma solidária e justa.

Reconhecidas as dificuldades e as limitações para o funcionamento de iniciativas que resultam em ação coletiva na Bahia e no Nordeste, e identificada a



participação como fator estratégico, para o êxito da ação coletiva, emerge como preocupação a seguinte indagação: quais os fatores que afetam a participação nos empreendimentos cooperativos? Com base nesta questão, o presente trabalho aponta alguns delineamentos de caráter eminentemente pragmáticos, a saber: 1) o que se pode fazer para que as cooperativas e associações da agricultura familiar, partícipes do PNPB na Bahia, possam atender os seus compromissos e garantir o envolvimento dos seus associados? 2) quais as informações e mecanismos necessários para que os empreendimentos sejam capazes de gerar os benefícios econômicos, sociais e afetivos para o compartilhamento empoderado do bem coletivo? 3) como fortalecer a participação nos empreendimentos para potencializar a ação coletiva, de modo a garantir o cumprimento das suas missões: geração de produção e resgate da cidadania dos rurícolas? Estas questões formataram o problema e motivaram a realização desta pesquisa; e, para responder, ao menos parcialmente, as indagações acima, realizou-se esta investigação com os objetivos que seguem.

#### Objetivo Geral:

Compreender os fatores que afetam a participação em empreendimentos da economia solidária, associações de produtores da agricultura familiar do semi-árido baiano.

#### Objetivos Específicos:

- examinar o comportamento e identificar o nível do fator participação nas associações de produtores da agricultura familiar, vinculados à COOTEBA
- observar e identificar os níveis de conexão que se estabelecem entre os indicadores da participação no contexto da população inserida no estudo;
- levantar, junto aos dirigentes de empreendimentos, propostas e sugestões que contribuam para reforçar a participação e o engajamento dos associados nas suas instituições;

- identificar procedimentos que contribuam para expandir e intensificar práticas e atitudes de cooperação, companheirismo e solidariedade;
- investigar e reconhecer os fatores que influenciam e motivam os produtores rurais a efetuarem filiação aos empreendimentos associativistas;
- identificar mecanismos de coerção e incentivos seletivos aplicados à realidade da população investigada;
- verificar as condições de integração e engajamento do corpo societário com a sua associação;
- levantar dados sobre conduta do associado egoísta/individualista, tipificado como carona, bem como procedimentos adotados para minimizar os efeitos negativos;
- identificar fatores que contribuem para ampliar / fortalecer a participação nos empreendimentos cooperativos.

Portanto, com o intuito de colaborar na construção do conhecimento sobre a participação nos empreendimentos cooperativos e alcançar os objetivos apresentados, elaborou-se o presente trabalho, o qual está estruturado em sete capítulos: o primeiro tem o propósito de introduzir a questão, demarcar o problema e definir os objetivos do estudo; o segundo aborda o referencial teórico que balizará o estudo; o terceiro contextualiza o Programa Nacional de Produção de Biocombustível – PNPB; o quarto capítulo apresenta características dos empreendimentos cooperativos localizados no Estado da Bahia, que possuem agricultores familiares beneficiados pelo PNPB; o quinto descreve os procedimentos metodológicos e mecanismos que permitiram a decodificação da realidade em estudo; o sexto capítulo compreende a análise e discussão dos resultados da pesquisa, com o objetivo de examinar o problema central, avaliar a participação nos empreendimentos cooperativos; o sétimo, e último, externaliza as principais constatações, nas conclusões e recomendações apresentadas.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Neste capítulo, pretende-se buscar referências, manifestadas em idéias e reflexões, para guiar a investigação, balizar os caminhos e definir categorias de análise que conduzirão o trabalho investigatório. Assim, a fundamentação contemplará a questão da Ação Coletiva como referência, conjuntamente com a participação, entendendo-as como fatores que estão organicamente vinculados ao processo de Formação da Vontade Coletiva. Ambas formam os constructos básicos desta pesquisa.

### **2.1 TEORIA DA AÇÃO COLETIVA**

Conforme Hardim (1994) as ações coletivas resultam de interações sociais desenvolvidas por um conjunto de pessoas, as quais objetivam e empreendem propósitos materializados em realizações essencialmente construídas de forma grupal. As interações sociais que os indivíduos estabelecem entre si, estão distribuídas em três categorias, a saber: a) conflito; b) coordenação; c) cooperação.

A interação social do conflito configura-se como embate entre os envolvidos onde só existe ganho se uma das partes sofrer perdas, portanto ela tem um caráter excludente. A interação de coordenação é radicalmente oposta a do conflito, pois ambas as partes obtêm ganhos, ou seja, uma só tem resultados se a outra também tiver. Quanto à categoria cooperação, ela envolve uma relação de troca, implicando em conflito entre as partes porque ambas almejam ganhos, porém mediante cooperação. Todas as partes envolvidas poderão lograr resultados positivos, ganhos; portanto, a interação social do conflito acaba ficando semelhante à cooperação.

Examinando a proposição de Hardim (1994) sobre as categorias de interação social, depreende-se que no contexto empírico, apenas duas se destacam, como sejam: o conflito e a cooperação, as quais conformam o processo que resulta na formação da vontade coletiva ou ação coletiva.

Nesse contexto, vale indagar: quais os fatores que contribuem para a formação da ação coletiva? Quais procedimentos e mecanismos que favorecem a construção e consolidação de um grupo, associação, cooperativa ou correlato? Para responder, pelo menos parcialmente as indagações acima, serão examinados estudos e reflexões desenvolvidas por Mancur Olson (1999) e Mary Douglas (2007) sobre a Ação Coletiva e complementarmente o trabalho de Fernanda H. C. Alcântara (2003), sumarizados a seguir.

### **2.1.1 A ação coletiva na visão de Mancur Olson**

Mancur Olson (1999), em seu livro denominado a *Lógica da Ação Coletiva*, apresenta ideias e proposições sobre aspectos da decisão do ator social em participar de ações coletivas ou de interações sociais. Ele parte do princípio de que todo indivíduo é um ser racional, com pensamentos e raciocínios lógicos, e age movido pelo interesse de obter ganhos. Portanto, o indivíduo norteia as suas decisões objetivando satisfazer necessidades e atender a desejos. Daí a sua decisão de estabelecer interação social com outros indivíduos e se integrar a um grupo ou associação tem como fim o interesse de alcançar certas metas ou benefícios. Olson diz:

(...) A idéia que os grupos tendem a agir em favor dos seus interesses grupais é concebida como uma extensão lógica dessa premissa amplamente aceita, do comportamento racional e centrado nos próprios interesses. Em outras palavras, geralmente se deduz que se os membros de um determinado grupo têm um interesse ou objetivo em comum, e se todos eles ficariam em melhor situação se esse objetivo fosse atingido, logicamente os indivíduos desse grupo irão, se forem pessoas racionais e centradas nos próprios interesses, agir para atingir esse objetivo. (OLSON, 1999, p. 14).

O autor destaca que a conquista de certos benefícios, muitas vezes, só é possível através de ação coletiva, quer por questão de custo (elevado), quer por impossibilidade real. Mas, quando objetivado mediante ação coletiva, o custo se

reduz significativamente, como também é possível a superação da adversidade, tornando possível a viabilização, alcançando benefícios.

A decisão do indivíduo para fazer se inserir em uma ação coletiva passa por cálculo racional, onde são levados em conta os interesses: econômico; social; religioso; psicológico e outros. Olson (1999, p.19) afirma: “as pessoas algumas vezes se sentem movidas também por um desejo de possuir respeito, amizade e outros objetivos de fundo social e psicológico”. E, assegura que o interesse em obter benefícios é o fator principal que garante a filiação do indivíduo a um grupo ou ação coletiva.

Olson estabelece diferença entre o bem público e o bem coletivo e conceitua o usufruto desses bens. Ele diz que o benefício ou ganho de cada membro nem sempre é igual, podendo ser diferente, o que pode levar o ator social a pagar valor diferenciado para mais ou para menos. Por outro lado, quando se trata de bem coletivo nem sempre se pode impedir o consumo por parte dos atores que não contribuíram para a formação do bem. Como também, nem sempre o indivíduo tem incentivos para produzir sozinho um determinado bem. Com base nessa assertiva ele cria a categoria do Carona, configurada no indivíduo que não contribui para a produção do bem coletivo, utiliza os serviços e não colabora, é o tipo egoísta. Ele também comenta:

Sempre que é necessária uma participação unânime, um único membro do grupo que se recuse a entrar em acordo com a intenção de obter vantagens terá um extraordinário poder de barganha: ele poderá ter condições de requerer para si a maior parte dos ganhos decorrente de qualquer ação grupal. (...) Esse incentivo à recusa de colaboração torna qualquer ação grupal menos promissora do que será de outra forma. (OLSON, 1999, p. 54).

Conforme Alcantara (2003) O carona interfere, diminui a eficiência da ação, desmotivando os outros agentes. Daí Olson apresenta dois instrumentos considerados por ele como estratégicos nas ações coletivas: a coerção e os incentivos seletivos. Olson afirma:

(...) Em um grande grupo no qual nenhuma contribuição individual faça uma diferença perceptível para o grupo como um todo, ou para o ônus ou ganho de qualquer membro do grupo tomado individualmente, é certo que o benefício coletivo não será provido a menos que haja coerção ou alguma indução externa que leve os membros de um grande grupo a agirem em prol de seus interesses comuns. (OLSON, 1999, p. 57).

A coerção se constitui em mecanismo a ser utilizado pelo grupo, com o fim de estabelecer regras para impedir ações maléficas do carona. Olson diz que ela deve ser discutida e consensualizada entre os integrantes para ser aplicada com pertinência, e assegura:

Mas, sempre que haja um incentivo à ação unilateral e individual para obter o benefício coletivo, nem uma organização formal e nem sequer um acordo grupal informal serão indispensáveis para obtê-lo. Em qualquer grupo de dimensões maiores do que essas, porém, nenhum benefício coletivo poderá ser obtido sem algum acordo, coordenação ou organização grupal. (OLSON, 1999, p. 58).

Quanto aos incentivos, Olson destaca a importância de se utilizar este mecanismo para incentivar e reforçar a participação; realça que deve ser seletivo e deve ser utilizado principalmente nos grupos latentes; afirma que o incentivo é um estímulo aos indivíduos racionais para reagirem positivamente, facilitando a conquista dos benefícios. Olson cita:

Somente um incentivo independente e seletivo estimulará um indivíduo racional em um grupo latente a agir de maneira grupal. Em tais circunstâncias a ação grupal pode ser obtida somente através de um incentivo que opere, como o próprio benefício coletivo, sobre o grupo como um todo, mas de maneira seletiva com relação aos seus membros, e não de forma indeterminada. (OLSON, 1999, p. 63).

Olson (1999) fala da necessidade de utilização alternada da coerção e incentivos seletivos e diz que só pessoas altruístas seriam capazes de participar coletivamente, de forma permanente, sem obter resultados ou benefícios. O autor destaca, ainda, a importância do tamanho do grupo na eficiência da ação coletiva. Afirma que os grupos grandes, chamados de latentes, dificultam a integração entre as pessoas, reduzindo a possibilidade de maior coesão social. Os grupos menores apresentam maiores possibilidades de integração e até a maximização dos benefícios; nessa categoria a confiança mútua é a base da comunidade. O autor salienta ainda que entre os grupos da escala pequena, chamados de privilegiados e os da escala grande, tipificados como latentes, existe o intermediário, aquele que apresenta características dos dois extremos e, quase sempre, não necessita dos recursos: coercitivos e nem de incentivos seletivos.

### 2.1.2 Ação Coletiva na visão de Mary Douglas

Mary Douglas (2007) apresenta as suas idéias sobre a Ação Coletiva no livro denominado: Como as Instituições Pensam. Ela faz uma breve reflexão sobre a questão da cooperação e da solidariedade em contraponto com a rejeição e desconfiança. Apóia-se em Durkheim e estabelece como ponto de partida o entendimento de que a identidade (semelhança) de pensamentos e sentimentos harmonizados propiciam a formação da vontade coletiva.

Os três primeiros capítulos do livro constam de um diálogo que Douglas estabelece com Mansur Olson, no qual busca negar as principais bases da teoria da Escolha Racional. Nessa linha, Douglas levanta dúvidas sobre o princípio da racionalidade, o qual defende que os indivíduos filiam-se a uma ação coletiva com o propósito de obter benefício (econômico, social, religioso, psicológico e outros). Ela busca aporte em vários estudos sociológicos para negar esta assertiva e, citando que a teoria da escolha racional externa limitações, afirma:

(...) a teoria da escolha racional apresenta grandes limitações. As pessoas não parecem agir de acordo com os princípios delas (Hardim, 1982). O programa de Durkheim e Fleck pode dar uma resposta à crítica funcionalista e à crítica da escolha racional apenas quando desenvolve uma dupla visão do comportamento social. (DOUGLAS, 2007, p. 31).

Assim, ao levantar dúvidas sobre a escolha racional, Douglas diz que certos indivíduos contribuem para o bem público com generosidade, sem a pretensão de obter benefícios. Critica o uso de medidas coercitivas e incentivos seletivos defendidos por Olson. Da mesma forma, apresenta argumentos, buscando negar a importância do tamanho ou escala das organizações sociais: 1) diz que os grupos, considerados grandes, identificados como latentes, são vastos, e que eles sobrevivem, caracterizando a argumentação de Olson como falha; 2) do mesmo modo, externa a sua discordância com a sociedade de pequena escala, considerada como grupo privilegiado, o que, no seu ponto de vista, não tem muita representatividade no conjunto geral, e cita:

Na prática, as sociedades de pequena escala não exemplificam a visão idealizada da comunidade. Algumas delas promovem a confiança e outras não. Alguém que escreveu sobre este tema já viveu alguma vez em uma aldeia? (...). A atração exercida pela comunidade pequena, idealizada, íntima é forte na retórica política (DOUGLAS, 2007, p. 37).

Douglas sustenta, também, que os indivíduos não tomam, sozinhos, decisões relativas à vida e à morte. Segundo ela, as pessoas recorrem às instituições e com elas partilham as decisões, o que implica em reconhecer que as atitudes dos atores sociais ficam em estreita dependência do pensamento dominante institucional. Douglas discorda de Schotter (1981), o qual defende a idéia de que as decisões de menor importância são tomadas pelas instituições, já as mais importantes são tomadas pelos indivíduos. Para Douglas (2007) é o contrário: as decisões mais importantes são decididas pela instituição, o que representa a vontade coletiva, enquanto as mais simples são decididas pelos indivíduos. Douglas diz: “o indivíduo tende a deixar as decisões importantes para suas instituições, enquanto se ocupa com as táticas e os detalhes” (DOUGLAS, 2007, p. 9).

A autora em epígrafe conclui o seu estudo reafirmando o papel do compartilhamento de pensamentos e a harmonização das preferências como elos básicos da ação coletiva, e afirma que os indivíduos “não têm outros meios de tomar as grandes decisões a não ser na esfera das instituições que eles constroem” (DOUGLAS, 2007, p. 130).

Da reflexão apresentada por Mary Douglas emergem algumas questões, suscitando dúvidas, dentre as quais cabe destacar as seguintes: 1) a racionalidade da escolha feita pelo indivíduo; 2) por que os indivíduos transferem para as instituições as decisões mais importantes da sua vida?

Douglas (2007, p. 23), ao colocar dúvidas sobre a escolha racional, cita: “nossa intuição nos diz que os indivíduos contribuem para o bem público (...) sem intenção óbvia de obter benefício próprio”. À luz das idéias defendidas por Olson, isto é possível à medida que o sentimento altruísta, manifestado no desejo de ordem psicológica, social ou até mesmo religiosa, se expresse como fator de interesse ou necessidade dos indivíduos. O cálculo que pauta a racionalidade é o custo-benefício: quanto vale o benefício para o desprendimento do esforço necessário à construção de um bem de natureza coletiva. Portanto, isto não inviabiliza o entendimento de que o ator social vincula-se a um grupo ou associação, quando vislumbra a possibilidade de ter, de alguma forma, os seus desejos ou pretensões alcançados (benefícios), seja de ordem econômica, social, religiosa, psicológica, etc.

A outra dúvida, realçada por diversos autores, inclusive Alcântara (2003), diz respeito à figuração construída por Douglas, que reduz a dimensão do indivíduo, transformando-o em objeto, “coisificando-o” na medida em que ela transfere o poder



e decisão da sua vida para as instituições: deixa de pensar, e suas atitudes básicas são definidas de forma institucional. Na perspectiva racional, o indivíduo é o sujeito, o centro das decisões; a instituição é o objeto. Na visão institucional, perspectiva Dougliana, o processo se inverte: a instituição é o centro pensante, logo é o sujeito; enquanto o indivíduo é o mero ator e, figurativamente, age como objeto. Daí que Alcântara (2003, p. 30) menciona que “a possibilidade de controle total dos indivíduos por parte das instituições é advertida por Berger e Luckman, que abordam o problema da coisificação”, o que significa aprisionamento dos indivíduos pela instituição.

Nesse sentido, o que se depreende das idéias de Douglas é que os indivíduos ficam aprisionados ou “coisificados” se o seu projeto de vida e decisões estiverem nas mãos das instituições.

### **2.1.3 Fernanda Alcântara. O Institucionalismo, a Racionalidade e Solidariedade – mediados na ação coletiva**

Alcântara (2003) publicou um artigo denominado Institucionalismo, Racionalidade e Solidariedade em Cooperativas Populares, onde tece considerações sobre a Ação Coletiva, apoiando-se nos trabalhos de Olson (1999) e Douglas (2007). Ela realiza uma pesquisa teórico-empírica e constrói o escopo do trabalho, pautado nas teorias: Escolha Racional e a Neo-Institucional.

A investigação desenvolvida por Alcântara coloca em destaque a abordagem da Economia Solidária, na forma defendida por Singer e Gotejar, confrontando-a com as teorias proclamadas por Olson e Douglas, visando constatar os possíveis alinhamentos e discordâncias. A pesquisa de campo utilizada para examinar as conexões que resultam nas compatibilidades ou incompatibilidades foi desenvolvida junto às duas cooperativas incubadas pela Universidade Federal e Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais. Alcântara fez acompanhamento, colheu dados e apresentou resultados, elencados de forma sumária, a seguir.

Conforme Alcântara, em um dos empreendimentos, o principal motivo que levou a maioria absoluta dos seus integrantes (associados) a optar pelo ingresso na cooperativa foi a necessidade de organizar o seu trabalho, portanto interesse em alguma coisa. Enquanto que o outro empreendimento, os seus integrantes declararam que foram convidados e que entraram para a cooperativa para organizar

o seu trabalho e aumentar a sua renda o que, de certa forma, confirma, também, interesse pontual.

Após realizar diversas conexões entre as teorias mencionadas, Alcântara (2003) proclama que o Modelo da Economia Solidária, preconizado por Singer, tem dificuldades para se enquadrar com o da Escolha Racional e com o Neo Institucionalismo. De forma específica, para o modelo de Singer se alinhar ao da Escolha Racional, impõe-se que sejam introduzidos, no bojo da operacionalidade, os instrumentos da coerção e distribuição de incentivos. Alcântara diz:

Baseado no que foi dito anteriormente, só podemos concluir que, para Olson, o modelo da Economia Solidária só é possível se a estrutura organizacional deste lhe der condições de controle da ação coletiva por meio da coerção e da distribuição de incentivos seletivos, independentemente do tamanho do grupo (...). (ALCÂNTARA, 2002, p. 53).

Quanto ao alinhamento do modelo da Economia Solidária com a teoria Neo Institucional, defendida por Douglas, Alcântara enxerga sérias dificuldades e cita que seria necessária alteração estrutural na operacionalização e na forma de preparação dos associados. A alteração consistiria no fato de que os associados teriam que passar por condicionamento em nível de processo cognitivo para internalizar e exercitar o princípio da cooperação, de tal forma que fortalecessem a instituição e transferissem para ela o comando, ou seja, as principais decisões da cooperação e da sua própria vida. Alcântara cita:

As premissas da teoria de Douglas nos permite afirmar que o modelo da Economia Solidária, para funcionar, ou seja, para promover a ação, teria que condicionar os indivíduos a optarem pela cooperação. Este condicionamento seria feito por meio de um processo cognitivo, no qual categorias de pensamento seriam criadas para justificar e reproduzir a idéia da cooperação. As instituições comandariam este processo cognitivo, direcionando-o rumo à possibilidade de cooperação (ALCÂNTARA, 2003, p. 54).

Alcântara (2003, p. 55) discorda que o problema da Economia Solidária é um problema organizacional e, no seu ponto de vista, se assim fosse, a preocupação limitar-se-ia à geração de renda independente da forma, assumindo um caráter assistencialista, com a missão de inserir pessoas no mercado de trabalho formal.

Assim, os resultados da pesquisa de Alcântara mostram as incongruências resultantes dos confrontos entre as teorias, mas não fecha a porta. Ela sinaliza que é possível incorporar alguns instrumentos e procedimentos de uma

teoria na outra, sem mutilar ou comprometer a base epistemológica, tendo em vista que em todas as abordagens examinadas a decisão de integração social é motivada por interesse ou base racional.

## 2.2 PARTICIPAÇÃO

O Cooperativismo é concebido de modo que cada pessoa envolvida possa indicar, projetar, fazer parte, decidir sobre e construir solidariamente a sua história. Deseja-se que essa relação ajude as pessoas a viabilizarem a sua cosmovisão e potencializar a emancipação (SANTOS, 2002).

Bordenave (1994) identifica duas formas de cooperado: aqueles que participam com pouco comprometimento nos atos coletivos, com a expectativa de respostas favoráveis aos seus anseios individuais, uma participação passiva; e, aqueles que participam como atores sociais, provocam sua participação, intervindo e construindo de fato no empreendimento, uma ação transversal que perpassa pelo fortalecimento de todas as atividades voltadas para o alcance dos objetivos do empreendimento econômico solidário, ou seja, uma participação ativa. Bordenave afirma que:

Existem a participação passiva e a participação ativa, desta maneira alguém pode participar de algo sem efetivamente interferir no andamento das atividades, ou seja, o indivíduo participa passivamente do processo. O grande problema “[...] não é o quanto se toma parte, mas como se toma parte. (BORDENAVE, 1994, p. 23).

A participação individual e coletiva se expressa como requerimento fundamental para preparar atores sociais, com vistas à conquista da autonomia, fator importante para a emancipação. Santos, comentando sobre a questão em Pateman, cita:

Se o indivíduo quer se autogovernar, então ele não só tem que ser capaz de participar da tomada de decisões em todas as associações das quais ele é membro, como as próprias associações tem de ver livros para confrontar os seus próprios assuntos. (PATEMAN, apud SANTOS, 2002. p. 103).

A participação não só prepara a pessoa para a obtenção da emancipação, como também possibilita a interação dos sujeitos, o envolvimento com as atividades objeto das ações, além de propiciar convergência e ensejar processo

de formação da vontade coletiva. Ela é um mecanismo que capacita e qualifica as pessoas para efetuarem busca e encaminhamentos de soluções e apropriação de poderes. Santos (2002), comentando sobre a participação na visão de Demo, revela:

Demo (1993) diz que a participação é uma forma de poder, uma das maneiras de intervir na realidade e que se traduz como processo de conquista. (SANTOS, 2002, p.105).

Nessa linha, o conjunto das atividades que integram as ações dos empreendimentos solidários, quer nas ações estruturantes, como nos seus desdobramentos, devem ser executadas com base na participação individual e coletiva. Daí que em todas as instâncias as pessoas envolvidas serão convidadas a participar, isto é, sugerir, indicar, opinar, realizar, de forma concreta e coletiva, no modelo defendido por Bordenave (1994), levando-as a se sentir como parte do processo, atuante e co-proprietário dos resultados do esforço coletivo. Portanto, as pessoas serão motivadas a participar, participando. Segundo Bordenave:

a participação é uma vivência coletiva e não individual, de modo que somente se pode aprender na práxis grupal. Parece que só se aprende a participar, participando. (BORDENAVE, 1994, p. 74).

Todos os envolvidos terão amplo espaço de participação. A ideia subjacente é a divisão das responsabilidades e a co-responsabilidade de cada um dos atores (membros do quadro societário). Para Santos (2002) o que se espera é que cada ator envolvido seja parte, tenha parte e dirija parte do processo, isto é, se integre, tenha responsabilidades, deveres e compromissos de dirigentes no sentido amplo da palavra.

Os cooperados / associados serão consultados, ouvidos e terão poderes de indicar rumos, sugerir procedimentos, inclusive decidir sobre a sua inclusão e permanência no (empreendimento solidário). O eixo participação imprime uma feição democrática e dinâmica. Os atores sociais envolvidos são convidados a atuarem como produtores e co-produtores de ideias e soluções, e se posicionarem como parceiros nas negociações (MACHADO, 2005). O que se espera é que cada um seja parte, se integre e seja senhor do seu próprio destino. O Cooperativismo é concebido de modo que cada pessoa envolvida possa indicar, projetar, fazer parte, decidir sobre e construir solidariamente a sua história.

Rech (2000), advogado, especializado na área do cooperativismo, no seu trabalho, Cooperativas: Uma alternativa de organização Popular destaca a

importância da participação. Ele diz que a democracia e a integração são fundamentais para a vida do cooperativismo e que isso só pode ser obtido através da participação. A integração de todos é difícil, mas a cooperativa deve contemplar todos os seus associados e empreender esforços para que os sócios

tenham condições plenas de participação, onde as pessoas se sintam integrantes autônomos da cooperativa e não meros números; e suas sugestões, críticas, intervenções, sejam ouvidas e levadas em conta. (RECH, 2000, p. 96).

Rech diz que o associado precisa aprender a ser dono, o que implica na participação ativa, intensiva. E, para tal é necessário “se envolver, apostar, intervir, assumir, participar, se esforçar para que a cooperativa siga adiante”. Portanto, é preciso assumir posição de dono, sujeito, e não apenas participante. (RECH, 2000, p. 99).

Rech afirma que a cooperativa carece de participação igualitária dos associados, daí a necessidade de implementar alguns mecanismos, tais como:

1. evitar acúmulo individual de quotas partes (...); 2. evitar controle político / econômico por parte dos grupos (...); 3. promover uma saudável rotatividade na direção (...) e promover a transparência na gestão e nas contas da cooperativa; 4. desenvolver programas de educação cooperativista para que todos os associados dominem o espírito da iniciativa e possam participar plenamente. (RECH, 2000, p. 103).

Rech (2000, p. 135) destaca a participação como aspecto a ser perseguido na administração, no planejamento e observado na avaliação. Ele exalta que a planificação deve contemplar a participação e que a avaliação, ao verificar a situação associativa, deve levar em conta alguns itens, sendo o primeiro em evidência, a participação do associado. No roteiro para avaliação ele inclui itens, como sejam: os associados marcam presença em reuniões e assembléias? Há participação nas deliberações? Entre outros. Enfim, o autor referencia a participação como “fator fundamental para o sucesso e vida de uma cooperativa”.

Santos (2002) discorre sobre os vetores administrativo, econômico, social e participativo, no qual ela aprofunda a investigação, e reclama da escassez de literatura sobre a questão, colocando-a em foco. O autor apoiou-se conceitualmente no pensamento de Bordenave (1993) entendendo que participar é: ter parte, ser parte, atuar e integrar.

Santos (2002) construiu a categoria participação pautando-se em três premissas referenciais para o estudo. A primeira premissa visualiza a cooperativa

como uma instituição de natureza democrática com suas bases epistemológicas assentadas nos epistolados da democracia social. A segunda enxerga a cooperativa como uma instituição social, que interage com o meio, intervindo, mudando e sofrendo também as interferências do ambiente. A terceira premissa distingue a cooperativa, como instituição que suas ações e resultados têm que ser manifestados empiricamente. Nessa linha, a participação, para Santos é vista em duas dimensões: a individual (pessoal) e a cooperativa. Com base nas reflexões o trabalho apontou os seguintes indicadores do vetor participação: rodízio no comando do poder; participação nas eleições; presença nas reuniões, número e participação nos eventos; mecanismos de informações e outros.

Tomando como base o modelo proposto, Santos pesquisou o comportamento das Cooperativas-Escolas da Bahia, examinando o nível de participação de cada uma. Com base no seu modelo analítico foi possível avaliar e identificar a situação da participação. Os dados obtidos externaram as unidades mais ativas, mais fortes, assim como as mais frágeis; evidenciaram também a correlação positiva existente entre a participação e o vetor social, demonstrando que a integração é fortemente influenciada pelo desempenho da gestão social da cooperativa.

Ribeiro (2004), economista e professor, desenvolveu pesquisa sobre o cooperativismo no seu curso de mestrado e comparou a performance de Cooperativas Incubadas pela ITCP/UNEB com as similares que não foram incubadas. Ele apoiou-se em Santos (2002) utilizando o seu modelo analítico para pautar a investigação. Efetuiu a avaliação partindo do pressuposto de que o desempenho da Cooperativa é determinado por quatro vetores: administração, econômico, social e participação. O autor levantou, empiricamente, dados junto a oito cooperativas, e examinou-os e dimensionou o índice de desempenho de cada uma delas.

Ribeiro insere no seu estudo a participação como variável relevante e os indicadores definidos por ele para compor a variável foram: rodízio no comando do poder; participação no sufrágio eleitoral; presença nas reuniões; número e participação nos eventos, e mecanismos de informações. Com base nesses elementos o autor examinou três cooperativas incubadas e cinco não incubadas. Os resultados numericamente são representados por índice que variavam de zero (péssimo, pífio) a 2 (excelente), onde 1,0 era identificado como eficiência mínima.

A pesquisa realizada por Ribeiro contribui para ampliar o acervo de informações sobre a participação cooperativista e serviu, também, para confirmar constatações empíricas da correlação positiva existente entre a integração, participação e o vetor social, ou seja, quanto mais o empreendimento gera benefícios ao associado mais ele participa. Ribeiro diz que

(...) na medida em que a instituição promove benefícios para os associados, aumenta, na mesma proporção, a participação; e vice-versa, quando amplia a participação, cresce, também, o vetor social. (...) (RIBEIRO, 2004, p. 65).

Enfim, conforme demonstrou Rech (2000), Santos (2002), Ribeiro (2004) e outros estudiosos da questão, o sucesso, o bom desempenho de uma associação ou cooperativa, depende do nível de integração do corpo de associados, do grau de participação e envolvimento dos seus integrantes. Portanto, a participação é um dos principais vetores que garante a otimização dos resultados alcançados. A participação, quando exercida de forma orgânica, envolve, integra, assegura ao associado a condição de co-proprietário, benfeitor, beneficiário. Isso provoca desdobramentos que favorecem a associação a cumprir sua missão institucional, e promove e enriquece a formação do Capital Social.

### **3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEL - PNPB**

#### **3.1 O PNPB NO BRASIL**

Historicamente, a busca de fonte de energias renováveis, em termos de produção e uso, sempre esteve vinculada a momentos de crise energética, ou seja, ao elevado valor do barril do petróleo, seguido das questões ambientais, como o efeito estufa. No Brasil, o uso de energias renováveis para fins energéticos, especificamente o biodiesel, ocorreu na década de 70, em meio a elevação do valor do barril do petróleo e o aumento do consumo interno. As iniciativas que emergiram foram: o Pró-Óleo (Plano de produção de óleos vegetais para fins energéticos) e o Pró-Diesel, criado com o apoio da PETROBRAS e do Ministério da Aeronáutica.

Em 2002, tendo como foco a necessidade econômica da redução do uso do diesel e, conseqüentemente da sua importação, o governo federal, através do Ministério da Ciência e Tecnologia, lançou o Programa Brasileiro de Desenvolvimento Tecnológico do Biodiesel. Nessa fase, vários estudos foram realizados e o Brasil despontou como potencialidade para a produção de biocombustível, seja pela sua área continental, seja pelas suas condições endofoclimáticas necessárias para a produção de energias renováveis, especificamente as oleaginosas.

Em 2003 o governo federal iniciou estudos propositivos e constituiu equipe responsável para a regulamentação da produção e uso do biodiesel. O primeiro Decreto s/nº, publicado em 02 de julho, criou o grupo de trabalho interministerial para estudar, construir e apresentar um programa de diversificação da matriz energética nacional, de forma inclusiva. Em 23 de dezembro, constituiu a Comissão Executiva Interministerial encarregada da implantação das ações



direcionadas à produção e ao uso de óleo vegetal - biodiesel como fonte alternativa de energia. As discussões do programa contaram com a participação de entes sociais, que abordaram a questão do uso do biodiesel na composição do combustível comercializado no Brasil e sua forma de produção.

Os resultados apontaram caminhos e diretrizes para o governo federal instituir política pública voltada para a diversificação da matriz energética. O Programa Nacional de Produção de biodiesel, PNPB, o qual além de focar a diversificação da matriz energética, insere a agricultura familiar no bojo da produção da matéria prima e regula e legisla sobre o processo de mistura gradual do biodiesel ao diesel mineral. Oliveira e Sant'Ana, afirmam:

existia um esforço governamental para estabelecer o Programa Nacional de Produção de Biocombustível (PNPB) como política pública estratégica para a diversificação da matriz energética nacional, integrando tecnologias de produção de matéria – prima e de combustível, estimulando a produção da agricultura familiar e regulamentando misturas graduais do biodiesel ao diesel mineral (...). (Oliveira e Sant'Ana, 2009, pg. 07).

No decorrer de 2004 várias ações foram desenvolvidas, com constituição de câmaras temáticas, grupos de estudos, reuniões, audiências públicas, workshops, inclusão das temáticas nas pautas de encontros de confederações, movimentos sociais, conselhos de desenvolvimentos, dentre outros. O exemplo do resultado e foco das discussões foi a publicação da resolução Nº 49, de 26 de novembro, do Conselho Nacional do Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF, que apresenta recomendações sobre o Programa Nacional do Biodiesel; no qual constam as temáticas da Gestão Social, do Desenvolvimento Sustentável, do Modelo Tecnológico e principalmente dos Mecanismos de Inclusão Social.

A publicação do Decreto Nº 5.297, de 06 de dezembro de 2004, que estabelece condições para a introdução do biodiesel na Matriz Energética Brasileira de combustíveis líquidos e, principalmente, da Agricultura Familiar na cadeia produtiva dos biocombustíveis, se configura como Marco Regulatório. O documento citado constitui e dispõe sobre a concessão e uso do Selo Combustível Social, que tem como objetivo inserir a agricultura familiar na produção de matéria prima para a fabricação do biodiesel.

O selo "Combustível Social", concedido ao produtor de biodiesel que cumprir, dentre outros, os seguintes requisitos: promoção da inclusão social dos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar - PRONAF, que lhe forneçam matéria prima para a produção de biodiesel; celebração de contratos com os agricultores familiares, especificando condições comerciais que garantam renda e prazos compatíveis com a atividade; garantia de assistência técnica e capacitação aos agricultores familiares.

O marco regulatório levou em consideração diversas características da produção e das variedades de oleaginosas em que se pode produzir no Brasil, além das questões econômicas e ambientais. Na constituição do conjunto de normas que regem as ações do PNPB, ficou enfatizada a promoção da redução das desigualdades sociais e regionais, por meio de política social inclusiva, possibilitando a participação da agricultura familiar, lhe assegurando a remuneração justa dos fatores de produção, portanto com viabilidade econômica e retorno social, permitindo a inserção de populações carentes, marginalizadas.

Em 2005 foram tomadas decisões que contribuíram para consolidar a inclusão do biodiesel na cadeia energética do Brasil, quer através das Leis, quer através das Instruções Normativas. No que tange a legislação, primeiro ocorreu a aprovação da Lei 11.097, de 13 de janeiro de 2005, a qual estabeleceu percentuais mínimos de mistura de biodiesel ao diesel.

Art. 2º Fica introduzido o biodiesel na matriz energética brasileira, sendo fixado em 5% (cinco por cento), em volume, o percentual mínimo obrigatório de adição de biodiesel ao óleo diesel comercializado ao consumidor final, em qualquer parte do território nacional. (Lei 11.097, de 13 de janeiro de 2005).

Em seguida foi aprovada a Lei 11.116, de 18 de maio de 2005, que dispõe sobre o registro especial de produtor e importador de biodiesel, na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, e estabelece critérios e benefícios fiscais (PIS/PASEP e da CONFINS). No seu Capítulo I, a Lei indica quem pode ser produtor e importador e no Capítulo II trata dos diferentes níveis de desoneração tributária para o produtor industrial de biodiesel.

Art. 1º. As atividades de importação ou produção de biodiesel deverão ser exercidas, exclusivamente, por pessoas jurídicas constituídas na forma de sociedade sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, beneficiárias de autorização da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, em conformidade com o inciso XVI do art. 8º da Lei no 9.478, de 6 de agosto de 1997, e que mantenham Registro Especial na Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda. (Lei 11.116, de 18 de maio de 2005).

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado a fixar coeficiente para redução das alíquotas previstas no art. 4º desta Lei, o qual poderá ser alterado, a qualquer tempo, para mais ou para menos.

§ 1º As alíquotas poderão ter coeficientes de redução diferenciados em função:

I - da matéria-prima utilizada na produção do biodiesel, segundo a espécie;

II - do produtor-vendedor;

III - da região de produção da matéria-prima;

IV - da combinação dos fatores constantes dos incisos I a III deste artigo.

(Lei 11.116, de 18 de maio de 2005).

Quanto as Instruções Normativas (IN), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), publicou a Instrução Normativa 01, de 05 de julho de 2005, a qual dispõe sobre os critérios para concessão de uso do selo combustível social, abordando de forma clara a necessidade de apoio às organizações da agricultura familiar, em especial, da região Nordeste e Semi-árido, onde está a maior concentração da pobreza e menor produtividade, garantindo a aquisição, a prestação de serviços de assistência técnica e capacitação do agricultor familiar. O Capítulo II, da IN 01/05, que dispõe dos critérios do selo combustível social, define, dentre outras questões, sobre:

Art. 2º Os percentuais mínimos de aquisições de matéria-prima do agricultor familiar, feitas pelo produtor de biodiesel para concessão de uso do selo combustível social, ficam estabelecidos em 50% (cinquenta por cento) para a região Nordeste e semi-árido, 30% (trinta por cento) para as regiões Sudeste e Sul e 10% (dez por cento) para as regiões Norte e Centro-Oeste.

Art. 7º Para concessão de uso do selo combustível social, o produtor de biodiesel assegurará a assistência e capacitação técnica a todos os agricultores familiares de quem adquira matérias-primas. (Instrução Normativa Nº 01, de 05 de julho de 2005).

Foi discutido, também em 2005, formas de incluir o apoio a projetos de usinas para produção de biodiesel, onde a área de implantação deveria ser, prioritariamente, nas regiões Norte e Nordeste. Para regulamentação das propostas, foi publicada pelo MDA, a IN 02/2005, que trata dos projetos, devido a distribuição espacial das usinas implantadas e outros fatores.

A maior obrigatoriedade de aquisição de matéria-prima da agricultura familiar no Nordeste e no Semi-Árido tinha como objetivo inserir agricultores familiares com maior vulnerabilidade social e econômica no Programa. No entanto, este objetivo não foi alcançado, uma vez que, verificou-se uma concentração de usinas nas regiões com menores exigibilidades. (Oliveira e Sant'Ana, 2009, pg. 19).

Conforme Oliveira e Sant'Ana (2009), as empresas produtoras de biocombustível, iniciaram investimentos, porém, 86 das usinas foram implantadas nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, enquanto no Nordeste e Norte, apenas, 21

unidades foram instaladas. Essa concentração inversa a proposta inicial, que seria a inclusão do Nordeste e do Norte do País no PNPB, fez com que em 2009 fossem revistos os percentuais mínimos de aquisição. A publicação da Instrução Normativa 01/09, no seu Capítulo II, Seção I, Artigo 2º define:

Art. 2º O percentual mínimo de aquisições de matéria-prima do agricultor familiar, feitas pelo produtor de biodiesel para fins de concessão, manutenção e uso do selo combustível social, fica estabelecido em:

I - 10% (dez por cento) até a safra 2009/2010, e 15% (quinze por cento) a partir da safra 2010/2011 para as aquisições provenientes das regiões Norte e Centro-Oeste; e

II - 30% (trinta por cento) para as aquisições provenientes das regiões Sul, Sudeste, Nordeste e o Semi-Árido a partir da data de publicação desta Instrução. (Instrução Normativa Nº 01, de 05 de julho de 2005).

Na busca pela manutenção e sustentabilidade do papel social do PNPB, ou seja, a inclusão e permanência de agricultores familiares, principalmente no Nordeste e no Semi-árido, na cadeia produtiva de biodiesel, outras iniciativas foram tomadas, destacando-se: o incentivo ao plantio da mamona, consorciado com alimentares, principalmente, o feijão, cultura quase unânime, entre os envolvidos no programa de biodiesel; e, o acesso a política de garantia da assistência técnica e do apoio ao crédito, através de linhas do Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, custeio e investimento.

Simultaneamente, várias ações foram desenvolvidas no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o qual empreendeu ações para o fortalecimento da participação do agricultor familiar na cadeia produtiva de biodiesel, através da Secretaria Nacional de Agricultura Familiar – SAF, instrumentado pela Coordenação Nacional de Biodiesel, para acompanhar e apoiar a participação dos agricultores familiares, como o programa Pólos de Biodiesel, e mais recentemente com a proposta de Certificação de Aptidão Social, para as cooperativas da agricultura familiar fornecedoras de matéria-prima.

Em 2010, o MDA, propõe a IN que regulamenta a forma de participação das cooperativas agropecuárias como fornecedoras de matéria prima considerada para fins do Selo Combustível Social, através do Certificado de Aptidão Social, onde define como condicional, para participação das Cooperativas, a Certificação, bem como define os critérios do enquadramento, conforme seu artigo 2º e 3º, especificamente. Conforme documento (proposta de IN, sem numeração), descrito na sua íntegra a seguir:

Art. 2 Para contabilização de aquisições da agricultura familiar provenientes de cooperativas agropecuárias, para atender os critérios do Selo Combustível Social, as empresas de biodiesel deverão comprar matéria – prima de cooperativas agropecuárias que possuam o Certificado de Aptidão Social. (Instrução Normativa Nº XX, de XX de XXXX de 2010, versão 27/09/2010, pag. 03).

Em seguida, na Seção II, no artigo 3º, proposto no documento, define:

Os critérios de enquadramento das cooperativas agropecuárias ao certificado de Aptidão Social são:

I – A cooperativa agropecuária deve possuir DAP jurídica registrada junto a base de dados da Secretaria de Agricultura Familiar – SAF;  
 II - A cooperativa agropecuária deve se comprometer a adotar o MDA das informações referentes aos contratos e venda totais anuais por produtor de biodiesel, das aquisições realizadas junto aos agricultores familiares originadores dessa matéria prima, e da assistência técnica prestada aos agricultores familiares originadores dessa matéria prima, e indicar um responsável operacional para tanto, que será devidamente cadastrado pelo MDA. (Instrução Normativa Nº XX, de XX de XXXX de 2010, versão 27/09/2010, pag. 03).

O Programa Nacional de Produção de Biocombustível – PNPB, se retro-adapta, no seu papel social e garante a inserção de Federações, Confederações, Poder Público Federal, Estadual e Municipal, Empresas Privadas, Cooperativas, bem como o agricultor familiar de forma individual na Cadeia Produtiva de Oleaginosas para produção de Biodiesel, com fins energéticos.

A confluência de ações desses atores com o objetivo comum a valorização do trabalho humano através da agricultura familiar, tendo como consequência a melhoria da qualidade de vida dessas famílias e o seu desenvolvimento sustentável, trás à realidade deste estudo a Região Nordeste do País, o Estado da Bahia e, especificamente, o Território de Irecê, como maior produtor de mamona, originária da agricultura familiar do Estado.

### 3.2 O PNPB NA BAHIA

A região Nordeste é a que mais concentra áreas da agricultura familiar, como também o maior número de pessoas que sobrevivem abaixo da linha de pobreza, cenário externado nos indicadores sociais e baixa produtividade em relação a outras regiões. Bianchini, refletindo sobre a questão, afirmou:

No contexto da agricultura familiar, temos, por exemplo, no Sul um índice de 20% de todos os produtores do país que responde por 50% ou mais da produção familiar. Esse quadro se inverte no Nordeste, que tem mais da metade do universo de agricultores, respondendo por 20% da produção familiar e sofrendo problemas de infra-estrutura, de assistência técnica, de convivência com o semi-árido, sendo que uma parcela muito grande desses agricultores familiares é o que menos dispõe de recursos produtivos. (BIANCHINI, 2003, p. 25).

O Estado da Bahia, possuidor de uma situação acentuada da pobreza e desigualdade social, em todo o seu território e, principalmente, na Zona Rural e Semi Árido, onde habita o maior número de agricultores familiares do Estado, externa o mesmo cenário sócio econômico do Nordeste. Com base no seu zoneamento agrícola, este mesmo território geográfico possui grandes possibilidades de expansão de culturas voltadas para a produção de energia renovável, principalmente a mamona.

Os municípios zoneados concentram-se, principalmente, no semi-árido baiano, onde os problemas socioeconômicos, pobreza e exclusão social, se configuram na realidade do agricultor familiar. Esses indicadores motivaram a adoção de políticas públicas e aportes voltados para a agricultura familiar, com vistas a sua inserção no processo produtivo do biocombustível e para aproveitar as oportunidades econômicas existentes, propiciando aos agricultores familiares geração de renda e melhoria de condições de vida. Simultaneamente, grupos ligados ao sindicalismo rural e movimentos sociais começaram a estimular a criação de instituições / empreendimentos, isto é, de associações e cooperativas para funcionar dentro da concepção da economia solidária e, com isso, atuar no combate à pobreza na zona rural, através da produção e comercialização coletiva.

A produção de biodiesel na Bahia se insere no Programa Nacional de Biodiesel, através do Probiodiesel, primeiro programa voltado para a produção de biodiesel e visava, além da elaboração de projetos de implantação de unidades industriais de produção de biodiesel, visava também a inclusão da agricultura familiar, principalmente o desenvolvimento de lavouras de mamona e no mesmo ano através do Decreto 9.426 de 17 de maio de 2005, publicado no diário oficial do estado em 18 de maio, que favorece a implantação de usinas de produção de biodiesel, com a desoneração do ICMS nas operações internas com produtos vegetais destinados à produção de biodiesel.

Em 2007, através do Decreto nº 10.650 de 05 de dezembro, o Secretário de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária instituiu o Programa Estadual de Bioenergia, com a finalidade de gerir e fomentar ações, desenvolvimento, aplicações e uso de biomassa no Estado da Bahia e implanta também o biodiesel no Estado, como um biocombustível adicional à matriz energética. Somado a suas características naturais, o Estado da Bahia, deu início a ampliação e implantação de usinas de produção de biodiesel, bem como a inserção dos agricultores familiares na cadeia produtiva de energias renováveis, através de suas cooperativas de produção, como fornecedoras de matéria prima..

A inclusão dos agricultores familiares na cadeia produtiva de biodiesel, como fornecedores de matéria prima, conforme informações da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado da Bahia – FETAG, ocorreu com a assinatura de contrato, entre a Empresa Brasil Ecodiesel e a Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar – COOPAF, beneficiando mais de 5.000 agricultores familiares no Território da Chapada e Piemonte do Paraguaçu.

O primeiro marco regulatório da cadeia de produção de biodiesel no Estado da Bahia, voltado para a inclusão do agricultor familiar no processo produtivo, foi a Lei nº 11.052 de junho de 2008, a qual institui o Programa de Agroenergia Familiar. Ela traça objetivos claros de redução da pobreza e das desigualdades regionais, através do apoio às organizações da agricultura familiar, às propriedades e, principalmente, ao agricultor, estimulando a produção de oleaginosas, dentre outras providências.

O artigo primeiro da Lei nº 11.052, define como seus objetivos, nos incisos I, II e III, a promoção do desenvolvimento econômico social de regiões, através do incentivo aos empreendimentos econômicos solidários, e da emancipação do agricultor familiar, através do aumento da sua produtividade e renda.

Art. 1º - Fica instituído o Programa Estadual AGROENERGIA FAMILIAR, com os seguintes objetivos:

I - promover o desenvolvimento econômico e social de regiões e localidades do Estado, especialmente as que apresentam baixos índices de desenvolvimento humano;

II - incentivar o cooperativismo e o associativismo, a economia solidária (...);

III - incentivar a inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel, fomentando a expansão da produção de oleaginosas e a instalação de unidades coletivas de produção de óleo vegetal, (...);

(Lei nº 11.052, de 10 de junho de 2008).

O que diferenciou este Programa em relação as propostas anteriores foi a preocupação com a definição das fontes de financiamento para as ações propostas, de forma a garantir a implementação e sua continuidade, conforme o Artigo 4º e 5º da mesma Lei,

Art. 4º - O Programa será financiado com os recursos a seguir discriminados:

- I - dotações consignadas no Orçamento Fiscal do Estado;
- II - contribuições de pessoas jurídicas públicas ou privadas;
- III - outros recursos a ele destinados.

Art. 5º - Os recursos do Programa Estadual AGROENERGIA FAMILIAR deverão ser aplicados exclusivamente em ações e empreendimentos consentâneos com os objetivos do Programa e voltados para:

- I - capacitação e assistência técnica;
- II - aquisição e distribuição de sementes e outros insumos voltados ao aumento da produtividade;
- III - aquisição de bens de produção que possam ser cedidos em comodatos ou doados com a finalidade de serem usados coletivamente pelos beneficiários do Programa;
- IV - apoio e financiamentos de projetos produtivos organizados sob os princípios da economia solidária, observadas as condições dispostas em regulamento; (Lei nº 11.052, de 10 de junho de 2008).

O crescimento deveu-se, também, às ações e iniciativas de empresas privadas e Cooperativas da Agricultura Familiar que firmaram parceria com o governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária - SEAGRI, com mediação da Superintendência da Agricultura Familiar - SUAF. Simultaneamente, foram ampliados os serviços de assistência técnica aos agricultores familiares envolvidos no PNPB, fornecedores de matéria prima, quer através da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário – EBDA, quer por intermédio das cooperativas, via convênios e parcerias. Conjuntamente, o governo facilitou o acesso ao material genético de melhor qualidade, mediante distribuição de sementes certificadas de cultivares de alta produtividade, visando à racionalização da atividade agrícola.

A partir de 2008, com a implantação da Usina de Produção de Biodiesel da Petrobrás Biocombustível S/A. - PBIO, no Município de Candeias, Bahia, e ampliação das ações do Governo do Estado, com vistas ao fortalecimento do cooperativismo e da inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva de alimentos e oleaginosas, outras cooperativas da agricultura familiar foram contratadas para fornecer matéria prima, isto é, grãos de mamona, como: a Cooperativa de Pequenos Agricultores de Una – COOPERUNA; a Cooperativa Mista



dos Agricultores Familiares – COOMAF; a Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar – COOPAF; a Cooperativa da Agricultura Familiar do Território de Irecê – COAFTI; a Cooperativa dos Produtores Rurais da Região de Olindina – COOPERO. Simultaneamente, foram firmados contratos de prestação de assistência técnica com cooperativas de prestação de serviço, a exemplo da Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia – COOTEBA, para cumprir a obrigatoriedade da assistência técnica aos agricultores familiares contratados como fornecedores, via suas cooperativas e de forma individual.

Em 2010, com a ampliação dos investimentos na cadeia produtiva do dendê mais cooperativas foram inseridas no PNPB, agregando mais de 1.000 agricultores familiares, produtores de dendê. As Cooperativas contratadas foram a Cooperativa de Fomento Agrícola de Valença Ltda. - COOFAVA e a Cooperativa Central dos Empreendedores do Estado da Bahia - CCES.

Neste contexto, o Estado da Bahia, com base nos critérios do PNPB e nos seus próprios instrumentos, contabiliza mais de 30.000 agricultores familiares inseridos no programa. Somente a Usina de Produção da Petrobrás Biocombustível, conforme informações da agência Petrobrás de notícias, tem contrato firmado com 25.639 agricultores familiares, distribuídos em 215 municípios, que estão vinculados a cooperativas ou associações de agricultores familiares.

## **4 CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS**

Pretende-se, nesta seção, caracterizar os Empreendimentos da Economia Solidária – EES que direta ou indiretamente fazem parte do Programa Nacional de Produção de Biocombustível – PNPB e são objeto deste estudo. Daí iniciarmos conceituando o empreendimento dentro dos princípios da economia solidária e, em um segundo momento, buscar a caracterização dos empreendimentos foco da análise, sendo eles: cooperativa e associações.

### **4.1 CONCEITOS DE EMPREENDIMENTO ECONÔMICO SOLIDÁRIO**

Empreendimento da Economia Solidária, no Brasil, tem servido de identificação de várias formas de iniciativas coletivas, grupos de atores sociais, que se organizam com base nos princípios da Economia Solidária, perpassando pelas formas de cooperativismo ao trabalho voluntariado de grupos formais a informais. Conforme França Filho (2004), a economia solidária brasileira não se resume a algumas formas de cooperativismo, ela se faz presente sob a forma associativa, assim como em alguns casos de ONGs e Fundações atuando como entidades de apoio e fomento.

Neste estudo, será considerado como Empreendimento de Economia Solidária - EES qualquer empreendimento que tenha na sua essência a solidariedade, a economia domiciliar, pessoas que se dispõem a ser atores, que fazem parte desse todo e se tornam sujeitos nas discussões desenvolvimentistas, com vistas a diminuir as limitações das oportunidades individuais. Empreendimentos que geram renda aos seus associados, baseando-se na propriedade coletiva ou associada dos meios de produção, na autogestão e na participação em redes, são

caracterizados como empreendimentos da economia solidária. Ou seja, qualquer organização coletiva, cujos sócios sejam trabalhadores (as) do meio rural que exerçam coletivamente a gestão do empreendimento em funcionamento, com diversos graus de formalização, que realizam atividades econômicas de produção, comercialização e de prestação de serviço.

O que determina ser ou não EES não é sua constituição jurídica, mas seus atos. Gaiger (2005), afirma que a economia solidária em sua forma de atuação,

abrange diferentes setores produtivos, envolve categorias sociais das mais diversas e comporta variadas formas de organização, de grupos informais e pequenas associações a cooperativas e empresas de médio e pequeno porte. (GAIGER, 2005, p. 8).

O empreendimento da economia solidária é, portanto, toda organização formada e gerida por trabalhadores que detêm os meios de produção, com vistas à geração de trabalho e renda, pautados em princípios de solidariedade, autogestão e posse comum dos meios de produção. De acordo com a ANTEAG (2005), os empreendimentos da economia solidária são:

organizações econômicas que têm por finalidade constituírem-se como alternativa à organização social e econômica tradicional na medida em que visam à melhoria de vida dos seus sócios (...) onde todos os seus sócios são trabalhadores e participam da gestão do empreendimento, estamos falando de uma organização que deve prover a todos sem explorar o trabalho de seus membros, dividindo os resultados desse trabalho de forma justa. (ANTEAG, 2005, p. 26).

Os empreendimentos da economia solidária – EES apresentam-se com diversos formatos jurídicos, como cooperativas, associações, empresas autogestionárias, inclusive bancos comunitários e outros de natureza similar que possuam as mesmas características, podendo não possuir personalidade jurídica definida, como grupos de trabalhos informais. Alguns autores excluem da classificação dos EES, apenas, empreendimentos filantrópicos, que são considerados do terceiro setor, puramente. Neste estudo (pesquisa), os empreendimentos da economia solidária servirão de base às associações e cooperativas, empreendimentos identificados na agricultura como um contraponto a dispersão e ao individualismo que promovem o isolamento e a ausência de cooperação. Conceituados a seguir.

#### **4.1.1 Associação**

A associação é definida como uma entidade de direito privado e não público, e os seus fins podem ser alterados pelos próprios associados, deliberando livremente. Ela não possui legislação específica, sendo regida, no Brasil, pelo capítulo II do novo código civil. Ela também pode ser conceituada como uma forma de pessoas se agruparem, tendo objetivos em comum e, através de seus interesses, realizarem ações coletivas. Grego (2004) caracteriza a associação como uma iniciativa formal ou informal que pode reunir pessoas físicas ou sociedades jurídicas, com objetivos comuns, buscando a superação de dificuldades e gerando benefícios aos seus integrantes ou a um público externo.

A partir de 1988, o Brasil passou a estimular um novo papel protagonista das associações civis e demais organizações da sociedade civil, dentro do nosso sistema político, tendo o papel de exercer democraticamente o controle social das políticas públicas, assim como influenciar a sua elaboração e configuração (GANANÇA, 2005). Isso fez com que houvesse uma organização das pessoas, visando a solução de questões sociais e culturais, criando, assim, outras formas de associações, muitas vezes não vistas como empreendimento da economia solidária, como as associações filantrópicas; associações de moradores; associações culturais, desportivas e sociais. A adesão voluntária e livre, princípio do associativismo que garante o direito de qualquer pessoa poder se associar, desde que esteja apta a usar seus serviços e assumir suas responsabilidades como sócio.

Conforme Laskaio (2007), as associações são consideradas por alguns estudiosos e por programas sociais do governo como empreendimentos da economia solidária. Algumas associações muitas vezes atuam em atividades econômicas, não como fim, mas como meio, com vistas a sua sobrevivência e melhoria da renda de seus integrantes. Os produtores rurais entenderam que a prática associativista poderia ser a chance de eliminar alguns de seus problemas, já que as principais dificuldades estavam ligadas à comercialização, preço, crédito, insumos e a forma de escoamento da produção, o que exigia um maior entrosamento para atribuir mais aperfeiçoamento e incentivo ao processo associativista de produção, desde a aquisição de insumos até a possibilidade de comercialização.

Desta forma, o associativismo rural foi tido como uma alternativa de sucesso para a resolução das questões relativas ao campo, conforme cita Alencar:

O associativismo rural é uma alternativa para incentivar a permanência do homem no campo, evitando assim o êxodo rural, possibilitando aos seus associados a criação de linhas de créditos viáveis aos pequenos agricultores, criação de infra-estrutura para produção, como implantação e distribuição de energia elétrica, vias para acesso e escoamento da produção e uma política de preços que possa atender não apenas o pequeno produtor rural, mas que beneficie toda a sociedade do campo e das cidades com alimentos baratos, fartos e de boa qualidade. (ALENCAR, 2005, p.194).

Segundo a Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES, 54% dos empreendimentos econômicos solidários mapeados no Brasil são organizados sob forma de associação, e 50% atuam na área rural. Estes números fortalecem a posição dos empreendimentos associativos, como embrionários, como exemplo de relações coletivas no campo, de atores sociais que se juntam na busca da solução para necessidades coletivas ou para o acesso a benefícios coletivos.

#### **4.1.2 Cooperativas**

A Cooperativa, neste estudo, é entendida como um instrumento de inclusão de trabalhadores e trabalhadoras no sistema produtivo, onde seus princípios se confundem com os princípios da economia solidária e se constituem como uma nova forma de processar a economia, baseando-se no trabalho e não no lucro; na ajuda mútua e não na concorrência e competição; nos valores e necessidades humanas e não na acumulação individual do dinheiro e na exploração do trabalho. Veiga e Fonseca, afirmam que:

O cooperativismo é um sistema de cooperação que pode envolver várias formas de produção e trabalho (...). É reconhecido como o sistema mais adequado, participativo, justo, democrático e indicado para atender às necessidades e aos interesses específicos dos trabalhadores. É o sistema que propicia o desenvolvimento integral do indivíduo por meio do coletivo. (VEIGA e FONSECA, 2001, p. 17).

De acordo com Bergonsi e Lacerda (2007), os empreendimentos que melhor representam os empreendimentos da economia solidária, são as cooperativas de produção, principalmente pelas suas características.

As cooperativas, sobretudo as de produção, são as unidades que melhor representam um EES. (...) entre as mais diversas formas de cooperativas existentes há as de produção, as agrícolas, as de consumo e as de crédito. (BERGONSI e LACERDA, 2007, p. 60).

E, afirma:

Dentre essas, a cooperativa de produção é a que mais se aproxima das características definidoras da economia solidária, em razão da característica de propriedade comum dos meios de produção e da produção conjunta dos trabalhadores, que são todos (ou pelo menos a maioria) associados. (BERGONSI e LACERDA, 2007, p. 60).

No Brasil, a cooperativa tem lei própria, lei de nº 5764/71, a qual determina toda sua forma de funcionamento, quem é seu representante e a forma como se dá sua contabilidade e tributação. O cooperativismo tem como princípios fundamentais a: adesão voluntária e livre; gestão democrática pelos membros; participação econômica dos membros; autonomia e independência; educação, formação e informação; inter-cooperação; interesse pela comunidade

Santos (2002) identificou que o funcionamento de uma cooperativa é resultado da conjugação de quatro vetores básicos, os quais definem o seu comportamento e desempenho. Os vetores são: o administrativo, o econômico, o social e a participação. E diz:

(...) parte-se do pressuposto que a cooperativa é um todo, figurado em um corpo, operacionalizado por quatro esferas que agem como força motriz, traçando e modelando os seus contornos. As esferas são: Administrativa, Econômica, Social e Participação. Elas estabelecem relações de dependência e independência entre si. Apresentam imagem de autonomia, liberdade, mas cada uma é influenciada e, simultaneamente, influencia a outra. (SANTOS, 2002, p. 141).

Concluindo afirma:

As esferas se articulam e se integram ao corpo por laços orgânicos, alimentados pelos fundamentos que compõe o todo na gênese da instituição. Os fundamentos compreendem: a base epistemológica da doutrina (cooperativista e economia); a lógica de funcionamento do sistema econômico; e as determinações legais que garantem a existência jurídica da cooperativa. (SANTOS, 2002, p. 141/142).

As cooperativas de produção da agricultura familiar, envolvidas no PNPB, externam fragilidades nos quatro vetores apontados por Santos (2002). Na sua administração, através da capacidade de gestão dos seus dirigentes, bem como na adaptação à dinâmica do mercado tradicional; o econômico, através da sua auto-

sustentabilidade, da viabilidade econômica do empreendimento; o social, através da falta de acesso a políticas públicas voltadas para o fortalecimento do cooperativismo da agricultura familiar e, ainda, na fragilidade dos laços sociais, entre a cooperativa e, muitas vezes, a comunidade; e, por último, a participação, com a ausência dos membros nas tomadas de decisões e atos coletivos continuados, no número de evasões do seu quadro de cooperados na primeira crise ou oportunidade individual, no cooperado que na sua visão utilitarista, busca o melhor resultado pelo menor esforço, o cooperado carona.

#### 4.2 CARACTERIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS ENVOLVIDOS NO PNPB

Os Empreendimentos Econômicos Solidários no Estado da Bahia externam características semelhantes aos outros do Nordeste e do Brasil, principalmente na sua forma de organização. A maioria dos grupos de agricultores familiares produtores de oleaginosas, neste estudo, na sua totalidade de grãos de mamona, estão organizados em associações e cooperativas, com alguma relação ou participação dos movimentos sociais e federações de classe.

Os empreendimentos cooperativos participantes do PNPB, no Estado da Bahia, cooperativas da agricultura familiar, estão distribuídos em diversos territórios de identidade, abrangendo mais de 215 municípios, com maioria dos seus cooperados, produtores de mamona, com suas propriedades localizadas no Território de Irecê. Conforme informações da Câmara Setorial de Oleaginosas, na safra 2010 – 2011, 14 empreendimentos, com mais de 25.000 cooperados, foram contratados para fornecimento de matéria prima para a produção de biodiesel, para constituir o selo combustível social.

As cooperativas contratadas pelas empresas produtoras de biodiesel no Estado da Bahia são empreendimentos com quadro social entre 500 a 7.500 agricultores cooperados, todas portadoras de DAP Jurídica. No Território de Irecê, local onde se concentra a maior produção de mamona no Estado, estão presentes: a Cooperativa de Pequenos Agricultores de Una – COOPERUNA; a Cooperativa de Produtores da Agricultura Familiar – COOPAF; a Cooperativa da Agricultura Familiar do Território de Irecê – COAFTI; e a Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia –

COOTEBA, juntas estas cooperativas são responsáveis pela comercialização e assistência técnica de mais de 16.000 agricultores familiares.

Através de leitura de algumas atas de reuniões das cooperativas, tanto nas reuniões de análise crítica do PNPB – Bahia, promovida pela PBio, ou nas reuniões realizadas pelo governo e pelas federações representantes dos agricultores familiares, os principais entraves apontados pelos dirigentes dos empreendimentos, foram: acesso a crédito, a tecnologias apropriadas aos seus costumes e necessidades; a material genético, como sementes e assistência técnica. Há ainda fatores internos, como: a participação ativa dos seus cooperados nas atividades coletivas (compra de insumos para a produção da matéria prima e comercialização da sua produção); a gestão capacitada e autogestionária dos empreendimentos (atuação dos seus dirigentes e rotatividade nos cargos de gestores).

Estudos sobre empreendimentos da economia solidária, já apontavam a dificuldade de gerir o empreendimento por parte de seus membros, como um dos principais entraves para a sua sustentabilidade e emancipação, a qual está ligada a gestão democrática, participativa e capacitada dos seus cooperados. De acordo com Kraychete (2007), o empreendimento associativo só adquire condições de sustentabilidade quando os seus associados se encontram habilitados para assumir a sua condução.

A inexperiência da prática solidária vinha impedindo que os camponeses pudessem, sozinhos, confluir indivíduos, realizar esforços e realizar ações conjuntas na produção, colheita, comercialização e compras, de modo comum. A ausência de um associativismo vigoroso tornava mais difícil para o pequeno e micro agricultor reduzir custo de produção, obter melhores preços, produzir em escala. São desafios que eles estão buscando superar através do trabalho coletivo, executado de forma cooperada. Informes do SEBRAE mostram constatações empíricas que externam ganhos e força dos pequenos produtores quando integrados no associativismo.

De acordo com Alvim, há muito mais produtos inovadores em agronegócios desenvolvidos por associações e cooperativa, por pequenos produtores individuais. Trabalhar sozinho nessa área é muito difícil. A atuação de forma associada permite redução de custos, ganho de escala e uma maior troca de idéias, que é muito importante na busca pela inovação. (SEBRAE, 2008, p. 23).

Uma alternativa adotada pelos empreendimentos para alcançar sua sustentabilidade e gestão, está sendo a constituição de parcerias entre as



cooperativas e as associações da agricultura familiar de diversas finalidades, onde os agricultores cooperados estão associados. Os agricultores familiares buscavam na organização coletiva uma chance de eliminar problemas ligados à comercialização, insumos e a forma de escoamento da sua produção, esta iniciativa exigiu um maior entrosamento e interação entre eles, permitindo um aperfeiçoamento e incentivo ao processo participativo, nos seus núcleos, com uma dinâmica de participação de deliberação, praticando ações coletivas na busca da melhoria da sua qualidade de vida.

As parcerias firmadas entre as cooperativas e as associações foram fortalecidas, também, com o modelo de nucleação sugerido pelo MDA, com vistas a melhorar os resultados da comercialização e da própria assistência técnica, favorecendo a logística do escoamento da produção e uma maior renda ao agricultor familiar produtor de grãos de oleaginosas, existentes nas áreas de atuação da cooperativa. Conforme o Coordenador Geral de Biocombustível da Secretária de Agricultura Familiar, Marco Antonio Leite, a permanência do agricultor familiar no programa e de suas cooperativas depende da organização dos seus cooperados, principalmente no Nordeste. Leite afirma:

A experiência das primeiras edições do projeto “Pólos de Produção de Biodiesel”, principalmente no Nordeste, deixa claro que qualquer crescimento sustentável da participação de agricultores familiares no PNPB passará pela organização dos grupos de produtores nas comunidades rurais, dentro do conceito de “nucleação” estabelecido na metodologia do projeto. ([www.mda.gov.br/portal/saf/ .../09-anexo\\_VII\\_POLOS](http://www.mda.gov.br/portal/saf/.../09-anexo_VII_POLOS)).

Aqui, parte-se da premissa de que o “empoderamento” das populações rurícolas e sua inclusão social passam, necessariamente, pela viabilização das cooperativas e associações, isto quer dizer, depende do nível e qualidade do trabalho realizado pelo conjunto dos atores da forma que é defendida por Singer (2006). O problema dessas famílias não é somente o habitat, considerando que a situação de moradia delas apenas demonstra uma situação de exclusão social e se deve a fatores, políticos, sociais e econômicos. A superação efetiva dessa situação dar-se-ia privilegiando sua integração social e o resgate do seu legítimo direito de condições dignas de moradias e o acesso a serviços públicos essenciais, investindo na promoção social das pessoas.

Em encontro realizado pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF, em 2011, com a participação de dirigentes de cooperativas, além de representantes de movimentos sociais, do poder público, foi externada sua preocupação com a gestão dos empreendimentos cooperativos da agricultura familiar com contrato de fornecimento de grãos de oleaginosas. Os participantes do evento discutiram sobre a fragilidade da gestão, a necessidade da implementação de ações, tanto do governo federal quanto dos representantes dos Estados e Municípios. Em documento divulgado e encaminhado às instituições competentes, solicitaram apoio para estruturação dos empreendimentos, desburocratização do acesso ao crédito às cooperativas, bem como investimentos na formação e capacitação do seu quadro social.

A participação, conforme informações apresentadas pela câmara setorial de oleaginosas do Estado da Bahia, em pelo menos 80% dos empreendimentos cooperativos com contratos com a PBio, não ultrapassa 60% da presença de seus cooperados nas assembléias ou reuniões extraordinárias, bem como nos atos cooperativos. Outro fator exposto foi a baixa rotatividade dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, ocorrendo apenas a exigida em seu Estatuto, ou seja, um rodízio mínimo dos dirigentes, bem como uma baixa participação dos agricultores cooperados nos atos cooperativos, pois, não apresentam frequência na compra ou venda coletiva.

#### **4.2.1 Caracterização da COOTEBA e Empreendimentos Associativos**

A COOTEBA foi constituída em 1996, com base na Lei de nº 5764/71, por um grupo de profissionais liberais e agricultores familiares, que já militavam nos seus sindicatos e federações. Eles se reuniram para a constituição de uma cooperativa que pudesse permitir aos profissionais da área agrícola, prestar assistência técnica e extensão rural aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária partícipes das suas relações sociais, favorecendo seu acesso a assistência técnica e, assim, aumentando a sua produtividade e renda.

Como cooperativa da economia solidária, de prestação de serviço, a COOTEBA teve várias oscilações no seu quadro de cooperados, principalmente nos períodos sem atividades contratadas ou conveniadas, bem como nos períodos de atraso de repasse de recursos, após o trabalho executado. A maioria das atividades

exercidas pela cooperativa era realizada através de convênios com Instituições públicas, com tempo definido de execução, e sem uma regularidade no repasse dos recursos, o que favorecia a perda de cooperados para o mercado formal ou para atividades consideradas “biscates”.

A cooperativa, tomando como base os princípios do cooperativismo, especificamente, o da intercooperação, firmou parcerias com cooperativas de produção: a Cooperativa de Pequenos Produtores Rurais de Una – COOPERUNA, a Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares – COOMAF e a Cooperativa Mista Agropecuária de Desenvolvimento Econômico de Caetité – COOMADAC, para prestação de assistência técnica. A parceria permitiu a COOTEBA ampliar seu quadro de cooperados e criar condições que favoreceram sua relação com seus cooperados, buscando uma capacitação contínua, não apenas na área objeto dos seus contratos e convênios, mas, principalmente, na educação cooperativista.

A partir de 2008, com a ampliação das relações do governo do Estado e sua inserção no Programa Nacional de Produção de Biocombustível, através de contrato com a Petrobrás Biocombustível S/A, a COOTEBA ampliou a prestação de serviço de Assistência Técnica - ASTEC, garantindo ocupação para mais cooperados e trabalhando o fortalecimento das relações sociais e solidárias entre seus membros e os agricultores assistidos. Nesse período, a cooperativa ampliou seu quadro de cooperados para quase 200 profissionais de nível superior e médio de diversas áreas do conhecimento.

Em 2010, a COOTEBA, através de Assembléia Geral Ordinária, aprova a sua alteração estatutária, ampliando seu objeto, permitindo ações diretas em benefício do agricultor familiar, principalmente no quesito produção, comercialização e logística dos produtos da agricultura familiar, se aproximando ainda mais das características definidoras da economia solidária.

A mudança no seu Estatuto e o serviço prestado pela COOTEBA favoreceu a adesão de mais de 7.000 agricultores familiares, que através da prática solidária começaram a realizar esforços e ações conjuntas na produção, colheita, comercialização de grãos de oleaginosas e compra de insumos, de modo coletivo, cooperativista. Para favorecer a logística do escoamento da produção e uma maior renda ao agricultor familiar produtor de grãos de oleaginosas, a COOTEBA, constituiu 108 núcleos de produção, destes, pelo menos 70% em parceria com Associações de agricultores familiares.

“O estabelecimento de contratos diretos entre os agricultores (ou suas cooperativas) e a empresa, com preços, prazos e condições de comercialização pré-definidos também demonstra ser positivo, na medida em que reduz o espaço de ação da figura do “atravessador”, típico agente de comercialização da produção da agricultura familiar nas localidades onde o mercado de oleaginosas já se encontrava consolidado (o caso da Região de Irecê, na Bahia)” (Carvalho, 2007, pg. 4).

Os empreendimentos, cooperativas e associações, são compreendidos na agricultura familiar como contraponto à dispersão e o individualismo que promovem o isolamento e a ausência de cooperação, ou seja, uma alternativa de superação da individualidade.

As áreas de produção de mamona, deveriam ser nucleadas, de acordo com o MDA, objetivando favorecer a logística e a participação dos cooperados na tomada de decisão, permitiu a ampliação do número de associações parceiras da COOTEBA e envolvidas no programa. Uma parceria que objetivou a participação das associações como agente mobilizador e executor das ações que envolvem a logística da produção dos grãos de oleaginosas, acesso e difusão de tecnologias sociais e outros assuntos convergentes com as ações da cooperativa e interesse de seus associados.

A nucleação desejada não se deu na organização da produção da maioria dos agricultores familiares cooperados da COOTEBA, quer pela forma da aquisição da terra, posse da propriedade, quer pelo espaço geográfico de algumas comunidades. Constatou-se a formação de núcleos de produção, principalmente, em áreas oriundas de crédito fundiário ou assentamentos da reforma agrária, tendo em vista a necessidade de se organizarem em forma de associação para obtenção, ora do crédito, ora de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Nas regiões onde predominam a pequena propriedade rural, poucos núcleos foram formados. Neste estudo, estão identificadas as seguintes associações, parceiras da COOTEBA:

1) no Pólo Irecê: A Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Lagedo de Eurípedes – ACOOPRE, Associação dos Produtores Rurais do Lagedo de Eurípedes e a Associação Comunitária de Elizeu I, do Município do Lapão; a Associação Treze de Maio Agropecuária de Recife de Jussara e a Associação Comunitária do Recife de Jussara, localizadas no município de Jussara; a

Associação Comunitária de Gameleira do Jacaré e a Associação Comunitária de Larga do Elói, sediada em São Gabriel; Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Lagoa do Zeca, situada no município de Canarana;

2) no Pólo Bom Jesus da Lapa: Associação de Moradores da Comunidade de Canabrava e a Associação de Produtores Rurais do Povoado Poço do Nezim e Mucambo, localizadas no município de Ibotirama; a Associação Comunitária de Porto de Palha, município de Barra; a Associação Comunitária Brejo de São José, município de Riacho de Santana; a Associação de Pequenos Produtores Rurais da Agrovila Vinte, localizada no município de Serra do Ramalho; e, a Associação de Pequeno Produtores Rurais de Duas Irmãs, no município de Carinhanha;

3) no Pólo Brumado: Associação dos Pequenos Produtores de Olho Dagua do Rio do Antonio, município do Rio do Antonio; Associação Comunitária Rural da Fazenda Formosa e Vereda, com sede na cidade de Malhada de Pedra; Associação dos Produtores e Moradores das Fazendas Jatobá, Grota, Licouri e Corisco do Município de Condeúbas; a Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Fazenda e Povoado Morrinhos – ASPRUM, do município de Guanambi.

É importante salientar que no Pólo Bonito, a COOTEBA tem parcerias com diversas associações de pequenos agricultores, na execução de diversos convênios, seja no âmbito Estadual, seja no âmbito Federal, mas na produção e comercialização de oleaginosas, não houve retorno das indagações realizadas para sua contextualização e estudo.

A COOTEBA, no Território de Irecê, tem no seu quadro de cooperados 2.035 agricultores familiares e 20 profissionais liberais, todos inseridos no programa de produção de biodiesel, partícipes do contrato de aquisição de grãos e assistência técnica assinado com a Petrobrás Biocombustível. Ela está presente nos municípios de Central, Canarana, Ibipeba, Ibititá, Irecê, Jussara, Lapão, Presidente Dutra, São Gabriel e Uibaí e foram identificadas parcerias com associações em pelo menos cinco municípios.

Lapão é o município com maior número de cooperados da COOTEBA no Território de Irecê, como estratégia de atuação a cooperativa firmou parceria com associações locais, buscando favorecer sua comunicação com os cooperados, bem como garantir a execução das suas atividades (seu objeto) nas comunidades de Lagedo de Eurípedes e de Aguada Nova, com as associações: dos Produtores

Rurais do Lagedo de Eurípedes, Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Lagedo de Eurípedes - ACOOPRE e a Associação Comunitária de Elizeu I.

A Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Lagedo de Eurípedes - ACOOPRE constituída em 1985 por 60 agricultores é a mais antiga de todas as associações, dentre parceiras da COOTEBA. Seu tempo de fundação é marcado por ações que permitiram a continuidade dos seus sócios no campo, seja através da conquista de infraestrutura mínima, como água e energia, seja na obtenção de investimentos na área produtiva como trator e casa de farinha (em construção).

Em parceria com uma cooperativa local, a ACOOPRE conseguiu produtos alimentares e disponibilizou um espaço de compra, funcionando com o trabalho voluntário de seus associados que mantinham o espaço funcionando nos moldes de uma cooperativa de produção, inovando no serviço ao associado. Com a COOTEBA, ela vem apoiando seus associados / cooperados na produção e comercialização dos grãos de mamona comercializados com a PBio, com a utilização do trator comprado através de financiamento, o qual vem atendendo a demanda de preparo de solo de seus associados e apoiando no transporte da produção comercializada de forma coletiva.

A ampliação do número de pequenas propriedades, na comunidade de Lajedo de Eurípedes, favoreceu o surgimento de aglomerações de pessoas em locais dispersos, surgindo novas associações, a exemplo da Associação dos Produtores Rurais de Lajedo de Eurípedes parceira da COOTEBA. A parceria foi iniciada em 2009, com o programa de produção de oleaginosas, no apoio a coleta e armazenagem da produção dos cooperados, a qual foi de fundamental importância para a consolidação da cooperativa na comunidade, garantindo a prestação do serviço de logística da comercialização da mamona produzida na região. Nesta Associação, 28 produtores de mamonas são sócios/cooperados, são agricultores familiares, com baixa renda e pouco acesso a tecnologias. São agricultores que com a mão de obra familiar tocam sua propriedade, plantando o milho, o feijão e a mamona. Em 2011, em parceria com a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agropecuário – EBDA foi realizado diagnóstico participativo dos associados e capacitação na área do associativismo. A Associação não possui DAP Jurídica, o que impossibilita sua ação direta no programa de aquisição de alimentos - PAA, principal programa de comercialização acessado pelos agricultores familiares.

A Associação Comunitária do Elizeu I foi constituída em 2002, no distrito de Aguada Nova, por 27 agricultores familiares, que tem como principal atividade agrícola o plantio da mamona, participa desde o início das atividades da COOTEBA no Território, garantindo a permanência de um técnico agrícola da comunidade no programa como cooperado técnico, bem como no apoio à logística primária da aquisição de grãos pela Petrobrás Biocombustível. A associação está pleiteando um trator junto à Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional do Estado – CAR, instrumento que permitirá a melhoria da produtividade dos associados e, conseqüentemente, da sua renda.

No Município de Jussara, na Comunidade Recife, a COOTEBA presta assistência técnica a 217 agricultores familiares cooperados e mantém parceria com associações de pequenos agricultores e agricultores da agricultura familiar, com associações comunitárias e de mulheres. As associações envolvidas neste estudo foram: a Associação Treze de Maio Agropecuária de Recife de Jussara e a Associação Comunitária do Recife de Jussara, ambas com agricultores familiares cooperados a COOTEBA.

A Associação Treze de Maio Agropecuária de Recife de Jussara foi constituída em agosto de 1996, por 25 agricultores familiares, que tinham como objetivo acessar políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e resolverem juntos, não apenas o problema da produção, mas, também, de condições básicas na área social, como habitação, construção de banheiros, acesso a educação, saúde e correlatos, além de necessidades coletivas. Conforme registros atuais, 22 associados participam com frequência e cumprem suas obrigações estatutárias.

A associação Treze de Maio atua, também, em rede com outras associações da comunidade de Recife, ampliando sua capacidade de atender aos objetivos de seus associados, na busca de alternativas emancipatórias, seja na área social, econômica e ambiental, como, por exemplo, a inserção de seus associados em programas de habitação e comercialização direta do excedente da sua produção. Dentre as principais ações destaca-se a construção de 12 casas, onde a mão de obra foi organizada através de mutirão; e a inclusão de 14 sócios no Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, o qual garante a comercialização do excedente da produção a preço justo.

A associação participa, ainda, de Fóruns Municipais voltados para o desenvolvimento territorial, servindo como porta voz de seus membros, buscando

alternativas, levando sugestões e demandas. A associação tem um calendário de reuniões ordinárias, que ocorre todo primeiro domingo do mês, espaço utilizado para a socialização das informações e discussões de novas propostas. Nas reuniões também são convidados para a discussão de temas em pauta, empresas de assistência técnica, sindicatos, prefeituras e instituições financeiras, dentre outras que possam apoiar a associação na resposta de demandas apontadas pelo coletivo.

A outra associação parceira da COOTEBA é a Associação Comunitária do Recife de Jussara, a mais antiga da comunidade, com data de fundação de 1991. Sua constituição ocorreu com a mobilização das pessoas que moravam na comunidade de Recife e que tinham características comuns, necessidades coletivas e contou com o apoio da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar da Bahia – FETAG. Nos seus 20 anos de fundação, a associação buscou diminuir a exclusão da comunidade na questão do acesso a serviços básicos na área de infraestrutura como a construção de casas e banheiros, na área da educação como na construção da escola, na saúde, com posto de saúde na comunidade.

Na área econômica, a associação, através de parceria como o Governo do Estado, garantiu o acesso a equipamentos voltados para a tecnificação dos meios de produção, como trator e implementos agrícolas, que, de forma coletiva, vem apoiando o preparo do solo dos seus associados no período do plantio. Ainda no apoio às atividades produtivas, os sócios compraram um terreno e construíram um armazém e a sede da associação, espaço que serve de armazém para a oleaginosa comercializada pelos associados e de outros cooperados da COOTEBA.

A Associação Comunitária do Recife de Jussara, também compõe a rede de associações da comunidade, além de participar das discussões do Território de Identidade de Irecê e do Conselho Municipal de Desenvolvimento. A associação realiza reuniões mensais, com frequência de participação em torno de 80% do seu quadro de associados, e utiliza o espaço das reuniões para tratar dos serviços do trator, das demandas encaminhadas para órgãos públicos, assim como as da Companhia Ação e Desenvolvimento Regional - CAR, principalmente.

No Município de São Gabriel, Território de Irecê, a COOTEBA presta Assistência Técnica a mais de 300 agricultores familiares, destes 117 agricultores residem na comunidade rural de Gameleira, onde 43 são associados à Associação Comunitária de Gameleira do Jacaré, entidade constituída em 1996 com o apoio do poder público local e 27 moradores da Gameleira. Desde sua fundação vem



buscando benefícios para seus associados e a comunidade, como a construção e reforma de casas, acesso ao programa Luz para Todos e aquisição de um trator.

A associação do Jacaré em parceria com outras associações e a COOTEBA vem garantindo a melhoria de renda e qualidade de vida dos seus associados, através da inclusão dos agricultores familiares no Programa de Aquisição de Alimentos, através de doação simultânea, beneficiando também, entidades filantrópicas e beneficentes do município. Com a COOTEBA, o apoio a comercialização da mamona, produzida para fornecimento a Petrobrás Biocombustível, vem contemplando mais de 27 agricultores, com a coleta e armazenagem primária, atividade que garante um maior rendimento para o cooperado / associado e também à associação uma receita que ajuda nas despesas administrativas e operacionais.

No município de São Gabriel, a COOTEBA, conta com cooperados associados à Associação Comunitária de Larga do Eloi. Fundada em 1986, a Associação vem desenvolvendo ações com vistas à melhoria da comunidade e de seus associados, com a aquisição de um trator pelos seus associados, através de financiamento coletivo e em parceria com a Prefeitura Municipal na comercialização dos produtos dos seus associados, vem mantendo seus associados participando das reuniões e deliberações coletivas. Com a COOTEBA, a Associação vem mantendo parceria na formação, através de cursos, na assistência técnica e na comercialização feita pelos seus associados.

No município de Canarana, a COOTEBA possui mais de 300 cooperados, produtores de mamona, que comercializam seus grãos com a Petrobrás Biocombustível e são assistidos tecnicamente, tanto para a mamona, como para culturas de alimentares que são produzidas de forma consorciada. A extensão geográfica do município, fez com que parte destes cooperados, sejam atendidos pelo escritório regional da Chapada e outros pelo escritório de Irecê. Parte desses agricultores se enquadra no perfil de associado / cooperado, fazem parte de uma associação que é distribuída em varias comunidades.

Na comunidade da Lagoa do Zeca existem 14 cooperados / associados, são agricultores familiares, vinculados a Associação Comunitária dos Pequenos Produtores Rurais de Lagoa do Zeca, empreendimento que participa como parceiro da COOTEBA na prestação de assistência técnica e apoio a produção e comercialização de oleaginosas (mamona). A Associação desempenha papel

importante na emancipação da comunidade como um todo, trabalhando na área da educação e saúde, através de convênios com o Governo do Estado e Municipal. Na área de transferência de tecnologia e diversificação e melhoria da renda de seus associados, obteve um trator e garantiu investimentos na apicultura, através de cursos e doação de casas de abelhas.

No Pólo Bom Jesus da Lapa, a COOTEBA atua desde sua constituição, prestando serviço de assistência técnica e realizando trabalhos de formação e capacitação profissional aos agricultores familiares vinculados ao Movimento de Luta Pela Terra, beneficiando mais de 3.000 famílias rurícolas em mais de 16 municípios. Dentre seus cooperados, 1.958 estão envolvidos no Programa Nacional de Produção de Biodiesel, acompanhados por 21 profissionais, também cooperados. As áreas com maior concentração de cooperados estão localizadas nas cidades de Barra, Ibotirama, Serra do Ramalho, Riacho de Santana e Carinhanha.

No município de Ibotirama a COOTEBA conta no seu quadro de cooperados, com 213 agricultores familiares envolvidos na produção de oleaginosas. Desde o ano de 2009, com o apoio do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Município, assim como o escritório local da EBDA, a COOTEBA presta assistência técnica aos produtores de mamona, testando um modelo participativo de execução das atividades envolvidas na aquisição dos grãos pela Petrobrás Biocombustível. Neste cenário, foram iniciadas parcerias com diversas associações locais, dentre elas a Associação de Produtores Rurais do Povoado Poço do Nezin e Mucambo, atuante no município na luta pela melhoria da vida do trabalhador do campo e com conquistas tanto no âmbito social, como no econômico e ambiental.

A Associação de Produtores Rurais do Povoado Poço do Nezin e Mucambo, localizada no distrito de Mucambo, foi fundada em 1995 por 31 agricultores e agricultoras familiares, com o objetivo não apenas de reivindicar por questões sociais, mas já tinha dentre seus objetos o apoio à comercialização e à prestação de serviço aos seus associados. A Associação conta com o apoio do poder público local e principalmente da comunidade, em que é sediada, tendo em vista as conquistas realizadas ora através de convênios com o governo do Estado e Federal, quer através da organização de atividades que permitem angariar fundos, como o bingo realizado para arrecadar recursos para apoiar a construção de uma barragem, que resolverá o problema de abastecimento de água na comunidade e adjacências.

A Associação apóia a COOTEBA na relação do associado / cooperado, como articulador e promotor da participação de todos nas tomadas de decisões e cumprimento das deliberações coletivas. Nas atividades contratadas para o PNPB a associação atua na coleta e armazenagem dos grãos de mamona, bem como na administração da máquina de debulhar, a qual substitui o trabalho braçal na separação da casca (capote) do grão da mamona.

No Município de Riacho de Santana, onde a COOTEBA começou com oito agricultores familiares produtores de mamona, atualmente conta com mais de 113 cooperados, número alcançado, principalmente pela Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Brejo de São José, dos quais 69 agricultores fazem parte da associação, e 28 participam constantemente das reuniões. Seus associados têm como principal fonte de renda derivados da cana de açúcar como a rapadura e a cachaça, mas toda a produção, com exceção da mamona, é comercializada de forma individual, na feira local. Com o apoio da COOTEBA, a associação tem ampliado a produção de outras culturas de alimentares, como milho e feijão, culturas consorciadas com a mamona.

Em Serra do Ramalho, a COOTEBA tem atuação em várias agrovilas, áreas de reforma agrária criadas na década de 80, com objetivo de manter o agricultor no campo, e garantir acesso a condições mínimas de produção. Na agrovila 20, os agricultores cooperados da COOTEBA, na sua maioria, compõem o quadro societário da Associação de Pequenos Produtores Rurais da Agrovila Vinte, entidade criada em 1991, por nove agricultores, com o objetivo de acessar crédito coletivo para investimentos nas propriedades de seus associados, o que ocorreu em 1997, momento em que seu quadro social alcançou a adesão de 78 agricultores.

Conforme o Presidente do empreendimento, a associação ficou desativada por nove anos, em virtude da falta de participação dos sócios e do não cumprimento com as obrigações legais de uma associação, como a realização de assembleias ordinárias, sufrágio eleitoral, prestação de contas. A Associação foi reativada em 2010, pelo mesmo grupo que a constituiu, contando, posteriormente, com a adesão de mais 28 associados que são cooperados da COOTEBA, que juntos estão pagando os impostos e tributos atrasados, bem como as despesas contábeis do processo de ativação legal do empreendimento.

Com a parceria da COOTEBA, a Associação apóia seus associados na comercialização da produção de grãos de mamona e nas atividades de assistência

técnica, além da elaboração de diagnóstico participativo, o qual possibilitou a construção de documento que pleiteia, junto a CAR, a doação de um trator e a construção de uma casa de farinha para a comunidade, com vistas a melhorar a produtividade e agregar renda na produção de mandioca.

No Município de Barra, a COOTEBA acompanha 648 agricultores familiares, produtores de mamona e cana de açúcar, distribuídos em diversas comunidades, como a de Vanderlei, Baixa Grande, Igarité, Porto de Palha, dentre outras. Na comunidade de Porto de Palha a COOTEBA mantém parceria com a Associação Comunitária de Porto de Palha. Empreendimento constituído em 1998, composto por agricultores com propriedade na comunidade e localidades circunvizinhas, e pelos produtores de mandioca que fazem parte da gestão da casa de farinha coletiva.

A COOTEBA possibilitou o acesso de seus associados / cooperados, acesso a tecnologias que melhoraram a produtividade e qualidade do grão produzido no Município e na comunidade. Em parceria com a Associação de Porto de Palha, a COOTEBA, vem garantindo a execução da IN 01 de 2005, seus cooperados, através do contrato de assistência técnica e aquisição, participam da produção de biodiesel do Brasil e têm a garantia de comercialização da oleaginosa produzida a um preço justo, garantido pelo Programa de Garantia de Preço da Agricultura Familiar – PGPAF.

No Município de Carinhanha, a Associação de Pequenos Produtores Rurais de Duas Irmãs vem cooperando com a COOTEBA, na relação com seus associados, apoiando os eventos de mobilização e capacitação na comunidade, bem como na organização da comercialização coletiva da produção da mamona. Após a assinatura de contrato de venda com a PBio, a associação tem no seu quadro de sócios, 19 cooperados da COOTEBA, os quais possuem entre 5 a 10 hectares de terra, onde produzem além de culturas de subsistência, a mamona, principal fonte de renda dos agricultores familiares.

Às margens do São Francisco, as comunidades de cidades como Barra e Carinhanha, locais das áreas onde estão concentrados os agricultores familiares que plantam mamona, não são irrigadas, pelo contrário têm escassez de água e falta de nutrientes nos solos, o que dificulta uma melhor produtividade. Outro fator é o difícil escoamento da sua produção, as vicinais são formadas por bancos de áreas e muitas delas distam do centro comercial mais de 130 km, trajeto que chega a durar

mais de quatro horas. São agricultores familiares que se juntaram para sobreviver, para ter acesso às políticas públicas administradas pelo Município, participando de Conselhos de Desenvolvimento, de Segurança Alimentar, das discussões do Território de Identidade, dentre outros que ajudam na questão social da comunidade, como o do Conselho Tutelar, da Saúde, da Segurança, da Educação, e de vários outros espaços de planejamento coletivo, voltados para o atendimento das necessidades de seus associados.

O Pólo Brumado abrange dois territórios de identidades, com a presença de 1.984 agricultores cooperados em 17 municípios, além do seu quadro de cooperados técnicos que alcança mais de 16 profissionais de nível médio e superior. Do quadro de cooperados que compõem o Pólo, 1.397 participam do PNPB, sendo 1.384 agricultores familiares e 13 técnicos agrícolas, em uma relação de 110 agricultores para cada técnico. Cada Técnico acompanha uma média de 300 hectares de mamona, realizando quatro visitas técnicas individuais durante a safra e munindo a cooperativa de informações que favorecem a ação coletiva da comercialização da sua produção.

Para a execução das atividades de assistência técnica e aquisição de grãos de mamona pela PBio, a COOTEBA contou com a parceria de diversas associações, sindicatos e prefeituras locais, como a exemplo dos Municípios de Maracás, Sebastião Laranjeira, Pindaí, Poções, Guanambi, Rio do Antonio, Malhada de Pedra, Brumado e Condeúbas. Dentre as parcerias, algumas Associações estão presentes nos núcleos de cooperados cadastrados no contrato de assistência técnica e aquisição, atuando como parceiras, conforme algumas delas, identificadas de forma sucinta abaixo.

No Município de Maracás, todos os cooperados da COOTEBA são assentados da reforma agrária, todos são associados a alguma associação, que foi montada para que eles tivessem acesso a terra, ao crédito e a assistência técnica, garantida pelo PRONAF. Os 103 cooperados estão distribuídos em Assentamentos áreas de reforma agrária. Fundada em 1999 a Associação dos Trabalhadores Rurais de Santa Marta, do Assentamento Caetá, localizado no Distrito de Capivara, possui no seu quadro de associados 35 produtores de mamona cooperados à COOTEBA. Com o apoio da FETAG, entidade que apoiou a desapropriação da Fazenda Santa Marta e elaborou o Plano de Desenvolvimento do Assentamento, foram beneficiados 70 trabalhadores da agricultura familiar, que na sua maioria já trabalhavam na

propriedade. A associação funciona na antiga sede da fazenda e continua fazendo interveniências junto a entidades públicas responsáveis pela execução de ações voltadas para o desenvolvimento da agricultura familiar, na busca de possibilitar aos agricultores, acesso a casas de alvenaria, com sala, cozinha, banheiro e dois quartos, energia e água.

No apoio à produção, a associação conseguiu um trator, que serviu a seus associados. Com o apoio da COOTEBA, vem incentivando a implantação da cultura da mamona nas áreas individuais do assentamento e apoiou a implantação de uma área coletiva de produção, como também na fase colheita dos grãos produzidos no Assentamento. Hoje a Associação conta com 63 associados, destes 40 participam com frequência das reuniões mensais da Associação.

No Município de Condeúba, a Associação dos Produtores e Moradores das Fazendas Jatobá, Grota, Licouri e Corisco, constituída em 2001, é uma das poucas Associações de pequenos agricultores com título de utilidade pública estadual, permitindo a mesma possibilitar diversas ações em prol do alcance dos seus objetivos estatutários e da satisfação das necessidades de seus associados. A Associação administra a estrutura coletiva da propriedade como trator, depósitos, sede em prol dos interesses dos associados, mas, também, presta serviço para não associados, com preço mais alto.

Desde 2009, com o apoio da sua Presidente, a Associação vem apoiando a COOTEBA pondo à disposição sua estrutura para incentivar a melhoria da produção de mamona, no preparo do solo e mobilizações para entrega de sementes, como também na interlocução com seus 34 associados / cooperados, divulgando e acompanhando as tomadas de decisões da cooperativa. A participação nas suas reuniões mensais chega a 40 associados, o que representa, mais de 70% de participação.

No Município de Malhada de Pedra, a COOTEBA vem atuando no PNPB com a participação de 143 cooperados, agricultores produtores de mamona e cadastrados como fornecedores de grãos para a PBio, estes agricultores são acompanhados por dois técnicos cooperados da COOTEBA.

Fundada em 2004, por 30 agricultores e agricultoras da agricultura familiar, a Associação Comunitária Rural da Fazenda Formosa e Vereda, vem atuando em prol de atender as necessidades dos seus associados, lutando pelo acesso a educação e a saúde da comunidade e apoiando a diversificação da

produção local, garantindo aos seus associados acesso a sementes de alimentares, como o milho e o feijão. Desde 2009, é parceira da COOTEBA no PNPB, através da participação em atividades ligadas a execução dos contratos da cooperativa com a PBio, apoiando a produção e comercialização de mamona de 18 associados / cooperados.

No Município do Rio do Antonio a COOTEBA possui 101 cooperados e uma parceria com a Associação dos Pequenos Produtores de Olho Dagua do Rio do Antonio vem atuando em parceria com a COOTEBA desde sua constituição, em 2009, na mobilização, na articulação com o poder público local e na confluência de ações que possibilitam a melhoria da renda dos agricultores associados / cooperados. Suas conquistas em relação a benefícios para seus associados são inexistentes, o que se tem vários pleitos não atendidos e baixa participação dos seus associados. No seu quadro de sócios a COOTEBA possui 31 cooperados, agricultores que destinaram entre 2 e 3ha para a produção de mamona.

A COOTEBA foi instalada no Território Sertão Produtivo, no ano de 2008, quando assinou o primeiro contrato para prestar assistência técnica à cultura da mamona, com o Governo do Estado, simultaneamente iniciou uma relação de parceria com a Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Fazenda e Povoado Morrinhos – ASPRUM, que com apenas oito associados / cooperados vem incentivando e apoiando a relação da cooperativa com seus associados e estimulando a ampliação da participação dos agricultores associados e de outras associações locais a fazerem parte do PNPB.

De forma geral, todas as Associações parceiras da COOTEBA no Programa Nacional de Produção de Biocombustível, possuem características semelhantes às Associações identificadas acima, onde a participação está vinculada aos benefícios conquistados e a sua forma de gestão. As associações que possuem algum bem que atenda a necessidade individual de seu associado, ou que esteja buscando alcançar este instrumento (trator, poço, energia, etc.) conta com a participação de uma grande parte do seu quadro de sócios, ao contrário daquela que foi constituída há mais de cinco anos e não obteve nenhum benefício coletivo, que está desacreditada e conta com pouca participação. As características dos seus associados / cooperados também são similares, independente da questão geográfica, poucos conseguem acessar tecnologias apropriadas, o que resulta na baixa produtividade e dificuldade de produzir de forma sustentável e coletiva.

## **5 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

### **5.1 DEFINIÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO**

Constitui espaço geográfico para realização da investigação os territórios da cidadania do Velho Chico, Irecê e Sertão Produtivo do Estado da Bahia, abrangendo as macro regiões, definidas como pólos de Irecê, Brumado e Bom Jesus da Lapa. Cada pólo da COOTEBA responde por municípios com características territoriais e geográficas que favorecem as relações entre a cooperativa e o seu cooperado, fator que diferencia o pólo da dimensão territorial.

### **5.2 AMOSTRA**

A amostra contemplou duas dimensões da pesquisa: uma a nível do empreendimento, e, a outra do indivíduo. Para responder as indagações construídas no âmbito do empreendimento, a amostra foi composta por 19 associações e para responder as questões relativas ao indivíduo, foram envolvidos 57 associados / cooperados, ou seja três associados por empreendimento, conforme Tabela 01.

O conjunto dos empreendimentos foi composto, através de escolha intencional, levando em consideração os seguintes critérios: ser constituída legalmente a mais de dois anos; ser parceria da COOTEBA no PNPB; ter no seu quadro societário, sócios cooperados à COOTEBA e produtores de mamona para fornecimento a usina esmagadora certificada com o selo combustível social. Os associados foram selecionados, através da indicação do dirigente entrevistado, representante do empreendimento, levando em consideração: tempo dele na associação; tempo de cooperado da COOTEBA e de participação no PNPB. As



associações que formaram a amostra e o número de associados por empreendimentos entrevistados estão na Tabela 01.

Tabela 1. Empreendimentos e números de associados que compõem a amostra deste estudo

<b>Nome do Empreendimento pesquisado</b>	<b>Sócios Ent.</b>	<b>Percentual</b>
Assoc. Dos Peq. Prod. Rurais de Agrovila 20	3	5,6
Assoc. Prod. De Pov. de campos	3	5,6
Associação duas irmãs	3	5,6
Assoc. Dos prod. Rurais do Pov. de Negim e Mocambo	3	5,6
Assoc. Dos prod. E mor. De Jatobá e L.E. Corisco	3	5,6
Assoc. Com. Brejo de São José - Riacho de Santana	3	5,6
Assoc. Com. De Morinhos	3	5,6
Assoc. Peq. Prod. De Olho D'água rio do Antonio	3	5,6
Assoc. Agric. Da Faz. Formosa/Vereda das Águas	3	5,6
Assentamento Capivara- Maracás- BA	3	5,6
Assoc. Com. De Ponto de Palha	3	5,6
Assoc. Peq. Prod. L. De Eurípedes	3	5,6
Assoc. De Larga do Eloi – ACLE	3	5,6
Assoc. 13 de maio	3	5,6
Assoc. Com de Elizeu I	3	5,6
Assoc. Prod. De Lagedão de Eurípedes	3	5,6
Assoc. Comunitária dos Peq. Agric. De Rodagem	3	5,6
Assoc. Com. Dos Peq. Prod. De Lagoa do Zeca	3	5,6
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados de pesquisa, 2011.

### 5.3 PÚBLICO ALVO

O conjunto da investigação compreendeu os empreendimentos associativos e seus associados. Os dirigentes dos empreendimentos associativos (presidente, tesoureiro (a) ou secretário (a), foram entrevistados e convidados a apresentar informações relativas ao empreendimento e características do quadro de associados. Os associados / cooperados foram entrevistados e discutiram sobre sua visão em relação ao empreendimento, seus interesses e motivações, falaram sobre a instituição, e externaram pontos de vistas sobre a ação coletiva e participação.

## 5.4 FONTE DE INFORMAÇÕES

Inicialmente, os dados relativos aos empreendimentos (associações) foram coletados na Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia – COOTEBA, a qual participa do Programa Nacional de Produção de Biocombustível na Bahia. Em seguida, buscou-se informação diretamente com o cooperado, técnicos agrícolas que prestam serviço de assistência técnica para os agricultores familiares, produtores de mamona, para a produção de biocombustível. Após a coleta de dados preliminares que subsidiaram o planejamento e execução das entrevistas, observações locais, reuniões e obtenção de dados.

Os dados primários foram obtidos diretamente nos empreendimentos, mediante entrevistas aos dirigentes e da observação direta através de participação em reuniões das associações. As informações pertinentes ao indivíduo, ao associado/ cooperado, também foram captados através de entrevista direta, realizadas diretamente pelo pesquisador e por técnicos agrícolas cooperados da COOTEBA. Os dados secundários, deste estudo, foram obtidos nas bibliotecas, arquivos, internet, teses, dissertações, monografias e correlatos, obtidos nas Universidades e outras instituições, como cooperativas, organizações não governamental, empresas do segmento de produção de biocombustível, dentre outras.

## 5.5 INSTRUMENTOS DA INVESTIGAÇÃO

Foram utilizados dois modelos de questionários: um para aplicação junto aos dirigentes (anexo II) e o outro para os associados (anexo III), os quais permitiram a coleta de dados, que após tratamento estatístico, viabilizaram a reflexão e análise dos resultados. São esses dados que compõem a efetivação da pesquisa.

Os instrumentos mencionados possibilitaram a apropriação de informações que permitiram desvendar o nível da participação no empreendimento pesquisado, bem como elucidar questões da ação coletiva e da participação a nível do indivíduo. Foram identificados também, fatores que podem promover o sucesso e insucesso no processo da prática associativa e solidária.

## 5.6 PROCEDIMENTOS ESTATÍSTICOS

Os dados coletados foram sistematizados, organizados e tabulados. Foram construídas tabelas e utilizados procedimentos estatísticos, tais como: média e desvio padrão. Além destes, foram adotados modelos matemáticos recomendados por Santos (2002), o que permitiu incursão sobre variáveis e indicadores, utilização de escores para a verificação do desempenho do vetor participação, e classificação dos empreendimentos investigados. Através da análise de correlação foi possível conhecer as conexões e inter-relações, entre os indicadores de participação.

Assim, utilizando os recursos estatísticos, o autor, pautou-se no modelo desenvolvido por Santos (2002), embasou a sua proposta e realizou a construção de um Índice de Participação (IP), formado pelos Indicadores: rotatividade dos membros da diretoria; participação no sufrágio eleitoral. O Índice de Participação é calculado pela fórmula descrita abaixo.

$$IP = \frac{\sum X_1 + \dots + X_n}{N}, \text{ sendo:}$$

IP = Índice de Participação  
 $\sum X_1 + \dots + X_n$  = Somatório dos Indicadores ( $X_1 + X_2 + X_3 + \dots + X_n$ )  
 N = Número de Indicadores.

Tomando como referência o modelo de Santos (2002), utilizou-se fórmula a qual permitiu conhecer a média de classificação dos empreendimentos associativos. A classificação foi obtida com base na fórmula a seguir.

$$IC = \frac{X - \dot{X}}{\sigma}, \text{ onde:}$$

IC = Índice de Classificação;  
 X = Escore, obtido pelo empreendimento;  
 $\dot{X}$  = Média dos escores;  
 $\sigma$  = Desvio Padrão.

## 5.7 CONSTRUCTOS E VARIÁVEIS

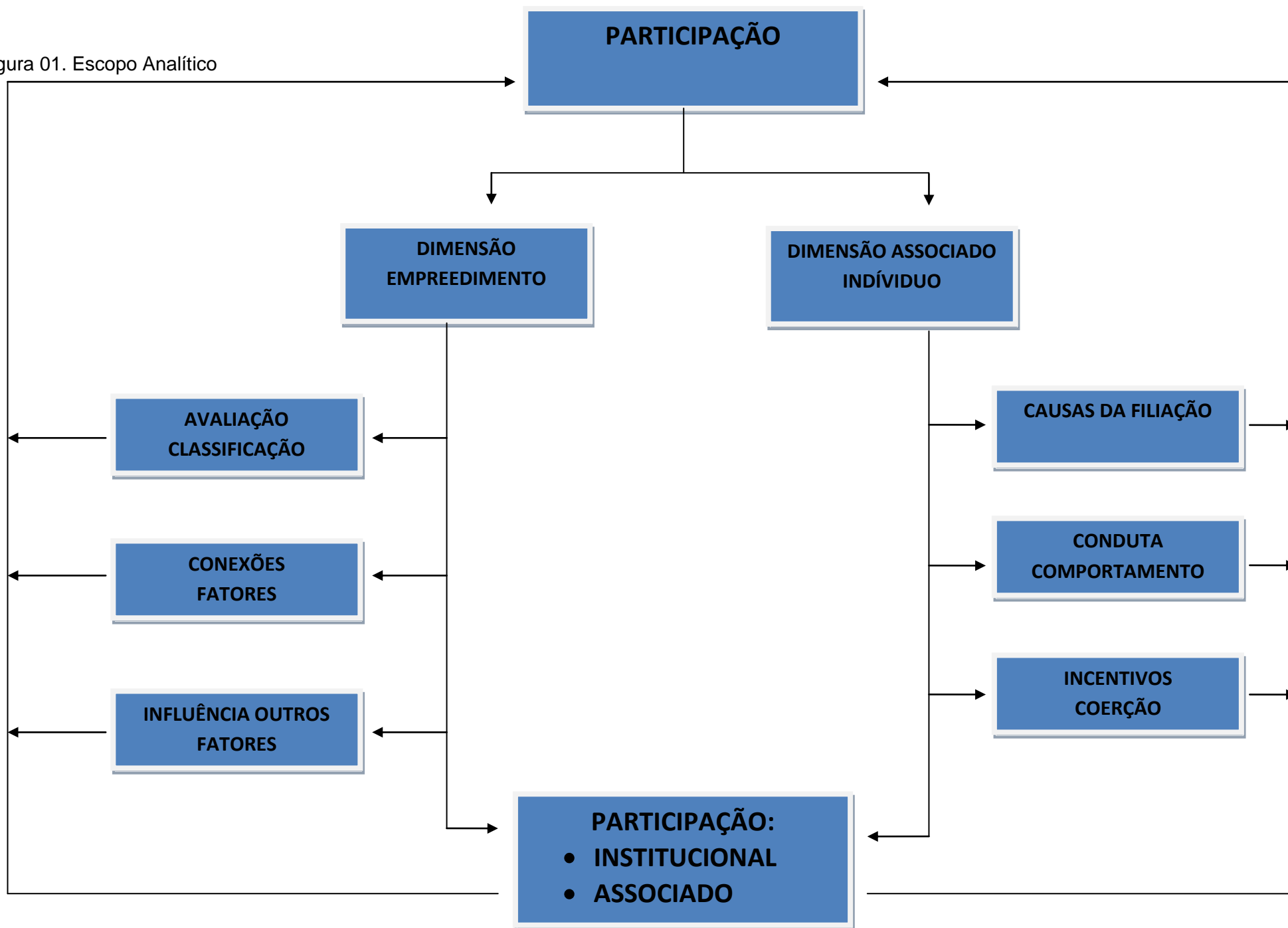
Os constructos desta investigação compreendem duas dimensões: a) do empreendimento cooperativo (associação); b) do indivíduo, o associado. O

constructo da dimensão do empreendimento é formado por três variáveis: 1) a avaliação do desempenho do vetor participação no empreendimento (categoria/classificação); 2) conexões dos fatores de avaliação da participação; 3) outras questões que afetam a participação na visão dos dirigentes dos empreendimentos. O constructo da dimensão do indivíduo possui, também, três variáveis: 1) causas/motivo de filiação do associado; 2) conduta – comportamento individual do carona; 3) incentivos coletivos e coerção como instrumentos de promoção à ação coletiva, a participação, conforme o escopo analítico apresentado na Figura 01. Essas variáveis contam com seus respectivos indicadores, apresentados no Quadro 01 e explicitados no Capítulo de Análise e Discussão dos Resultados.

Quadro 01. Constructos, Variáveis e Indicadores

CONSTRUCTOS	VARIÁVEIS	INDICADORES
1.1. Dimensão Empreendimento	1.1.1. Avaliação - Categoria/ Classificação	1.1.1.1 rotatividade da diretoria; 1.1.1.2 frequência no sufrágio eleitoral; 1.1.1.3 frequência das reuniões; 1.1.1.4 frequência dos associados nas reuniões; 1.1.1.5 publicação de informativo; 1.1.1.6 existência de forma de trabalho coletivo;
	1.1.2. Conexões Fatores de Avaliação	1.1.2.1 Matriz de correlação
	1.1.3 Outros fatores que afetam a participação	1.1.3.1 Estimulo à prática associativista; 1.1.3.2 comportamento do associado
1.2. Dimensão Indivíduo (associado)	1.2.1. Causas da Filiação	1.2.1.1. Econômico, Social, afetivo, Institucional, Religioso e outros
	1.2.2. Conduta Comportamento Individual	1.2.1.2. Carona
	1.2.3. Incentivos Seletivos e Coerção	1.2.1.3. – Premiação; Punição

Figura 01. Escopo Analítico



## **6 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Neste capítulo serão examinadas e analisadas as informações empíricas e teóricas colhidas na presente investigação com o fim de refletir e decodificar a realidade de modo a elucidar os problemas que motivaram pesquisa. Portanto, ele compreende um confronto das constatações empíricas vivenciadas em campo com as idéias, abordagens e teorias apresentadas pelos estudiosos da temática Ação Coletiva, Participação e Cooperação, consignados, no capítulo denominado Fundamentação Teórica.

O capítulo Análise e Discussão de Resultados, aqui, está dividido em duas seções: a primeira versa sobre a participação na dimensão do empreendimento cooperativo, compreendendo um estudo de comportamento da participação no conjunto das associações pesquisadas; a segunda seção foca a participação na dimensão do indivíduo, o ator social, membro ou associado do empreendimento, com base nos dados e informações colhidas em campo.

### **6.1 A PARTICIPAÇÃO NA DIMENSÃO DO EMPREENDIMENTO COOPERATIVO**

Nesta seção buscou-se levantar informações e identificar o nível de participação, na dimensão do empreendimento cooperativo, ou seja, verificar como o processo de ação coletiva se manifesta em nível de participação dentro de cada empreendimento. A partir daí ultimou-se esforços para ver quais as conexões existentes entre os fatores que ensejam a participação, com base em análise de correlação. E, finalmente, foram levantadas informações de fatores que contribuem para fortalecer o processo da participação.

Os dados que compõem a base empírica da análise nesta seção, chamada participação na dimensão do empreendimento, conforme já explicitada na

metodologia, foram colhidos diretamente nos empreendimentos, mediante visita do pesquisador, sendo o questionário respondido pelos dirigentes da associação, como sejam: Presidente, Tesoureiro e Secretário.

A presente seção é formada pelos seguintes tópicos: avaliação dos empreendimentos; conexões da participação; e, outras questões que afetam a participação na visão dos dirigentes dos empreendimentos, conforme a seguir.

### 6.1.1 Avaliação dos empreendimentos

A identificação do nível de participação de cada empreendimento pesquisado foi aqui realizada com base no modelo de avaliação desenvolvida por Santos (2002), construído para verificar a Ação Coletiva em nível de participação em Cooperativa. Santos embasou a sua proposta formatando um modelo o qual propicia a construção de um Índice de Participação (IP), formado por diversos Indicadores, quais sejam:  $X_1$ : rotatividade dos membros da Diretoria;  $X_2$ : frequência dos associados no sufrágio eleitoral;  $X_3$ : número de reuniões realizadas no exercício fiscal;  $X_4$ : participação dos associados nas reuniões realizadas;  $X_5$ : publicação de informativos; e,  $X_6$ : participação em trabalho coletivo/mutirão. A formula que agrega os indicadores mencionados e quantifica a participação, esta descrita abaixo.

Fórmula (1):

$$IP = \frac{\sum X_1 + \dots + X_n}{N}, \text{ onde:}$$

IP= Índice de Participação

$\sum X_1 + \dots + X_n$  = Somatório dos Indicadores ( $X_1 + X_2 + X_3 \dots + X_n$ )

N= Número de Indicadores.

O escore dos indicadores varia 0,0 a 1,0. O resultado do índice é, portanto, de 0,0 a 1,0. E, conforme Santos (2002), o produto ou resultado permitirá identificar o nível de participação dos empreendimentos, classificando como: desempenho insatisfatório escore abaixo de 0,5; desempenho regular entre, 0,5 e

inferior a 0,7; desempenho bom entre 0,7 e inferior a 0,8; desempenho muito bom igual ou superior a 0,8.

Com base nesses critérios foi realizado o trabalho de mensuração da avaliação da participação do conjunto dos empreendimentos que compõem a amostra, cujas questões com seus respectivos valores estão discriminados no Anexo 01. Os dados permitiram a construção da Tabela 02, na qual se encontram os escores de todas as associações, o desvio padrão e o índice de classificação (IC).

Tabela 2. Escore dos índices de Participação nos Empreendimentos

Nome do Empreendimento	X	$\bar{x}$	$\sigma$	IC
Associação Duas Irmãs	0,29	0,57631579	0,14621941	-1,9581243
Assoc. dos Peq. Prod. Rurais de Agrovila 20	0,57	0,57631579	0,14621941	-0,0431939
Assoc. Prod. de pov. de campos	0,58	0,57631579	0,14621941	0,02519645
Assoc. dos Prod. Rurais do Pov. de Negim e Mocambo	0,58	0,57631579	0,14621941	0,02519645
Assoc. dos Prod. e Mor. de Jatobá e L.E. Corisco	0,82	0,57631579	0,14621941	1,66656536
Assoc. Comunitária de Morinhos	0,54	0,57631579	0,14621941	-0,248365
Assoc. Peq. Prod. de Olho D'água do Rio do Antonio	0,5	0,57631579	0,14621941	-0,5219265
Assoc. Agric. da Faz. Formosa/Vereda das Éguas	0,64	0,57631579	0,14621941	0,43553868
Assentamento Capivara -Maracás – BA	0,57	0,57631579	0,14621941	-0,0431939
Assoc. Com. de Ponto de Palha	0,37	0,57631579	0,14621941	-1,4110013
Assoc. Peq. Prod. L. de Eurípedes	0,74	0,57631579	0,14621941	1,11944239
Assoc. de Larga do Eloi – ACLE	0,63	0,57631579	0,14621941	0,36714831
Assoc. 13 de Maio	0,74	0,57631579	0,14621941	1,11944239
Assoc. Comunitária de Elizeu I	0,62	0,57631579	0,14621941	0,29875794
Assoc. Prod. Rurais de L. de Eurípedes	0,41	0,57631579	0,14621941	-1,1374399
Assoc. Comunitária dos Peq. Agric. de Rodagem	0,65	0,57631579	0,14621941	0,50392905
Assoc. Com. dos Peq. Prod. de Lagoa do Zeca	0,54	0,57631579	0,14621941	-0,248365
Assoc. dos Peq. Prod. do Brejo de São José	0,36	0,57631579	0,14621941	-1,4793917
Assoc. Comunitária de Gameleira do Jacaré	0,8	0,57631579	0,14621941	1,52978462
<b><math>\sum X</math></b>	<b>10,95</b>			

Fonte: Dados de Pesquisa, 2011.

O Índice de classificação (IC) é calculado com base na Fórmula (2), apresentada abaixo.

Fórmula (2):

$$IC = \frac{X - \bar{X}}{\sigma}, \text{ onde:}$$



IC = Índice de Classificação;  
 X = Escore obtido pelo empreendimento;  
 $\bar{X}$  = Média dos escores;  
 $\sigma$  = Desvio Padrão de X.

Os dados permitiram a estratificação das Associações por categoria conforme classificação apresentada na Tabela 03, a qual mostra que do conjunto pesquisado somente 10,5% dos empreendimentos obtiveram índices de participação muito bom, ou seja, alcançaram escore igual ou superior a 0,8. Os empreendimentos identificados como muito bom foram: a Associação dos Produtores e Moradores de Jatobá, Grota, Licouri e Corisco do Município de Condeúba; e a Associação Comunitária de Gameleira do Jacaré, as quais alcançaram escores de 0,82 e 0,80 respectivamente. Estes resultados indicam que nestes empreendimentos existe um trabalho sistemático que assegura o envolvimento orgânico do associado com a sua instituição. Sinalizam também que ocorre integração entre os seus membros fazendo com que a ação coletiva seja produto de trabalho grupal, na forma defendida por Hardim (1994). Isso leva a presumir-se que os integrantes dessas associações comungam os esforços e se aglutinam para realizar seus propósitos, de conformidade com os seus interesses. Portanto estes empreendimentos têm largo potencial para conquistas e desenvolvimento de ações.

Tabela 3. Classificação das Associações por nível de Participação

Nome do Empreendimento	Muito Bom	Bom	Regular	Insatisfatório
Associação Duas Irmãs	----	----	----	0,29
Assoc. dos Peq. Prod. Rurais de Agrovila 20	----	----	0,57	----
Assoc. Prod. de Pov. de Campos	----	----	0,58	----
Assoc. dos Prod. Rurais do Pov. de Negim e Mocambo	----	----	0,58	----
Assoc. dos Prod. e Mor. de Jatobá e L.E. Corisco	0,82	----	----	----
Assoc. Comunitária de Morinhos	----	----	0,54	----
Assoc. Peq. Prod. de Olho D'água do Rio do Antonio	----	----	0,50	----
Assoc. Agric. da Faz. Formosa/Vereda das Éguas	----	----	0,64	----
Assentamento Capivara -Maracás - BA	----	----	0,57	----
Assoc. Com. de Ponto de Palha	----	----	----	0,37
Assoc. Peq. Prod. L. de Eurípedes	----	0,74	----	----
Assoc. de Larga do Eloi - ACLE	----	----	0,63	----
Assoc. 13 de maio	----	0,74	----	----
Assoc. Com de Elizeu I	----	----	0,62	----
Assoc. Prod. de Lagedo de Eurípedes	----	----	----	0,41
Assoc. Comunitária dos Peq. Agric. de Rodagem	----	----	0,65	----
Assoc. Com. dos Peq. Prod. de Lagoa do Zeca	----	----	0,54	----
Assoc. dos Peq. Prod. do Brejo de São José	----	----	----	0,36
Assoc. Comunitária de Gameleira do Jacaré	0,8	----	----	----

Fonte: Dados de Pesquisa, 2011.

A Tabela 03 evidencia a presença de duas associações, o que representa 10,5%, no nível de participação Bom, as quais obtiveram escores na faixa de 0,7. São empreendimentos com trabalho edificado no campo da integração, onde seus associados possuem laços de envolvimento que se expressam como engajamento dos propósitos e objetivos da associação. Os dados sugerem que existe, nessas associações, uma ambiência que permite a ação coletiva e que elas poderão, com um certo esforço, avançar e conseguir, dentro de algum tempo, o topo desejado do nível de participação que é a categoria Muito Bom.

Na categoria Índice de Participação Regular a pesquisa identificou 11 associações, o que corresponde a 57,0% do universo amostral, com escores situados entre 0,5 e abaixo de 0,7, conforme a Tabela 02. Estes resultados mostram que a ação coletiva é desenvolvida de forma parcial e que conjugação de esforços é relativizada, com envolvimento grupal centrado em parcela do corpo societário.

A Tabela 03 evidencia, também, que quatro empreendimentos do universo pesquisado, ou seja 21%, obtiveram escores que o qualificam com índice de participação insatisfatório, se destacando nessa categoria a associação Duas Irmãs, a qual alcançou o menor nível de participação com escore 0,29 relativamente próximo de zero. Também em condição de fragilidade acentuada, destacam-se: a Associações de Produtores de Brejo de São José e a Associação Porto de Palha, as quais lograram escores de 0,36 e 0,37, exibindo índice de participação insatisfatório.

Os dados alcançados por esses empreendimentos sinalizam, claramente, a inexistência de ambiência que conduza o processo de participação do corpo societário. Os resultados sugerem que a associação não está oferecendo as condições adequadas para estimular os seus associados a participarem da vida do empreendimento. Portanto, a ação coletiva é extremamente parcializada e certamente o trabalho é construído basicamente pelo grupo dirigente, com envolvimento relativamente insignificante do corpo de associados.

Os empreendimentos que exibem nível de participação insatisfatório, principalmente com escore próximo de zero se caracterizam como unidades divorciadas, afastadas do corpo societário, com poder limitado de realização dos propósitos, e atendimento das metas, interesses e necessidades dos seus integrantes. Portanto, são instituições fragilizadas, dirigidas por grupos minoritários que carregam nos ombros a responsabilidade de atendimento do conjunto das necessidades e anseios do quadro geral de sócios. O enfraquecimento do grupo

dirigente pode até levar a dispersão geral dos associados com riscos de paralisação das atividades. Por outro lado, o associado por não se achar comprometido, dono, parte do processo, se afasta na forma defendida por Santos (2002), Bornadave (1995) e outros estudiosos desta temática. Obviamente que a desmobilização do quadro societário é motivada por fatores internos endógenos (ambiência e operacionalização da associação), como também por fatores exógenos, isto é, externos, mas integrados ao próprio associado, regido por interesses e práticas egoístas, pautada na individualidade, adotando comportamento tipificado por Olson (1999) como Carona.

Contraopondo a posição das associações de desempenho pífio no que tange a participação, a pesquisa mostrou a existência de um conjunto de associações com nível Muito Bom (10,5%) e Bom (10,5%), as quais possuem largas possibilidades de realizar avanços com potencial expressivo para empreender trabalho coletivo.

Examinando o comportamento dos indivíduos que formam o Índice de Participação (IP) por associação, a Tabela 04 apresenta que as associações revelaram maiores níveis de fragilidade no que tange o indicador publicação de informativos ( $X_5$ ) o qual apresentou a menor soma de pontos (6,1) média de 0,32, sendo que 52,6% dos pesquisados obtiveram escore zero. Outros dois indicadores que exibiram fragilidades das associações foram: participação dos associados nas reuniões realizadas ( $X_4$ ) e rotatividade dos membros da Diretoria ( $X_1$ ) os quais tiveram respectivamente os seguintes escores: 9,75 e 10. No indicador  $X_4$  o escore zero foi alcançado apenas por duas associações, mas o de 0,25, portanto próximo a zero, foi registrado por cinco empreendimentos motivando um total de pontos relativamente baixo, tendo em vista que a média alcançada do conjunto pesquisado foi de 0,576, resultado que coloca na condição de insatisfatório.

Entre os indicadores de participação o mais destacado foi o freqüência dos associados no sufrágio eleitoral ( $X_2$ ), o qual registrou o maior número de associações (11) com escore 1, ou seja (59%), e a maior média 0,87, colocando o conjunto pesquisado, neste item, com índice de participação de 0,82. A segunda melhor posição, em termos de nível de participação coube ao indicador número de reuniões realizadas no exercício fiscal ( $X_3$ ) o qual obteve apenas um escore zero, e com oito empreendimentos com escore máximo 1,0, registrando uma média de 0,70.

Os demais indicadores ficaram na condição de desempenho regular com média variando entre 0,5 e 0,6, conforme mostra a Tabela 04.

Tabela 4. Comportamento dos Indicadores que forma o Índice de participação por Associação

Nome do Empreendimento	Indicador de Participação						Total	Média
	X <sub>1</sub>	X <sub>2</sub>	X <sub>3</sub>	X <sub>4</sub>	X <sub>5</sub>	X <sub>6</sub>		
Associação Duas Irmãs	0	0,25	0,75	0,25	0	0,5	1,75	0,29
Assoc. dos Peq. Prod. Rurais de Agrovila 20	0,25	0,75	1	0,5	0	0,5	4	0,57
Assoc. Prod. de Pov. de Campos	1	0,75	1	0,25	0	0,55	3,5	0,58
Assoc. dos Prod. Rurais do Pov. de Negim e Mocambo	0,75	1	0,75	0,5	0	0,5	3,5	0,58
Assoc. dos Prod. e Mor. de Jatobá e L.E. Corisco	0,25	1	1	0,5	0,7	0,5	4,95	0,82
Assoc. Comunitária de Morinhos	0,5	0,75	1	0,5	0	0,5	3,25	0,54
Assoc. Peq. Prod. de Olho D'água do Rio do Antonio	0,5	0,75	1	0,25	0	0,5	3	0,5
Assoc. Agric. da Faz. Formosa/Vereda das Éguas	0,25	1	0,75	1	0,7	0,5	4,5	0,64
Assentamento Capivara -Maracás - BA	0,75	1	0,75	1	0,3	0	4	0,57
Assoc. Com. de Ponto de Palha	0	1	1	0,25	0	0	2,25	0,37
Assoc. Peq. Prod. L. de Eurípedes	1	1	0,25	1	0,7	0,5	4,45	0,74
Assoc. de Larga do Eloi - ACLE	0,75	1	0,25	0,5	0,3	1	3,8	0,63
Assoc. 13 de Maio	0	1	0,75	1	0,7	1	4,45	0,74
Assoc. Com de Elizeu I	1	0,75	1	0,5	0	0,5	3,75	0,62
Assoc. Prod. de Lagedo de Eurípedes	1	1	0	0	0	0,5	2,5	0,41
Assoc. Comunitária dos Peq. Agric. de Rodagem	0	1	0,25	1	1	1	4,55	0,65
Assoc. Com. dos Peq. Prod. de Lagoa do Zeca	1	0,75	0	0	1	0,5	3,25	0,54
Assoc. dos Peq. Prod. do Brejo de São José	0	0,75	0,75	0,25	0	0,5	2,55	0,36
Assoc. Comunitária de Gameleira do Jacaré	1	1	1	0,5	0,7	1	5,7	0,8
<b>Σ</b>	<b>10</b>	<b>16,5</b>	<b>13,2</b>	<b>9,75</b>	<b>6,1</b>	<b>10,5</b>		
<b>Média</b>	<b>0,53</b>	<b>0,87</b>	<b>0,70</b>	<b>0,51</b>	<b>0,32</b>	<b>0,56</b>		

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

### 6.1.2 Correlação de indicadores de participação

Conhecido o nível de participação geral de cada empreendimento, a sua classificação e observado o comportamento dos indicadores que conformam a participação, a indagação que emerge é: como se efetivam as conexões e quais os níveis de correlação que esses indicadores de participação estabelecem entre si? Para responder, pelo menos parcialmente, construiu-se uma matriz de correlação com base na fórmula estatística, cujos resultados estão sintetizados na Tabela 05.

Tabela 5. Matriz de Correlação dos Indicadores de Participação

	$X_1$ = rotatividade nos membros	$X_2$ = participação sufrágio eleitoral	$X_3$ = frequência que ocorre reuniões	$X_4$ = participação dos associados nas reuniões;	$X_5$ = publicação de informativo	$X_6$ = forma de trabalho coletivo	Desemp. participação
$X_1$ = rotatividade nos membros	1,00	0,07	0,08	0,11	0,07	0,13	0,26
$X_2$ = participação sufrágio eleitoral	—	1,00	0,15	0,07	0,03	0,09	0,58
$X_3$ = frequência que ocorre reuniões	—	—	1,00	0,10	0,05	0,13	0,05
$X_4$ = participação dos associados nas reuniões	—	—	—	1,00	0,09	0,16	0,59
$X_5$ = publicação de informativo	—	—	—	—	1,00	0,09	0,64
$X_6$ = forma de trabalho coletivo	—	—	—	—	—	1,00	0,48
Desempenho participação	—	—	—	—	—	--	1,00

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

Os dados revelados na Tabela 05 mostram que a correlação dos indicadores entre si é relativamente insignificante, com escores próximo a zero, e todas de forma positiva. Isso significa certa interdependência em cada indicador e cada um fala por si só, com conexões limitadas e certamente casuais, portanto não existem níveis de dependência. Mas, quando observa-se a correlação dos indicadores do nível de participação, os dados apresentam valores de  $r$  mais representativos, evidenciando que a publicação de informativos regularmente é um indicador com maior correlação, exibindo um  $r = 0,64$ , destacando-se como o que tem a maior capacidade de influenciar no nível geral da participação. A segunda posição é ocupada pelo indicador participação do associado nas reuniões, com  $r = 0,59$  o que quer dizer que a presença do associado nas reuniões também é um fator que potencializa a participação. E a terceira posição ficou com o indicador participação dos associados no sufrágio eleitoral, com  $r = 0,58$ . Os dados mostraram que os três indicadores citados agem com mais força na composição do resultado geral e que a frequência (quantidade) de reuniões e a rotatividade dos membros nos cargos de direção têm influência limitada, exibindo os menores índices de correlação, com  $r = 0,05$  e  $0,26$ , respectivamente. Ver Tabela 05.

### **6.1.3 Outras questões que afetam a participação na visão dos dirigentes de empreendimentos**

Identificando as possíveis conexões entre os indicadores da participação, o passo seguinte consistiu em averiguar, conhecer que outros fatores interferem no processo da integração social, no âmbito associativista, de modo a influenciar a participação. A busca de informações focou os dirigentes de empreendimentos que compõem a amostra.

As indagações que emergiram da reflexão estão agrupados em três blocos. Sendo que no primeiro o propósito é identificar quais as ações que os empreendimentos utilizam para aumentar a participação. O segundo bloco busca conhecer procedimentos utilizados para reforçar a prática associativista, a solidariedade e a fidelização do associado. E o terceiro e último visa verificar a presença de comportamento individualista que afetam a participação e as providências adotadas, conforme comentário a seguir.

#### **6.1.3.1 Ações empreendidas pelas associações para reforçar a participação**

Indagando os dirigentes das associações para saber se os empreendimentos realizavam ações para atrair os associados e reforçar a participação, as respostas indicaram que 68,4% desenvolviam esforços e adotavam medidas para incentivar a participação dos seus integrantes. Seguindo a mesma linha questionou-se sobre quais as medidas que estavam sendo adotadas. As respostas estão sintetizadas na Tabela 06, a qual evidencia um elenco de medidas de natureza econômica, social, afetiva, incluindo entretenimento e outras, que vão ao encontro dos interesses e necessidades dos associados e contribuem para que o indivíduo perceba a utilidade do empreendimento. São ações que motivam a participação e ensejam condições para integração, mediante o usufruto dos serviços e resultados, conforme defende Olson (1999) e Douglas (2007).

No bojo das preocupações para fortalecimento da prática associativista indagou-se sobre a existência de “fundo”, recurso destinado especificamente para a área educativa, visando a qualificação do sócio e o seu aprimoramento. Os dados revelaram que apenas 31,6% das associações, contingenciavam recursos para atender a fins educativos e trabalhar a educação e a grande maioria dos

empreendimentos não realiza ações voltadas para a área educativa, conforme Tabela 07.

Tabela 6. Ações realizadas pelos Empreendimentos para reforçar a participação dos associados

<b>Descriminação</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Apoiar a realização de mutirão/trabalho coletivo	1	5,3
Apoiar/construir barragem para irrigação	1	5,3
Distribuir sementes para os associados	1	5,3
Incentivar a inserção dos assoc. p/ programas sociais	1	5,3
Manter os associados sempre informados	3	15,7
Promover/gerar benefícios para a comunidade	1	5,3
Realizar assistência saúde/convênio Hospitalar	2	10,5
Realizar convite boca-boca/conversa	2	10,5
Realizar cursos, oficinas e palestras	1	5,3
Não respondeu	6	31,5
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados de pesquisa, 2011.

Tabela 7. Fundo (reserva) voltado para fins educativos que contribuam para a qualificação do associado e favoreçam a integração e engajamento

<b>Descriminação</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Não	13	68,4
Sim	6	31,6
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da Pesquisa, 2011.

#### 6.1.3.2 Procedimentos utilizados para implementar a prática associativista e a solidariedade

No bloco de inquietações sobre o exercício da solidariedade e práticas associativistas indagou-se sobre a existência de duas questões: 1) a forma de trabalho coletivo sem remuneração; 2) a fidelização dos associados na entrega e venda dos seus produtos. As respostas estão nas Tabelas 08 e 09, conforme a seguir.

Tabela 8. Trabalho desenvolvido em forma coletiva, sem remuneração nos empreendimentos pesquisados

<b>Descriminação</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Mutirão / frente de trabalho coletivo	11	57,9
Ações de ajuda voluntária	3	15,8
Mutirão e ações de ajuda voluntário	2	10,5
Não Realizam	2	10,5
Mais de uma alternativa (avaliação processual)	1	5,3
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados de pesquisa, 2011

Conforme dados da Tabela 08, 89,5% dos empreendimentos realizam trabalhos coletivos que contribuem para aperfeiçoar o espírito solidário de seus membros. Entre as formas de ação coletiva se destaca o mutirão, como a mais popularizada, isto é, a mais praticada, sendo utilizada por 68,4% das associações. Do universo amostral apenas, 10,5% informaram não utilizar esse mecanismo, ou seja, trabalho coletivo não remunerado.

No que se refere a fidelização indagou-se qual o percentual de associados que entregam seus produtos para o empreendimento promover a venda em comum. Os dados sinalizaram que 68,4% das associações não promovem ações dessa natureza, ou seja, não comercializam. Os empreendimentos que atuam no campo da comercialização, informaram que o percentual de associados que entrega a produção para a venda em comum é igual ou inferior a 50%, predominando a faixa de 20%, conforme mostra a Tabela 09.

Tabela 9. Empreendimentos que promovem a comercialização e o percentual de participação dos seus associados

<b>Descriminação</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Não promove a comercialização dos produtos	13	68,4
Abaixo de 50% até 20%;	3	15,8
70% ou mais do número de sócios ativos;	1	5,3
Abaixo de 70% até 50%;	1	5,3
Abaixo de 20%.	1	5,3
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados de pesquisa, 2011.

Na tentativa de obter mais informações sobre a fidelização do associado, indagou-se sobre os mecanismos utilizados para premiar os integrantes que participam de vendas em comum e priorizam a sua instituição nos negócios. Os dados obtidos na investigação estão relatados na Tabela 10 a qual mostra que



78,9% das associações não possuem mecanismos para motivar. Não existem incentivos seletivos para os associados, posição que se contrapõe a recomendação de Olson (1999). Das três associações que utilizam tal mecanismo, aponta como forma de premiação o uso dos equipamentos do empreendimento com prioridade e preço diferenciado para o sócio, sendo os principais equipamentos, motor forrageiro e trator.

Tabela 10. Empreendimentos que utilizam mecanismos de incentivo seletivo e suas principais ações

<b>Descriminação</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Não respondeu	15	78,9
Desconto na utilização de máquina (trator)	2	10,5
Utilização de motor forrageiro	1	5,3
Trabalho coletivo	1	5,3
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados de pesquisa, 2011.

#### 6.1.3.3 Presença de associado com comportamento individualista – Carona

Na esteira das preocupações sobre o convívio e comportamento de seus integrantes, indagou-se sobre a existência de associado que não participa, não presta contribuição e só procura tirar vantagens, tipificado como carona, na forma preconizada por Olson (1999). As respostas dos dirigentes evidenciaram que 89,5% dos empreendimentos possuem, no seu quadro, associados que se comportam como o carona, isto é, só buscam vantagens e agem movidos por interesses egoístas, conforme Tabela 11.

Tabela 11. Empreendimentos que identificaram associados carona, no seu quadro societário

<b>Descriminação</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Sim	17	89,5
Não	2	10,5
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados de pesquisa, 2011.

Avançando a discussão sobre o comportamento do carona, questionou-se quais os efeitos da presença do associado egoísta, individualista. As respostas estão registradas na Tabela 12, na qual consta como principal efeito, com 42,1% de indicações o fato da presença do carona desestimular outros associados. Isto

equivale reconhecer que o comportamento do tipo carona, na visão dos dirigentes dos empreendimentos, provoca efeitos negativos, desmobiliza, criando clima inadequado para a convivência grupal.

Entendendo o comportamento do carona como fato indesejado na associação, buscou-se conhecer as medidas que são tomadas para coibir a presença de pessoas com atitudes egoístas e interesseiras (carona). Os dirigentes, conforme mostra a Tabela 13, apontaram diversas medidas punitivas em geral, sendo a mais destacada, a advertência, seguida da suspensão de direitos, exclusão e outras.

Tabela 12. Efeitos causados pela presença do associado carona no quadro societário do empreendimento

<b>Descriminação</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Desestimula outros associados	8	42,1
Desestimula os associados e abre os olhos da diretoria	4	21,1
Não respondeu	2	10,3
Cria clima de conflito e gera ambiência de desconfiança	1	5,3
Leva a diretoria a realizar novas ações e formular novos desafios	1	5,3
Outros motivos	1	5,3
Desestimula os outros associados, leva a diretoria a realizar novas ações	1	5,3
Até o momento o associado carona não causa problema	1	5,3
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados de pesquisa, 2011

Tabela 13. Medidas tomadas para coibir a presença do associado carona no quadro societário do empreendimento

<b>Descriminação</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Advertências	8	41,3
Suspensão dos seus direitos de associados	3	15,8
Não há medidas punitivas	2	10,5
Sobre preço nos serv. prestados pela associação	3	15,5
Não respondeu	1	5,3
Exclusão do quadro de cooperado / associado	1	5,3
Advertências e suspensão	1	5,3
<b>Total</b>	<b>19</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados de pesquisa, 2011

## 6.2 A PARTICIPAÇÃO NA DIMENSÃO DO INDIVÍDUO, O ASSOCIADO

Buscou-se nesta seção, obter informações com o fim de conhecer aspectos do processo da ação coletiva nos empreendimentos estudados, tendo como eixo de preocupação a participação. O foco, aqui, é o indivíduo, o associado, e a pretensão é saber o porquê ele se filia a uma instituição e quais fatores que favorecem ou limita a sua participação. Nessa linha, conforme já explicitado na metodologia, os dados referenciados que serviram de base para análise foram colhidos diretamente junto aos associados dos empreendimentos que formaram o universo amostral, já classificados e discutidos na seção 6.1 deste capítulo. Nesse sentido a amostra compreendeu 57 associados / cooperados, vinculados aos empreendimentos mencionados, sendo três por associação, na forma citada na metodologia.

Assim, esta seção, denominada de a participação na dimensão do associado, é composta de três subseções, quais sejam: causas/motivo da filiação do associado; conduta – comportamento individual – do carona; incentivos coletivos e coerção e incentivos seletivos da ação coletiva, a participação, cujos comentários estão a seguir.

### **6.2.1 Causas da filiação – porque os indivíduos se associaram ao empreendimento**

A indagação que guiou a investigação nesta subseção foi: o porquê os associados se filiaram ao empreendimento? O que motivou a sua decisão de se integrar ao quadro de sócios? Quais as causas que levaram os indivíduos a se unir para o processo de formação de vontade coletiva? Para responder as indagações citadas foram formuladas as questões, cujas respostas estão tabuladas e registradas na Tabela 14.

Tabela 14. Fatores que Levaram o Indivíduo a Associar-se à Cooperativa / Associação

<b>Descriminação</b>	<b>Freqüência</b>	<b>Percentual</b>
Econômica (necessidade de melhorar, obter renda)	18	31,6
Afetividade e Econômica	11	19,3
Afetividade (influência de amigos e parentes)	7	12,3
Social (prestígio, status, participação em eventos sociais)	5	8,8
Social e Econômica	5	8,8
Imposição do INCRA	2	3,5
Crença (aspectos religiosos)	1	1,8
Institucional (parceria com outras entidades)	1	1,8
Afetividade, Social e Econômica	1	1,8
Afetividade e social	1	1,8
Afetividade e institucional	1	1,8
Incentivar o des. da comunidade	1	1,8
Participação de projetos e ajudar a comunidade	1	1,8
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados de pesquisa, 2011

Conforme a Tabela 14, 96,4% dos entrevistados declararam que se associaram com o fim de atender desejos, interesses, de natureza econômica, social, afetiva, institucional, religioso e outras. Portanto, a maioria absoluta dos respondentes, declararam que a decisão de se filiar teve como fim atender necessidades, ou suprir carências. Este resultado se coaduna com idéias defendidas por Olson (1999), Hardim (1994) e até mesmo por Douglas (2007) que exaltam que a ação coletiva tem como fato motivador o desejo de obter benefícios para atender desejos ou necessidades, conseguir resultados proveitosos.

Verificando as causas motivadoras da decisão da filiação os dados constantes na Tabela 14 mostram o fator econômico como o mais destacado, sendo individualmente (31,6%) e ainda o econômico quando associado com o afetivo (19,3%), com o social (8,8%) e outros (1,8%), totaliza 61,8%. Portanto, a busca de vantagens, ou necessidade de suprir carências conforma a base incentivadora para o engajamento das pessoas a se filiar a ação coletiva.

A segunda causa motivadora da decisão de filiação dos associados nos empreendimentos investigados foi a questão da afetividade, portanto a necessidade de conviver com pessoas amigas, parentes; manter convivência com os seus pares. A influência de pessoas afins levou os indivíduos a fazer a filiação. A afetividade como fator causador isolado foi indicado por 12,3% do universo amostral e ela

agregada com o econômico (19,3%) e com o social, institucional e outros totaliza 37,0%.

Conforme a Tabela 14, o terceiro fator que levou os indivíduos se associarem as associações entrevistadas, foi a questão social, aqui entendido como, necessidade de prestígio, status, interesse em participar de eventos sociais, estar ao lado de pessoas reconhecidas na comunidade como importantes, ou seja, a motivação social com o fim de atender desejos ou suprir carências de ordem psicológica. O fator social isolado foi apontado como motivação por 8,8% do universo pesquisado. Mas, o social quando agregado a outros fatores, como o econômico, o afetivo e o institucional alcança 21,2%. O fator religioso como também o institucional apresentam-se com índices insuficientes, ambos, com 1,8% cada um. Entretanto cabe citar, ainda, a indicação da imposição do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, que agregado ao fator institucional, passa a ser a motivação de 5,3% dos entrevistados, mas, mesmo assim, com representatividade limitada.

Salienta-se que apenas 3,6% dos entrevistados declararam que a principal motivação era ajudar a comunidade, incentivar o desenvolvimento, e participar de projetos comunitários. Portanto, visão altruísta, que coloca os interesses coletivos em primeira dimensão. Ou seja, não existe o interesse material, mas, não se nega a necessidade psicológica de servir dessas pessoas.

Reconhecidos os fatores que levaram as pessoas, os associados dos empreendimentos, a se filiarem a indagação seguinte foi: como o Sr. (a) classifica sua participação na associação? As respostas estão nas Tabelas 15 e 16, as quais revelam o nível de integração do associado, na sua visão. Os dados revelaram que 80% dos entrevistados se sentem integrados ao empreendimento. A Tabela 16, aponta que 31,6% dos entrevistados declararam que participam de todas as reuniões e atos coletivos, se incluindo na categoria de Muito Boa participação. Um segmento significativo se incluiu na categoria de Boa Participação, ao informar que raramente faltam as reuniões e participa de quase todas as atividades coletivas, totalizando 29,8%. A categoria da participação Regular foi ocupada por 26,3% e a Ruim, ou seja, aquela que raramente participa de reuniões compreendeu 12,3% do total amostrado.

As pontuações do nível de participação dos associados não permitem a universalização da informação, tendo em vista que a amostra selecionada foi de

natureza intencional e não atendeu a parâmetros científicos no seu dimensionamento. Portanto, os dados se aplicam para o estudo da participação e suas conexões no âmbito específico dos empreendimentos investigados.

Tabela 15. Integração do associado a sua Associação / Cooperativa

<b>Descriminação</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Sim	49	86
Não	7	12,3
Não respondeu	1	1,8
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados de pesquisa, 2011

Tabela 16. Nível de Participação do associado na sua Associação / Cooperativa

<b>Descriminação</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Muito boa (participa de todas as reuniões e atos coletivos)	18	31,6
Boa (raramente falta as reuniões e participa de quase todos os atos coletivos)	17	29,8
Regular (falta algumas vezes as reuniões programadas, e participa de quase todos os atos coletivos)	15	26,3
Ruim (raramente participa das reuniões programadas e dos atos coletivos programados)	7	12,3
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados de pesquisa, 2011

### 6.2.2 Conduta – Comportamento Individual do Associado Carona

O fio norteador que guiou a investigação nesta subseção foi o propósito de saber se tem na associação que o respondente é filiado, o sócio do tipo carona, isto é, pessoas que apesar de terem interesses e necessidade para serem atendidas através da ação grupal, mas não cooperam porque sabe que existem outras pessoas dispostas a fazer ou realizar a sua parte. Portanto, esperam que outros façam, contribuam, paguem para que elas consigam atender as suas necessidades sem desprender esforços, energias. Ver: Olson (1999); Alcântara (2003) e Costa (2009).

Assim, o carona se caracteriza como indivíduo portador de comportamento que cria sérias dificuldades para a ação grupal, portanto um obstáculo à cooperação. O associado age desse modo, enfraquece a interação social, provoca desmobilização e interfere seriamente no nível de participação do conjunto dos associados. (ALCÂNTARA, 2003). Nessa linha, compreendendo que

os comportamentos desviantes atrapalham a ação coletiva, indagou-se se existem caronas na associação dos entrevistados.

Os dados constantes na Tabela 17 revelaram que 75,4% dos entrevistados informaram que existe no empreendimento que é filiado, associados com comportamento tipificado como Carona, isto é, pessoas que só querem levar vantagens; ganhar em cima dos outros; dar pouco para receber muito; só participa para levar resultados. Enfim, pessoas cujo comportamento enfraquece a ação grupal, provoca o afastamento de outros associados, desestimulando o processo de ação coletiva. Confrontada a informação dos associados a qual revela um percentual de 75,4% de carona com os dados dos empreendimentos, fornecidos pelos dirigentes, que indicaram 66,7%, percebe-se uma diferença, mas o fato é que na maioria esmagadora dos empreendimentos pesquisados existe o associado com conduta desviante que afeta e limita o poder da ação coletiva e de cooperação.

Na tentativa de estabelecer elos entre as decisões / deliberações das plenárias da Associação com o comportamento e prática dos associados, questionou-se sobre a questão, inclusive para visualizar os espaços de ação dos caronas. Os dados mostraram que somente 43,9% cumprem sempre as deliberações tomadas em assembléia, 42,1% raramente e 14% nunca atendem, conforme Tabela 18. Portanto, é dentro destas margens que se percebe o espaço de ação do associado carona.

Tabela 17. Presença do o associado "CARONA" no empreendimento, entre os seus parceiros da associação

<b>Descriminação</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Sim	43	75,4
Não	13	22,8
Não respondeu	1	1,8
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados de pesquisa, 2011

Tabela 18. Frequência em que o Associados Acatam / Cumprem as Deliberações Tomada em Reunião da Associação / Cooperativa

<b>Descriminação</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Sempre	25	43,9
Raramente	24	42,1
Nunca	8	14
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados de pesquisa, 2011

Ainda na preocupação de investigar e conhecer aspectos do comportamento individual do associado junto a sua instituição (associação) inquiriu se aos respondentes do questionário sobre as tomadas decisões pessoais. Indagou-se se eles recorriam às suas instituições, associação, na forma defendida, pois Mary Douglas:

“Uma idéia reconfortante porém falsa, sobre o pensamento institucional adquiriu recentemente certa aceitação. Trata-se do conceito de que as instituições apenas realizam o pensamento rotineiro, de baixo nível do dia a dia. (...) O indivíduo tende a deixar as decisões importantes para suas instituições, enquanto se ocupa com as táticas e os detalhes”. (Douglas, 2007, p. 115)

Os dados da Tabela 19 mostraram que: 52,6% nunca consultaram ou buscaram orientação; 28,1 % raramente e 19,3% sempre consultaram ou buscaram a instituição ou os seus dirigentes para tomada de decisão (Ver Tabela 19). As questões consultadas pelos associados aos dirigentes concentram-se, fundamentalmente, no campo econômico, especialmente compra e venda de produtos, conforme Tabela 20.

Tabela 19. Frequência em que o Associado Toma Decisões Pessoais com Base na Orientação da sua Associação / Cooperativa

<b>Descriminação</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Nunca	30	52,6
Raramente	16	28,1
Sempre	11	19,3
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados de pesquisa, 2011.

Tabela 20. Em Quais Circunstancias o Sr. (a) Solicitou ou Solicita Ajuda na Tomada de Decisões Pessoais

<b>Descriminação</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Na questão econômica (na compra de insumos; na venda dos produtos	22	81,5
Na questão social e econômica	2	7,4
Na questão afetiva (na escolha dos amigos; na formação )	2	7,4
Na questão social (ingresso em partido político; participação	1	3,7
<b>Total</b>	<b>27</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados de pesquisa, 2011.



### 6.2.3. Coerção e Incentivos Seletivos

Conforme Olson (1999) a coerção e os incentivos seletivos são instrumentos indispensáveis para a ação coletiva, especialmente nos grupos de tamanho médio e grande. A coerção se expressa como mecanismo para coibir comportamentos desviantes, figurados no carona, que aplicam a Lei da Vantagem, e age de forma egoísta buscando tirar proveito dos outros pares.

Reconhecendo-se os efeitos maléficos causados pelos associados do tipo carona, fato reconhecido e apontado pelos dirigentes das associações, ver Tabela 11, buscou-se nesta subseção saber o que os associados achavam da utilização de medidas punitivas aos caronas, uma vez que os empreendimentos já estavam utilizando. Conforme dados apresentados na Tabela 21. Os respondentes informaram ser favoráveis as medidas, pois 82,2% declaram que concordavam com o uso de formas punitivas ao carona.

Tabela 21. Utilização / uso de medidas punitivas para o associado considerado "CARONA"

<b>Descriminação</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Sim	47	82,5
Não	10	17,5
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados de pesquisa, 2011

Olson (1999) destaca a importância dos incentivos seletivos no processo da ação grupal, distinguindo-os como mecanismo de real valor para motivar as pessoas, fortalecer a contribuição e assegurar a integração. É entendido como uma premiação aos que mais se esforçam, produzem, participam. Nessa linha indagou-se se a associação do respondente adotava medidas para premiar os associados que participavam, contribuía com a ação grupal. Os dados revelaram que apenas 36,8% das suas associações utilizavam incentivos seletivos para reforçar a participação (Tabela 22).

Tabela 22. Utilização de incentivos seletivos para o associado que participa / que é ativo

<b>Descriminação</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Não	35	61,4
Sim	21	36,8
Não respondeu	1	1,8
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados de pesquisa, 2011

Aprofundando um pouco a discussão dos incentivos seletivos procurou-se saber quais as medidas que as suas associações adotavam visando fortalecer a participação. As respostas estão sintetizadas na Tabela 23, e evidenciaram que 65,6% não responderam, pois a maioria esmagadora não adota medidas de incentivo. Essas informações estão conflitantes com a que foi declarada pelos dirigentes na Tabela 10, portanto os associados não estão cientes do que as suas restituições estão realizada para incrementar a participação ou os dirigentes se equivocaram.

Tabela 23. Medidas utilizadas para incentivar / estimular o associado que participa

<b>Descrição</b>	<b>Frequência</b>	<b>Percentual</b>
Não respondeu	37	64,9
Realizar comercialização, dividir as sobras	3	5,3
Cumprir acordos e compromisso com a diretoria	2	3,5
Adquirir e utilizar de maquinários agrícolas	2	3,5
Inserção, informações dos programas sociais	2	3,5
Apoiar/Unir/ Ajudar os associados	2	3,5
Melhoria na Infra estrutura (habitação, água e energia e etc.)	2	3,5
Realizar reuniões mensais/periódicas	1	1,8
Realizar capacitação,cursos, oficinas e palestras (técnico)	1	1,8
Realizar assistência técnica de qualificada	1	1,8
Trabalho de mutirão	1	1,8
Convênio hospitalar/assistência médica	1	1,8
Sorteio/ premiar os associados participativos	1	1,8
Distribuição de alimentos	1	1,8
<b>Total</b>	<b>57</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados de pesquisa, 2011

## **7 CONCLUSÕES**

Este capítulo apresenta as principais conclusões e constatações da pesquisa. Ele está constituído dos seguintes tópicos: Considerações Finais, Recomendações e Limitações da pesquisa, cujos comentários estão apresentados a seguir.

### **7.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O projeto de pesquisa denominado O Desafio da Participação na Dinâmica dos Empreendimentos Cooperativos na Bahia: o caso das associações envolvidas no PNPB foi desenvolvido e executado com o fim de levantar informações e ampliar o conhecimento sobre a participação nas ações coletivas, visando oportunizar as instituições de natureza associativista meios para potencializar o engajamento e a integração social dos seus membros. Portanto, o objetivo central compreendeu a busca de informações que ajudem a incrementar a participação dos associados, especialmente dos filiados dos empreendimentos da agricultura familiar na Bahia.

A pesquisa abrangeu duas dimensões: 1) o empreendimento, a associação; 2) o indivíduo, o associado dos empreendimentos envolvidos. Na dimensão do empreendimento os dados foram fornecidos pelos dirigentes, isto é, Presidente, Tesoureiro e Secretário. Na do indivíduo as informações foram prestadas diretamente pelo associado. A amostra foi de natureza intencional e contemplou 19 empreendimentos (associações), parceiros da Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia. Eles estão localizados em área com elevada densidade de propriedades agrícolas da agricultura familiar, na região do semi-árido do Estado da Bahia, concentrando-se nos Territórios de Identidade de: Irecê, Sertão

Produtivo e Velho Chico. Portanto, todos os empreendimentos têm como base de aglutinação para a ação coletiva a agropecuária e, especialmente, a produção de oleaginosas. Na dimensão do indivíduo a amostra contemplou três associados por associação, com base em indicações dos associados dirigentes.

A fundamentação teórica que guiou a investigação focou a ação coletiva e a participação. A ação coletiva teve como norte as idéias exaltadas por Olson (1999), Douglas (2007) e Alcântara (2003), com base nos diálogos estabelecidos entre os autores citados, ancorados na visão das teorias: da escolha racional e da neo institucional. No âmbito do estudo da participação os autores consultados foram: Santos (2002), Bordanave (1994), Demo (1996), Rech (2000) e Ribeiro (2004). Foi utilizado o modelo de avaliação de Santos (2002) para averiguar o desempenho das associações, bem como, classificar e categorizar, cujas idéias e proposições serviram de base para referenciar todo o processo avaliatório desta investigação.

Os dados foram levantados em campo por uma equipe de técnicos que assistem, acompanham as referidas associações, por intermédio de questionários, no período que compreendeu junho e julho de 2011. As informações dos questionários foram tabuladas e receberam tratamento estatístico para que fossem aplicados as fórmulas previstas no Modelo de Santos (2002), o que permitiu a elucidação de informações para as análises de cada dimensão da pesquisa. Na dimensão do empreendimento as variáveis foram: nível de desempenho da participação das associações, apresentado em forma de classificação; conexões dos fatores que conformam a participação; e, identificação de outros fatores que afetam a participação. No âmbito da dimensão do indivíduo as variáveis foram: fatores que motivaram o associado a fazer a sua filiação ao empreendimento; comportamento individual que afeta a participação – presença do carona; e a coerção e incentivos seletivos, cujas principais constatações estão elencadas a seguir.

No que tange a desempenho, os dados mostraram que as Associações: Associação dos Produtores e Moradores de Jatobá, Grota, Licouri e Corisco do Município de Condeúba; e, a Associação Comunitária de Gameleira do Jacaré, foram as que apresentaram maior nível de desempenho em termos de participação, obtendo classificação como Muito Bom, com escore igual ou superior a 0,80. Isto quer dizer que esses empreendimentos possuem ambiência adequada e adotam medidas que ensejam a ação grupal. Portanto, estão qualificados para empreender ações, encarar desafios e promover benefícios para os seus membros. Na categoria

Bom, com escore entre 0,7 e abaixo de 0,8, foram localizados, também, dois empreendimentos. Na categoria regular observou-se a maior concentração com escore de participação situando-se entre 0,5 e 0,69. Constatou-se, também, que existem quatro empreendimentos (associações), com nível de participação inferior a 0,5, classificados como de desempenho Insatisfatório. Esses empreendimentos externam a ausência de ambiência adequada para a ação coletiva, sinalizando a falta de integração e engajamento dos associados aos propósitos do empreendimento; externam fragilidades, incapacidade de assumir desafios e incertezas quanto ao seu futuro.

Observando em quais indicadores os empreendimentos externam mais fragilidades, constatou-se que a ausência de publicação de informativo, é o principal, seguido da rotatividade dos membros da diretoria e participação nas reuniões da associação. Contrapondo as fragilidades apresentadas nos indicadores citados, a participação nas Assembléias Ordinárias e no sufrágio eleitoral, tiveram pontuação máxima em 11 empreendimentos entrevistados, seguido da frequência em que ocorrem as reuniões, ambos reforçando o escore dos empreendimentos em relação ao desempenho do vetor participação.

Quanto ao comportamento da variável que versa sobre a conexão dos fatores que interferem na participação, a análise foi realizada com base nos cálculos que resultaram na matriz de correlação linear. Os dados mostraram que a correlação entre os indicadores de participação, entre si, é insignificante. Mas, os indicadores: Publicação de informativos e a Participação do associado nas reuniões, são os que apresentam maior nível de interferência no desempenho geral da participação, exibindo correlação igual a  $r=0,64$  e  $r=0,59$ , respectivamente.

A variável, outras questões que afetam a participação na visão dos dirigentes dos empreendimentos foi examinada através de três indicadores os quais revelaram informações conforme a seguir: 1) no que tange as ações empreendidas pelas associações para reforçar a participação, os dados mostraram que 55,6% envidam esforços de natureza econômica, social e outras para motivar a participação; e que apenas 27,8% contingenciam recursos e destinam para fins educativos do associado; 2) quanto aos procedimentos utilizados para implementar a prática associativista – solidariedade, os dados mostraram que é comum, entre as associações pesquisadas, o exercício de trabalho de natureza coletiva, sem remuneração, predominando o mutirão, como prática mais freqüente. Mas no que se

refere a fidelização do associado, na prática de comercialização dos produtos, venda e compra em comum, apesar da compra da produção de grãos de mamona pela Cooperativa parceira, as associações pesquisadas externaram fragilidade, quer pela falta da participação da maioria em programas de comercialização, quer pela ausência de iniciativas e busca do próprio associado / cooperado; 3) no que diz respeito ao comportamento de associado tipificado como carona, as informações encontradas confirmam as proposições de Olson (1999), Alcântara (2003) e Douglas (2007), os quais falam dos efeitos maléficos que causam ação coletiva. Conforme os autores mencionados, o associado carona, tipificação do indivíduo que só quer levar vantagem da ação grupal, pouco contribui e vive esperando que os outros façam a sua parte. Na presente investigação, 66,7% dos empreendimentos afirmaram que tinham em seus quadros associados com esse tipo de comportamento. Com relação aos efeitos da conduta do carona 94,4% dos empreendimentos disseram que são maléficos, desestimulam os outros associados, formando clima de conflito e desconfiança. Daí que as instituições foram unâimes em recomendar medidas como advertência e até exclusão do quadro para punir o tipo carona.

Quanto aos resultados das variáveis que compõem o constructo indivíduo, associado, as principais constatações, estão a seguir. Na variável que busca identificar o que leva o associado a se filiar a um grupo para desempenhar ação coletiva, os dados obtidos estão alinhados com as idéias de Olson (1999), na medida em que a pesquisa revela que as pessoas se integraram nas associações por conta de interesses: econômicos, sociais, necessidades afetivas e outros.

Quanto às medidas punitivas ou de coerção, como também as de incentivos seletivos, proposições defendidas por Olson para fortalecer a ação coletiva, os dados revelaram que 82,5% dos associados concordaram, aprovaram o uso de medidas punitivas para coibir a presença do carona e apenas 36,8% dos associados entrevistados informaram que os seus empreendimentos utilizaram o uso de incentivos seletivos, informação que se contrapõe aos dados fornecidos pelos dirigentes, em relação ao incentivo, onde foi dito pela maioria dos empreendimentos a utilização de tal ferramenta de estímulo a ação coletiva.

Em relação ao comportamento do associado e sua inserção e dependência do empreendimento, os dados revelaram que na ambiência pesquisada, em associação constituída predominantemente por micro produtores rurais, residentes em meio agrícola, existe uma relação de dependência, embora

registrada por 19,3%, os quais declararam que para realizar ações importantes, especialmente econômica consultavam a associação. Essa informação alia-se ao ponto de vista de Douglas (2007), o qual afirma que os indivíduos tendem a transferir as decisões mais importantes de suas vidas para as instituições.

Os resultados obtidos permitem que se afirme que o Modelo de avaliação recomendado por Santos (2002), para aferir desempenho das associações e efetuar a sua classificação comportou-se de forma consistente e pertinente. A fundamentação teórica manifestada nas proposições e abordagens dos estudiosos da temática ação coletiva apresentou-se, também, de forma consistente, apontando caminhos que permitiram a decodificação da realidade em estudo. A conjugação dos fatores: base teórica e trabalho empírico possibilitaram o exame do conjunto das variáveis, construídas para a investigação, viabilizando o estudo e cumprimento de todos os seus objetivos previstos.

Salienta-se, ainda, que embora a pesquisa não permita a universalização dos seus resultados, devido às limitações da amostra e do contexto estudado, ela trouxe revelações importantes, permitindo que se afirme que existe pertinência na proposição de Olson de que é o interesse que move o indivíduo na busca da filiação para realizar uma ação coletiva, deixando claro, portanto, que uma instituição, associação, só faz sentido a sua existência quando ela é capaz de agregar pessoas para realizar ações e com isto gerar benefícios. Uma outra constatação que se destaca é a presença do associado com comportamento inadequado, caracterizando-se como carona, o egoísta, que só quer tirar proveito. Os dados mostraram que essa figura está presente em diversas instituições, e provoca efeitos nefastos, na forma preconizada por Olson e seus seguidores. Realça-se, ainda, como mecanismo importante para assegurar a participação do corpo societário, a utilização de medidas punitivas e de coerção, como os incentivos seletivos, capazes de estimular as pessoas a contribuírem mais com a ação coletiva. Foi revelado, também, embora em dimensão limitada, o nível de envolvimento e dependência do associado com a sua instituição, na forma defendida por Douglas (2007).

Conclui-se, assim, as considerações finais ratificando o alinhamento das proposições consignadas no arcabouço teórico da pesquisa com as constatações empíricas colhidas e observadas, sinalizando que a participação dos indivíduos nas ações coletivas podem ser estimuladas, de forma positiva ou negativa, cujos efeitos se manifestarão na dimensão da interação social e da ação grupal.

## 7.2 RECOMENDAÇÕES

Ao levantar informações sobre a participação nas ações coletivas, o estudo apontou questões que se distinguem em dois contextos: o geral e o específico. No contexto específico, as recomendações estão ligadas aos resultados apresentados no desempenho da participação de cada empreendimento, das suas variáveis e indicadores. As recomendações gerais abordam possibilidades do fortalecimento da participação em todos os empreendimentos associativo, estão pautados nas informações levantadas junto a população que compôs a amostra e no referencial teórico sobre participação, bem como nas características comuns apresentadas nos escores de cada variável que compôs o constructo. As recomendações estão apresentadas em seguida, distribuídas em duas subseções.

### 7.2.1 Recomendações específicas

As recomendações, aqui identificadas como específicas, estão voltadas para a melhoria do desempenho do vetor participação dos empreendimentos que ficaram com escore inferior a 0,7, aqueles classificados com o nível insatisfatório e regular, bem como da evolução para o quadro de participação muito bom, daqueles que já obtiveram escore superior a 0,7 e já são considerados ambientes favoráveis a ação coletiva, a promoção de práticas associativas e solidárias.

Os empreendimentos que exibiram nível de participação insatisfatório, se caracterizam como unidades com poder limitado de realização dos seus propósitos, ou seja, atendimento aos interesses e necessidades dos seus integrantes, são instituições fragilizadas, dirigidas por grupos minoritários e com pouca ou nenhuma rotatividade na sua direção, são empreendimentos com pouca integração entre a instituição e seu associado. Recomenda-se, prioritariamente a realização de encontros para discutir, informar sobre o associativismo, a participação, suas formas e importância, da necessidade da formação de novas lideranças, diretores, membros dos conselhos de administração e fiscal, promovendo uma rotatividade nos diretivos e a distribuição de responsabilidades. Uma outra ação necessária, é a divulgação das ações, parcerias, pleitos, problemas e soluções alcançadas pelo empreendimento, seja em forma de informativo, publicação periódica ou até mesmo no “boca a boca”.



Outras recomendações abrangem, também, os empreendimentos com desempenho de participação regular, quais sejam: a promoção de reuniões com a participação de parceiros que possam explicar sobre políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, como crédito, aquisição de alimentos, dentre outros temas que estimulam e são de interesse dos seus associados; realização de eventos sociais, organizados de forma coletiva, buscando identificar e valorizar o associado que participa e pratica a solidariedade; implantação de meios para bonificar os associados participantes, com descontos e prioridade no uso dos equipamentos coletivos. Ainda, recomenda-se para os empreendimentos o estímulo a realização de trabalhos de forma coletiva, como mutirões e outros, que favoreçam a integração e fortalecimento do capital social dos participantes e, a realização de ações de intercambio com outras associações com indicadores de participação forte, com ambiência de ação coletiva e práticas solidárias.

Foi observado, também, a presença de empreendimentos com desempenho de participação Bom, para os quais recomendam-se ações que favoreçam um maior freqüência nas reuniões extraordinárias dos seus associados, como a utilização de agenda prévia, anuncio em bicicletas de som, rádio comunitária e outras ferramentas de mídia, adequada a realidade local. Outro fator que apresenta escore abaixo do Ideal e deve ser priorizado é a necessidade de formação e manutenção de fundo para a educação, pois gera uma autonomia nas ações integrativas, favorece a emancipação. É importante lembrar a todos os empreendimentos estudados, a necessidade do uso de instrumentos punitivos para aqueles associados que não participam, que se aproveitam da necessidade do outro, para que o mesmo faça por ele, não necessariamente para inibir a participação do carona, mas, principalmente, para não desestimular aqueles membros, considerados ativos, praticantes da ação coletiva e da prática solidária e associativista.

### **7.2.2 Outras recomendações**

Nesta subseção, as recomendações são de caráter estruturantes e visam fortalecer a relação dos empreendimentos com variáveis exógenas, ou seja, aquelas que seus indicadores perpassam por uma ação da instituição, da capacidade

organizativa dos seus associados, que é o da inclusão social e redução das desigualdades do campo. Para os parceiros da agricultura familiar, identificados nesse estudo, recomendamos algumas ações, conforme apresentado a seguir.

Aos representantes do poder público, recomendamos esforços na questão da capacitação e estruturação dos empreendimentos, com vistas a garantir uma gestão com qualidade e sustentabilidade, um quadro de associados capacitados sobre o associativismo, cooperativismo, e, principalmente um empreendimento que permita lutar pelos anseios dos seus associados. Recomendamos as instituições públicas com ações focadas na agricultura familiar, para que institua critérios de incentivos ao fortalecimento dos empreendimentos envolvidas no PNPB como parceiras, garantindo a construção de núcleos de produção coletivos, ferramentas de escoamento do excedente da produção e acesso a tecnologias apropriadas, de máquinas para o preparo do solo a acesso a sementes com qualidade aos agricultores familiares organizados de forma coletiva.

As entidades de classe como as confederações e federações de trabalhadores da agricultura, as organizações representantes das cooperativas e empreendimentos da economia solidária, recomendamos ações que favoreçam a formação de capital social, que inclua nas pautas nacionais reivindicações de ações que incrementem a integração entre empreendimentos e nos empreendimentos associativistas. Recomendamos a presença na construção de Leis, Decretos e Instrumentos Normativos que regulem a participação da agricultura familiar nas ações de segurança alimentar e outras que oportunizem a realizações e ações coletivas, como a produção e consumo, e, criem meios de fortalecimento do empreendimento. Recomendamos que inclua nas suas publicações, experiências locais, informações das suas filiadas, promovendo a divulgação das instituições e dos seus membros, que promova o intercambio entre os empreendimentos, favorecendo a construção de redes e a reaplicação de tecnologias sociais que estão fortalecendo a participação em outros empreendimentos.

As empresas portadoras do selo combustível social, recomendam-se que estimulem os empreendimentos associativistas parceiros, através de incentivos na área da gestão, infra-estrutura, pesquisa e extensão, possibilitando aos agricultores, através dos seus empreendimentos, serem parte e participarem de uma relação social justa, ética e solidária.

### 7.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

As limitações dessa pesquisa, decorrem da metodologia adotada para definição do seu universo amostral, da definição de forma intencional da população pesquisada, ou seja, dos empreendimentos cooperativos envolvidos no PNPB, localizados no semi-árido baiano e parceiros da Cooperativa de Trabalho do Estado da Bahia – COOTEBA. Dessa forma seus resultados limitam suas intenções, não permitindo a reaplicação de forma genérica das recomendações apresentadas. Delimitam a comprovação empírica da trilha teórica percorrida a geografia amostral, a participação coletiva dos atores, agricultores familiares, dirigentes e empreendimentos associativistas, parte desse estudo.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura Familiar e o Uso do Solo**. Trabalho publicado no Departamento de Economia da FEA e PROCAM/USP. São Paulo: 1997.

ALCÂNTARA, Fernanda Henrique Cupertino. Institucionalismo, Racionalidade e Solidariedade em Cooperativas Populares. In: (Org.). Heckert, Sonia Maria Rocha. **Cooperativismo Popular: Reflexões e Perspectivas**. Minas Gerais: UFMG, 2003.

\_\_\_\_\_. Rede de Economia Solidária: Estrutura do Modelo Organizacional e sua Relação com as Instituições Sociais. In: S. M. R. HECKERT (Org.). **Cooperativismo popular: reflexões e perspectivas**. Minas Gerais: UFJF, 2003.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as conseqüências humanas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BENECK, Dieter W. **Cooperação & Desenvolvimento: O papel das cooperativas no processo de desenvolvimento econômico nos países de Terceiro Mundo**. Porto Alegre: Coojornal, 1980.

BERGONSI, Sandra Suely Soares e Lacerda. Gustavo Biscaia de (Org.). **Cooperativismo, economia solidária e inclusão social: métodos e abordagens**. Curitiba: PROEC, 2007.

BERMANN, Célio. **As novas energias no Brasil: dilemas da inclusão social e programas de Governo**. Rio de Janeiro: FASE, 2007.

BIANCHINI, Valter. Agricultura Familiar, Políticas Públicas e o Comércio Ético Solidário: a visão do Movimento de Desenvolvimento Agrário. In: FRANÇA, Cássio Luiz (Org.). **Comércio Ético e Solidário no Brasil**. São Paulo: Fundação Friedch Eblert./ILDES, 2003.

BORDENAVE, Juan E. Díaz **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BRASIL. Lei. nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Lei. nº 9.099 de 26 de setembro de 1995. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Lei. nº 9.307 de 23 de setembro de 1996. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Lei. nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil do Brasil**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

BRASIL. Lei nº 005.764 de 1971. **Política Nacional de Cooperativismo e o Regime Jurídico das Sociedades Cooperativas**. Capítulo III. Do Objetivo e Classificação das Sociedades Cooperativas.

CANÇADO, Airton Cardoso. **Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática. Mestrado em Administração**. Salvador: Escola de Administração, Universidade Federal da Bahia, 2004.

CATTANI, Antonio David. et al. **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009.

COSTA, Francisco Xavier Pereira da. et al. **Incubação de Empreendimentos Solidários Popular: Fragmentos Teóricos**. João Pessoa: Ed. Universitária/UFPB, 2006.

COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **A armadilha do Leviatã: a construção do corporativismo no Brasil**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.

CORAGGIO, José Luis. **Desenvolvimento e Educação**. São Paulo: Corte, 1996.

DAGNINO, Renato. **Em Direção a Uma Estratégia para a Redução da Pobreza: a Economia Solidária e a Adequação Sócio Técnica**. OEI, 2002. Disponível em: <[http:// www.Campus-oei.org](http://www.Campus-oei.org)>. Acesso em: 4 abr. 2011.

DEMO, Pedro. **Combate à Pobreza: Desenvolvimento como oportunidade**. Campinas, SP: Ed. Autores Associados, 1996.

\_\_\_\_\_. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis: Ed. Vozes, 2003.

DIEGUES, Antônio Carlos S. **Desenvolvimento Sustentável ou sociedades sustentáveis: da crítica dos modelos aos novos paradigmas**. São Paulo em

Perspectiva, São Paulo, 6 (1-2), p. 22-29, jan/jun,1992. Disponível em: <[http://www.bibliotecacidade.sp.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02\\_05.pdf](http://www.bibliotecacidade.sp.gov.br/produtos/spp/v06n01-02/v06n01-02_05.pdf)>. Acesso em: 10 jul. 2009.

DOUGLAS, M. **Como as instituições pensam**. São Paulo: Edusp, 2007.

DUPAS, Gilberto. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

EID, Farid e PIMENTEL, André Eloísa Bueno. Planejamento do Desenvolvimento Local e Economia Solidária. In: LIANZA, S. e ADDOR, F. **Tecnologia e Desenvolvimento Social e Solidário**. Rio Grande do Sul: Ed. UFRS, 2005.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Carta de Princípios**, s/d. Disponível em <http://www.fbes.org.br>. Acesso em: 15 jan. 2009.

FLEURY, M. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Global Editora, 1983.

FRANCO, Augusto de. **Pobreza e Desenvolvimento Local**. AED – Agência de Educação para o Desenvolvimento. Brasília- DF, 2002.

FRANÇA FILHO, G. C. (b). **Novos arranjos organizacionais possíveis? O fenômeno da economia solidária em questão (precisões e complementos). Organizações e Sociedade**. Salvador: EAUFBA, v. 8, n. 20, jan/abril, 2001.

\_\_\_\_\_. Associativismo, Exclusão Social e Novas Formas de Organização – um exemplo de economia solidária na França: o caso de Régis de Quartier. In: T. FISCHER (org.), **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação**. Salvador: Casa da Qualidade, p. 298-313, 2002.

\_\_\_\_\_. Considerações sobre um marco teórico-analítico para a experiência dos bancos comunitários, In: **Anais do I ENAPEGS (Encontro Nacional de Pesquisadores em gestão Social)**. Juazeiro do Norte: maio de 2007.

\_\_\_\_\_. **A Via Sustentável Solidária no Desenvolvimento Local**. Organizações e Sociedades. Salvador, v. 15, n. 45, abr/jun, 2008.

\_\_\_\_\_. Economia Solidária. In: **Veracidade**, Salvador, n.4. jan. 2009.

FRANÇA FILHO, G.C.; LAVILLE J.L. **Economia Solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

FRANTZ, Walter. **Desenvolvimento local, associativismo e cooperação, 2002**. Disponível em: <<http://www.unijui.tche.br/~dcre/frantz.html>>. Acesso em: 05 jul. 2007.

FRIGOTO, Gaudêncio. **A produtividade da Escola Improdutiva**. São Paulo: Editora Cortez. 1984.

GAIGER, Luis Inácio. Empreendimentos Solidários: uma alternativa para a economia popular? In: GAIGER, L. (org.). **Formas de combate e de resistência a pobreza**. São Leopoldo: Unisinos, 1996.

GANANÇA, A. C. **Associativismo no Brasil: características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa**. 2006.123 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

GUERRA, Ana Caroline. PEREIRA, José e CASTANHEIRA, Maria Eugênia. **Ação coletiva e solidariedade: uma alternativa em políticas públicas de desenvolvimento**. ESAC Economia Solidária e Ação Cooperativa. Vol. 5, n. 01. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2010.

HECKERT, Sonia Maria Rocha (org.). **Cooperativismo Popular Reflexões e Perspectivas**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2003.

KRAYCHETE, Gabriel e AGUIAR, Kátia (org.). **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégia de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007.

MELO, Wilson Pontes de. **Educação Cooperativista – Influências no Comportamento dos Cooperados**. Ilhéus, UFBA – UESC, 1998.

MELLO, Claiton; STREIT, Jorge; ROVAL, Renato (org.). **Geração de Trabalho e Renda, Economia Solidária e Desenvolvimento Local**. Fundação Banco do Brasil. São Paulo: Publisher, 2006.

MOCHON, F. & TROSTER, R. L. **Introdução à Economia**. São Paulo: Makron Books, 2002.

NASCIMENTO, E. P. e VIANNA, J.N. (org.). **Dilemas e Desafios do Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Rio de Janeiro: Garamound, 2007.

NASCIMENTO, Fernando Rios. **Cooperativismo como Alternativa de Mudança**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

NASCIMENTO, Valter Alves. **Cooperativismo**. Ilhéus-Ba: UESC, 1999. (Mimeografado)

NUNES, Débora. **Incubação de empreendimentos da economia solidária: uma aplicação da pedagogia da participação**. São Paulo: Annablume, 2009.

OLIVEIRA, Gilca G. de e SANT'ANA, Maria Idalina. **Relatório Técnico – Levantamento das informações disponíveis sobre a cadeia produtiva de biodiesel no Estado da Bahia: Aspectos agronômicos, da agricultura familiar e da cadeia produtiva**. Salvador: 2009.

OLSON, Mancur. A Lógica da Ação Coletiva: **Os Benefícios Públicos e uma Teoria dos Grupos Sociais**. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1999.

PADILHA, Draúzio Leme. **Sociedades Cooperativas**. São Paulo: Editora Atlas S/A, 1996.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

PAULA E SILVA, Evandro Mirra; SAKATSUME, Fábio. **A política brasileira de biocombustíveis: Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial**. Disponível em: <[http://www.fbds.org.br/Apresentacoes/7\\_Politica\\_Biocombust\\_E\\_Mirra.pdf](http://www.fbds.org.br/Apresentacoes/7_Politica_Biocombust_E_Mirra.pdf)>. Acesso em: 20 nov. 2008.

PAULA, Juarez de. Cenários e Desafios. Parcerias para o desenvolvimento. In: **Geração de Trabalho e renda, Economia Solidária e Desenvolvimento Local: A contribuição da Fundação Banco do Brasil**. Fundação Banco do Brasil. Editora Publish Brasil Ltda. São Paulo, 2006.



PINHO, Diva Benevides. **O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro**. São Paulo: CNPq, 1982.

POCHMANN, Márcio e outros. **Atlas da Exclusão Social no Brasil**. São Paulo: Cortez Ed., 2004.

\_\_\_\_\_. **Economia Solidária no Brasil: possibilidades e limites. Mercado de trabalho**. IPEA. 24 ago. p. 23-34, 2004.

PORTER, M. **Vantagem Competitiva das Nações**. Rio de Janeiro: Campus, 1993.

RATHMANN, Régis et al. Biodiesel: uma alternativa estratégica na matriz energética brasileira? In: **Seminário de Gestão de Negócios**, 2., 2005, Curitiba: UNIFAE, 2005.

RECH, Daniel. **Cooperativas: Uma Alternativa de Organização Popular**. Rio de Janeiro: DPCA, 2000.

RIBEIRO, Rozilton Sales. **Estudo das cooperativas incubadas do estado da Bahia: O caso ITCP/UNEB**. Ilhéus, 2004.

SALAMA P. e DESTREMAU, B. **O Tamanho da Pobreza – Economia Política de Distribuição de Renda**. Rio de Janeiro, Goramond, 1999.

SANTOS, Aderbal Souza. **Cooperativismo e análise de balanços – avaliando caso das cooperativas agropecuárias do Estado da Bahia**. Salvador, 2004.

SANTOS, Davidson M. **Globalização do Capital e os Estados Nacionais**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2006.

SANTOS, Raimundo Bonfim dos e SOUZA, Marcos Andrade de. **Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas**. SEDUR. Ilhéus, 2007.

SANTOS, Raimundo Bonfim dos. **A escola cooperativa no Estado da Bahia**. [Doutorado] Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, 2002.

SEBRAE. **SEBRAE AGRONEGÓCIOS**. Nº 8, Brasília (DF), 2008.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SINGER, Paul. Economia Solidária: Geração de Renda e Alternativa ao Liberalismo. In: **Propista**. Ano 26, n. 72. Rio do Janeiro: Fase, 1997.

\_\_\_\_\_. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Persen Abramo, 2002.

\_\_\_\_\_. O Desafio é Criar Cadeias Solidárias. In: **Geração de Trabalho e Renda, Economia Solidária e Desenvolvimento Local: A contribuição da Fundação Banco do Brasil**. São Paulo, 2006.

SINGER, Paul e KRUPPA, Sônia M. P. SENAES e a Economia Solidária – Democracia e Participação Ampliando as Exigências e Novas Tecnologias. In **Tecnologia Social**. Fundação Banco do Brasil.

VEIGA, Sandra Mayrink e FONSECA, Isaque. **Cooperativismo. Uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002.

YUNUS, M. **O Banqueiro dos Pobres**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

## ANEXO 01 – Relação das questões utilizadas como indicadores e seus respectivos valores

<b>X<sub>1</sub>. Houve rotatividade nos membros da diretoria da associação / cooperativa, na última eleição?</b>	
<b>Descriminação</b>	<b>Valor</b>
Sim, ocorreu rotatividade no quadro de direção em 70% ou mais, e o(s) dirigente(s) reeleito(s) foram para novas funções;	(1,00)
Sim, sim, ocorreu rotatividade no quadro de direção em 70% ou mais, e houve dirigente que permaneceu na mesma função;	(0,75)
Sim, ocorreu no quadro de direção entre 50% e 69%, e os dirigentes reeleitos foram para nova função.	(0,50)
Sim, ocorreu rotatividade dos cargos de direção, mas foi inferior a 50%;	(0,25)
Não houve rotatividade nos membros da diretoria;	(0,00)
<b>X<sub>2</sub>. Qual a frequência dos associados / participação no sufrágio eleitoral?</b>	
<b>Descriminação</b>	<b>Valor</b>
O nº de assoc. que votou nas últimas eleições corresp. a 80% ou mais do quadro societário	(1,00)
O número de votantes situa-se abaixo de 80% até o limite de 50%	(0,75)
O número de votantes é inferior a 50%.	(0,25)
<b>X<sub>3</sub>. Com que frequência ocorre reuniões, tomando como base temporal o exercício fiscal?</b>	
<b>Descriminação</b>	<b>Valor</b>
O número de reuniões realizadas no último exercício totaliza quatro ou mais;	(1,00)
O número de reuniões situou-se entre duas e três;	(0,75)
Foi realizada apenas uma reunião;	(0,25)
Não foi realizada nenhuma reunião durante o ano;	(0,00)
<b>X<sub>4</sub>. Qual a frequência de participação dos associados em cada reunião?</b>	
<b>Descriminação</b>	<b>Valor</b>
A frequência média nas reuniões é igual ou acima de 70%;	(1,00)
A frequência média situou-se abaixo de 70% até 50%;	(0,50)
A frequência média ficou abaixo de 50%.	(0,25)
<b>X<sub>5</sub>. Existe na associação / cooperativa algum informativo ou publicação que tenha como função manter os associados informados dos fatos e atos realizados?</b>	
<b>Descriminação</b>	<b>Valor</b>
não existe comunicação regular da associação com o associado;	(0,00)
sim, documento em forma de circular e distribuição/irregular;	(0,30)
sim, documento em forma de circular, com produção regular;	(0,70)
sim, informativo ou publicação regular, (revista, jornal, boletim);	(1,00)
sim, porém a sua produção e distribuição é irregular.	(0,50)
<b>X<sub>6</sub>. Existe alguma forma de trabalho coletivo, sem remuneração monetária?</b>	
<b>Descriminação</b>	<b>Valor</b>
Mutirão / frente de trabalho coletivo	(1,00)
Ações de ajuda voluntária	(1,00)
Não	(0,00)
Mutirão /frente de trabalho coletivo/ e ações de ajuda voluntária	(1,00)

## **ANEXO 02. Instrumento de Pesquisa utilizado para avaliar a participação na dimensão do empreendimento**

Empreendimento: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Responsável pelas Informações: \_\_\_\_\_

### **INDICADORES DO FATOR PARTICIPAÇÃO**

1. Houve rotatividade nos membros da diretoria da associação / cooperativa, na última eleição:

( ) sim, ocorreu rotatividade no quadro de direção em 70% ou mais, e o(s) dirigente(s) reeleito(s) foram para novas funções;

( ) sim, ocorreu rotatividade no quadro de direção em 70% ou mais, e houve dirigente que permaneceu na mesma função;

( ) sim, ocorreu rotatividade no quadro de direção entre 50% e 69%, e os dirigentes reeleitos foram para nova função;

( ) sim, ocorreu rotatividade no quadro de direção entre 50% e 69% e houve dirigente que permaneceu na mesma função;

( ) sim, ocorreu rotatividade dos cargos de direção, mas foi inferior a 50%.

( ) não houve rotatividade nos membros da diretoria

2. Qual a frequência dos associados / participação na eleição da diretoria executiva?

( ) o número de associados que votou nas últimas eleições corresponde a 80% ou mais no quadro societário;

( ) o número de votantes situa-se abaixo de 80% até o limite de 50%;

( ) o número de votantes é inferior a 50%.

3. Com que frequência ocorre reuniões, tomando como base temporal o exercício fiscal?

( ) o número de reuniões realizadas no último exercício totaliza quatro ou mais;

( ) o número de reuniões situou-se entre duas e três;

( ) foi realizada apenas uma reunião;

( ) não foi realizada nenhuma reunião durante o ano.

4. Qual a frequência de participação dos associados em cada reunião:

( ) a frequência média nas reuniões é igual ou acima de 70%;

( ) a frequência média situou-se abaixo de 70% até 50%;

( ) a frequência média ficou abaixo de 50%.

5. São realizadas ações para reforçar a participação do associado na associação / cooperativa?

( ) Sim

( ) Não

6. Se a questão anterior for afirmativa, informar qual (is).

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

7. Existe na associação / cooperativa algum informativo ou publicação que tenha como função manter os associados informados dos fatos e atos realizados?

- ( ) sim, informativo ou publicação regular, (revista, jornal, boletim ou similar);  
 ( ) sim, documento em forma de circular, com produção regular, que desenvolve a função de publicação ou informativo. (mensal, bimensal, trimestral ou semestral);  
 ( ) sim, existe jornal, boletim ou revista, com circulação regular;  
 ( ) sim, porém a sua produção e distribuição é irregular. Não tem efetividade e nem prazo definido;  
 ( ) não existe comunicação regular da associação com o associado.

8. Na associação existe fundo (reserva) voltado para fins educativos que contribuam para a qualificação do associado e favoreçam a integração e engajamento?

- ( ) Sim ( ) Não

9. Existe alguma forma de trabalho coletivo, sem remuneração monetária? (sem pagamento em dinheiro)

- ( ) mutirão / frente de trabalho coletivo (preparo de solo, colheita, etc);  
 ( ) trocas de mercadorias e serviços, por mercadorias e serviços;  
 ( ) ações de ajuda voluntária (conclui o meu serviço, vou ajudar o próximo);  
 ( ) mais de uma alternativa (avaliação processual)  
 ( ) não

10. Qual o percentual dos associados que entregam seus produtos para serem comercializados de forma coletiva com o apoio desta associação / cooperativa?

- ( ) 70% ou mais do número de sócios ativos;  
 ( ) abaixo de 70% até 50%;  
 ( ) abaixo de 50% até 20%;  
 ( ) abaixo de 20%.  
 ( ) o empreendimento não promove a comercialização dos produtos de seus associados.

11. Existem mecanismos para incentivar (premiar ou compensar) os associados que priorizam (fidelizam) a realização dos seus negócios através da associação / cooperativa?

- ( ) Sim ( ) Não

12. Se a questão anterior for afirmativa, informar qual (is):

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

13. A associação / cooperativa já identificou associado “carona”, isto é, associado que não participa, não comercializa seus produtos, não presta contribuição, só faz críticas.

- ( ) Sim ( ) Não

14. Quais os efeitos que o associado carona vem trazendo para a associação?

- ( ) (desestimula os outros associados)  
 ( ) (cria clima de conflito e gera ambiência de desconfiança)  
 ( ) (leva a diretoria a realizar novas ações e formular novos desafios)

( ) (abre os olhos da diretoria e amplia a visão da realidade)

( ) Outros: \_\_\_\_\_

15. Qual (is) medidas são tomadas para coibir a presença do associado carona?

( ) advertências;

( ) suspensão dos seus direitos de cooperados / associados;

( ) sobre preço sobre a taxa dos serviços prestados pela associação / cooperativa;

( ) exclusão do quadro de cooperado / associado;

( ) outros: \_\_\_\_\_

( ) não há medidas punitivas.

16. A Associação / Cooperativa busca cumprir as deliberações coletivas, tomada nas reuniões / assembléias realizadas? (solicitação de serviços públicos junto aos entes municipais, estaduais e federais; na seleção de público beneficiado; acordo de garantia de preço, mercado, dentre outras).

( ) Sim

( ) Não

### **ANEXO 03. Instrumento de Pesquisa utilizado para avaliar a participação na dimensão do empreendimento**

Cooperado / Associado: \_\_\_\_\_

Empreendimento: \_\_\_\_\_

#### **INDICADORES DO FATOR PARTICIPAÇÃO**

1. O que levou o Sr.(a) a se associar a cooperativa / associação? (pode ser mais de uma alternativa);

( ) Crença (aspectos religiosos) – irmãos de religião; recomendação do pastor, do padre ou líder religioso; por convicção religiosa;

( ) Afetividade (influência de amigos e parentes);

( ) Social (prestígio, status, participação em eventos sociais);

( ) Econômica (necessidade de melhorar a renda; obter renda; ampliar possibilidades de compra e venda de produtos ou serviços);

( ) Institucional (propaganda de cooperativa, divulgação de associação ou correlato);

( ) Outra (s) opção (ões): \_\_\_\_\_

2. O Sr. (a) se considera integrado a sua associação / cooperativa?

( ) Sim

( ) Não

3. Como Sr. (a) classifica sua participação na associação/cooperativa?

( ) Muito boa (participa de todas as reuniões e atos coletivos);

( ) Boa (raramente falta as reuniões e participa de quase todos os atos coletivos);

( ) Regular (falta algumas vezes as reuniões programadas, e participa dos atos coletivos apenas quando é chamado);

( ) Ruim (raramente participa das reuniões programadas, estando presente quando se trata apenas de assunto específico do seu interesse; raramente participa dos atos coletivos);

4. A associação / cooperativa adota medidas de incentivos para premiar os associados que participam?

( ) Sim

( ) Não

5. Caso a resposta anterior seja afirmativa, indique quais medidas a sua associação / cooperativa vem adotando para fortalecer a participação.

1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_

3. \_\_\_\_\_

6. E o Sr. (a), pessoalmente, acha que deveria ser adotada medidas para fortalecer a participação?

( ) Sim

( ) Não

7. Caso a resposta anterior seja afirmativa, indique quais medidas:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

8. O Sr. (a) identifica entre os seus parceiros da associação, o associado que não participa, não comercializa seus produtos, não presta contribuição, só faz críticas, isto é, o associado "CARONA"?

( ) Sim ( ) Não

9 O Sr. (a) concorda com o uso de medidas punitivas para o associado considerado "CARONA"?

( ) Sim ( ) Não

10. Caso a resposta anterior seja afirmativa, indique quais medidas poderiam ser adotadas pela sua associação / cooperativa:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

11. Quais os principais benefícios prestados pela sua associação / cooperativa:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

12. O Sr. (a) acata / cumpri as deliberações tomada em reunião da associação / cooperativa? (por exemplo: trabalho em mutirão; estratégias de comercialização; compra de insumos de forma coletiva, dentre outros).

( ) Sempre ( ) Raramente ( ) Nunca

13. O Sr. (a) toma decisões pessoais com base na orientação da sua associação / cooperativa?

( ) Sempre ( ) Raramente ( ) Nunca

14. Caso a resposta anterior tenha sido positiva (sempre/raramente), em quais circunstancias o Sr. (a) solicitou ou solicita ajuda?

- ( ) Na questão religiosa (na escolha da religião a seguir; na promoção de missas ou cultos);
- ( ) Na questão afetiva (na escolha dos amigos; na formação / constituição de família; na escolha de padrinhos (casamento, batizados);
- ( ) Na questão social (ingresso em partido político; participação em clube de serviço (lions, rotary, maçonária; na realização de eventos, comemoração de datas festivas e correlatos);
- ( ) Na questão econômica (na compra de insumos; na venda da produção; na realização de investimentos; na efetivação de contrato de financiamento e outros);
- ( ) Outra (s) opção (ões): \_\_\_\_\_